



Plano Estratégico 2021_2026

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

3º Trimestre de 2025

1. Mapa Geral

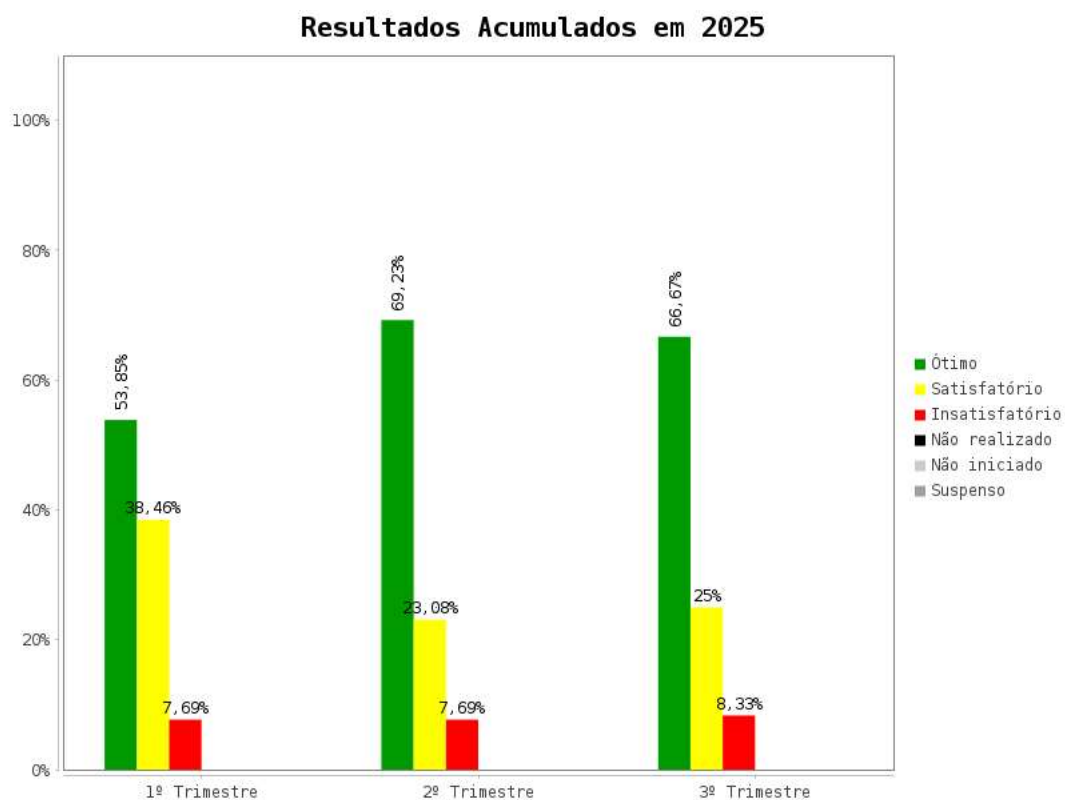
Ótimo

Plano Estratégico 2021_2026

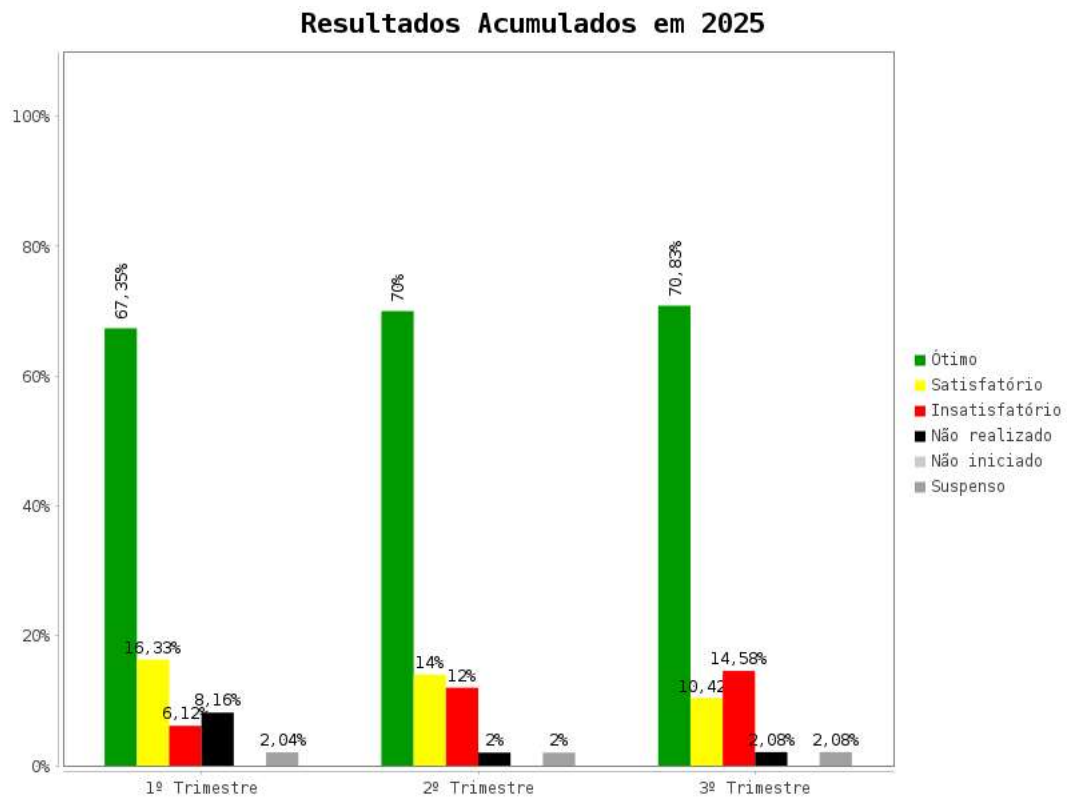
Sociedade	Garantir dos direitos da cidadania 84,82%	Fortalecer a relação institucional com a Sociedade 97,99%			
Processos Internos	Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional 96,01%	Combater os ilícitos eleitorais	Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional 100,00%	Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional 72,39%	Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente 38,37%
Recursos	Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação 61,16%	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira 96,85%	Promover a transformação digital 94,90%	Aperfeiçoar a infraestrutura 98,23%	

2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

2.1. Objetivos Estratégicos



2.2. Indicadores Estratégicos



3. Resultados 3º Trimestre de 2025.

Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2021_2026						84,11%	Ótimo
OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania						84,82%	Ótimo
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	72,10%	85,00%		1		84,82%	Ótimo
OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade						97,99%	Ótimo
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro	148,12%	63,75%		1		232,34%	Ótimo
IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	79,31%	85,00%		1		93,30%	Ótimo
IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria	94,74%	95,00%		1		99,73%	Ótimo
IE 05 - Índice da Transparência	98,91%	100,00%		1		98,91%	Ótimo
OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral						82,52%	Ótimo
IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital	18,57%	90,00%				20,63%	Insatisfatório
IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência	96,36%	95,00%		1		101,44%	Ótimo
IE 08 - Taxa de mesários voluntários	55,18%	60,00%		1		91,96%	Ótimo
IE 09A - Taxa de aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais	7,45	7,00		1		106,43%	Ótimo
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE							Suspense
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	91,54%	88,50%		1		103,43%	Ótimo
OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional						96,01%	Ótimo

Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau	635,69%	100,00%		1		635,69%	Ótimo
IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau	116,35%	100,00%		1		116,35%	Ótimo
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau	52,27%	50,00%		1		95,46%	Ótimo
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	66,85%	60,00%		1		88,58%	Ótimo
OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais							Suspenso
OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã						70,61%	Satisfatório
IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	155,51%	372,00%		1		41,80%	Insatisfatório
IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas	92,45%	93,00%		1		99,41%	Ótimo
OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional						100,00%	Ótimo
IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	99,80%	95,00%		1		105,05%	Ótimo
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	80,43%	80,00%		1		100,54%	Ótimo
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	60,48%	1,10%		1		5.498,14%	Ótimo
OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional						72,39%	Satisfatório
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional	53,20%	73,60%		1		72,28%	Satisfatório
IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia	33,33%	45,00%		1		74,07%	Satisfatório
IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos	9,30%	27,00%		1		34,45%	Insatisfatório
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	75,00%	85,00%		1		88,24%	Ótimo

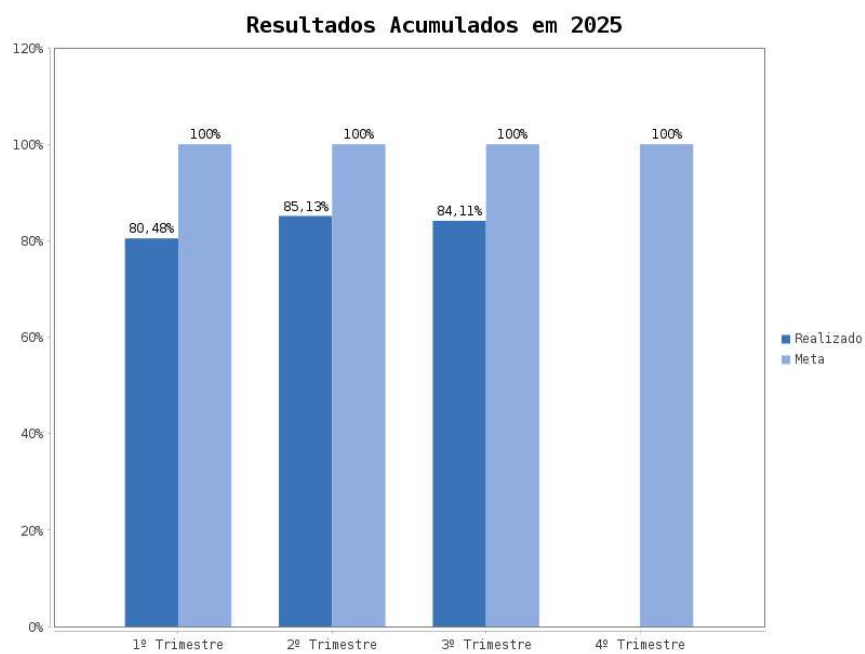
Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade	100,00%	100,00%		1		100,00%	Ótimo
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna	53,70%	65,00%		1		82,62%	Ótimo
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	73,15%	92,50%		1		79,08%	Satisfatório
IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	41,11%	85,00%		1		48,37%	Insatisfatório
OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente						38,37%	Insatisfatório
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD	0,00%	95,00%		1		0,00%	Insatisfatório
IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	95,77%	95,00%		1		100,81%	Ótimo
IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	48,13%	90,00%		1		53,47%	Satisfatório
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação		1,00%		1			Não realizado
OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação						61,16%	Satisfatório
IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional	64,90%	74,00%		1		87,70%	Ótimo
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	0,00%	15,00%		1		0,00%	Insatisfatório

Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC	45,00%	50,00%		1		90,00%	Ótimo
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	45,45%	54,00%		1		84,18%	Ótimo
IE 44 - Taxa de servidores capacitados	8,78%	20,00%		1		43,91%	Insatisfatório
OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira						96,85%	Ótimo
IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias	72,44%	80,00%		1		90,55%	Ótimo
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	83,14%	80,00%		1		103,93%	Ótimo
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	60,59%	59,00%		1		102,70%	Ótimo
OE 12 - Promover a transformação digital						94,90%	Ótimo
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	99,21%	98,40%		1		100,82%	Ótimo
IE 51 - Índice de governança de TIC	95,32%	90,00%		1		105,91%	Ótimo
IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC	92,86%	95,00%		1		97,74%	Ótimo
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	95,44%	80,00%		1		119,30%	Ótimo
IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	44,44%	62,00%		1		71,68%	Satisfatório
IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital	100,00%	86,00%		1		116,28%	Ótimo
OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura						98,23%	Ótimo
IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	39,13%	38,92%		1		100,54%	Ótimo
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	77,17%	80,00%		1		96,47%	Ótimo

Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2021_2026

Desempenho do Período: 84,11%**Responsável: ASSTEC.**

OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania

Desempenho do Período: 84,82%



Responsável: SGPR.

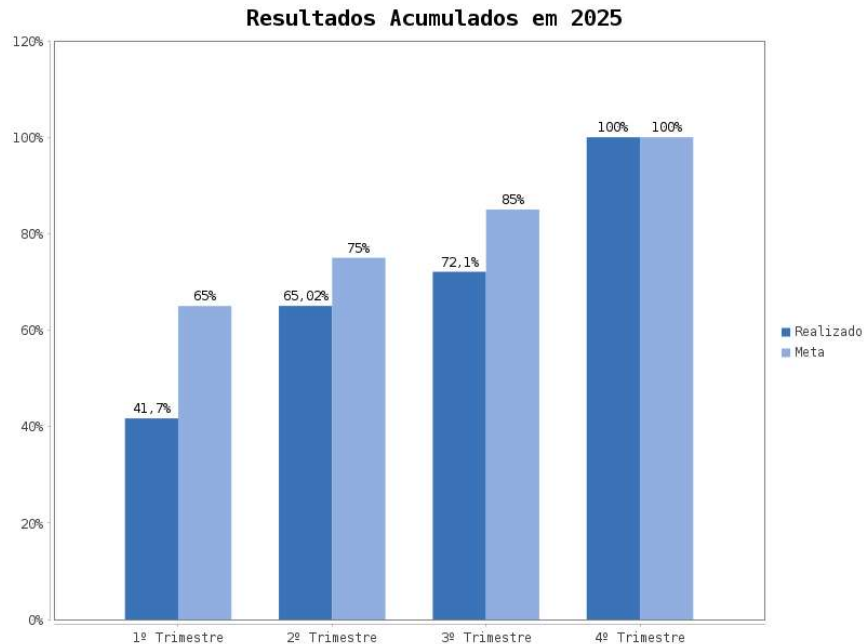
Análise de contexto

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**Desempenho do Período: 84,82%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.**

Análise de contexto No XVIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 02 e 03 de dezembro de 2024, sob coordenação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), foram aprovadas quatro metas nacionais para a Justiça Eleitoral para o ano de 2025.

O resultado de 72,10% do IE 01 no 3º trimestre de 2025 representa a média do percentual de cumprimento das quatro metas nacionais no período, conforme especificação abaixo:

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos - 88,39%. Foram 15.754 processos distribuídos e 13.925 processos resolvidos.

Meta 2 - Julgar processos mais antigos: 129,73%. Identificar e julgar até 31/12/2025:

a) 70% dos processos distribuídos até 31/12/2023: 129,73%

b) todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2019) ou mais: 44,44%.

Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. Identificar e julgar até 31/12/2025:

90% dos processos referentes às eleições de 2022: 63,49% 50% dos processos referentes às eleições de 2024: 118,27% Obs.: Distribuídos até 31/12/2024, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade).

Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário: Implantar, em 2025, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030) - 0%. Em relação às metas 1, 2 e 4, os dados foram extraídos do Painel das Metas Nacionais – Datajud - CNJ, atualizado dia 24/10/25 com dados de referência até o mês de setembro/25.

Quanto à Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário, o TRE-RJ firmou parceria com a Rede Bossa Inova (Laboratórios de Inovação dos tribunais do Fojurj - TRT-RJ, TJ-RJ, TRE-RJ e TRF-2) para compor o projeto de divulgação dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs), denominado “Divulga PID”. O projeto foi cadastrado pelo Ideia, laboratório de Inovação do TJRJ, na plataforma RenovaJud. As atividades do Projeto Divulga PID estão documentadas no processo SEI 2025.0.000014917-9. De acordo com o Glossário de Metas 2025 do CNJ, a meta obterá percentual de cumprimento apenas após a conclusão das 3 etapas de implementação, cujo prazo final é 31/10/2025. De acordo com o despacho 4701676, foi efetuada a atualização do projeto Divulga PID na plataforma RENOVAJUD, pelo Ideia Rio (laboratório de inovação do TJRJ - Coordenador do projeto), dentro do prazo previsto (31/10), cumprindo assim todos os critério de cumprimento da Meta 9 (id 4701674). Todavia, o resultado registrado no indicador foi de 0% pois reflete o resultado do 3º trimestre.

Para elaborar o comparativo com os Tribunais de grande porte, foi utilizado o Painel das Metas Nacionais – Datajud atualizado em 24/10, com dados de referência de 30/09/2025. Seguem abaixo os dados comparativos:

Meta 1: TRE-RJ - 88,39%, média dos TREs de grande porte - 97,44%. Meta 2: a) Julgar processos mais antigos: 70% dos processos distribuídos até 31/12/2022: TRE-RJ - 129,73%, média dos TREs de grande porte - 130,43%.

b) todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos ou mais: TRE-RJ - 44,44%, médias dos TREs de grande porte: 72,40%.

Meta 4: a) Eleições 2022: 63,49%, médias dos TREs de grande porte: 64,13%;

b) Eleições 2024 – 118,27%, médias dos TREs de grande porte: 157,06%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Com relação às metas processuais (Metas 1, 2 e 4), seguem abaixo as principais ações realizadas:

1º grau: a) Início das capacitações sobre processamento no PJe (1º grau) e gestão processual para os servidores das Zonas Eleitorais (1º grau), conforme previsto no Plano de Ação das Metas 1 e 2 (1º grau) nos moldes da Portaria CNJ Nº 141/2024.

b) Ação focada nos processos paralisados há mais de 30 dias: foram realizados 659 alertas direcionados a processos sem movimentação há mais de 30 dias, abrangendo todas as classes em tramitação. Resultado: 4.516 processos julgados e 4.596 processos baixados, o que representa 77% dos processos pendentes de baixa no 1º grau (de um total de 5.903, sendo 4.764 em tramitação e 1.139 sobrestados).

c) Ação focada em procedimentos investigativos: foram emitidos 199 alertas específicos para procedimentos da classe Inquérito Policial, Termo Circunstanciado e Representação Criminal/Notícia de Crime, com foco nos casos sem movimentação há mais de 30 dias ou expedidos à Polícia Federal há mais de 120 dias. Resultado: 165 procedimentos investigativos decididos, representando 22% do total pendente de decisão (atualmente são 760) e 173 procedimentos investigativos baixados no período, de um total de 807 pendentes de baixa (sendo 697 em tramitação e 110 sobrestados).

d) Ação focada nos processos de classe de Prestação de Contas Eleitorais: foi implementado plano de ação específico junto a 7 Juízes previamente selecionados.

Com vistas à adoção de medidas concretas voltadas à otimização do fluxo processual e, consequentemente, ao cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Dentre as ações previstas no referido plano, foi viabilizado o apoio técnico para elaboração de pareceres, por meio de parceria firmada entre esta ASCEPA. O acompanhamento da evolução do julgamento e da baixa dos processos está sendo realizado mediante monitoramento específico em processo SEI.

d) Conclusão do Lab 26 na 93ª Zona Eleitoral de Barra do Pirai e na 149ª Zona Eleitoral de Guapimirim: Após três e quatro meses, respectivamente, de acompanhamento e ações direcionadas, foi concluído o Projeto Lab26, nas sobreditas zonas. A finalização da iniciativa apresentou resultados promissores, evidenciando avanços significativos no fluxo processual e a efetiva melhora dos indicadores das unidades, cujos resultados estão dispostos em expedientes próprios.

e) Curso “Gestão Cartorária – Fase 2”: Foi realizada a segunda fase do curso Gestão Cartorária com Ênfase em Processos Judiciais, com foco em aspectos práticos da gestão processual e uso estratégico de dados. Dentre os tópicos abordados estão identificação de gargalos processuais, interpretação de indicadores e gráficos, priorização estratégica, simulações práticas com base em dados reais e simulação de cenários.

2º grau: a) Início da ação “Realizar encontros periódicos das áreas de planejamento estratégico com as áreas judiciárias do 2º grau para acompanhamento do desempenho das metas” (2º grau)”.

Os encontros realizados entre esta CPLAN e as Assessorias dos Gabinetes dos Desembargadores Eleitorais estão registrados no processo SEI 2025.0.000021666-6.

b) Ação contínua: monitoramento constante dos processos em trâmite no 2º grau e, a partir de controles elaborados pela SJD em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à manutenção do indicador em níveis positivos.

Cabe ainda mencionar que, nesse período, foi concluída a ação “Desenvolver Painel de BI e dashboards que permitam acompanhar em tempo real o desempenho das metas nacionais no âmbito do 1º e 2º graus”, conforme previsto no Plano de Ação das Metas 1 e 2 (2º grau) nos moldes da Portaria CNJ Nº 141/2024

Conforme informado no Aviso CSCOR nº 01/2025, o painel de Metas Nacionais está disponível na Intranet, no menu Sistemas, bem como o Painel de Metas Nacionais do 1º grau também está disponível dentro do sistema RADAR.

Em relação à Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário, foram realizadas as seguintes atividades no âmbito do Projeto Divulga PID, conforme documentado no processo SEI 2025.0.000014917-9:

Reunião para prospecção de problemas comuns; Brainstorm sobre os PIDs; Entrevistas com servidores lotados nas unidades que gerenciam os PIDs; Identificação da raiz do problema (Jornada do Usuário + 5 Porquês); Oficina para propostas (Crazy Eights). Reunião com Chefes (ID 4660497) Criação da Página PID (ID 4662512) Publicação de Notícia link: <https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Outubro/conheca-os-pontos-de-inclusao-digital-do-tre-rj>

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Meta 1 - Considerando o baixo número de novos casos no período, a tendência é de melhora, ainda que sem aumento da produtividade.

Metas 2 e 4 - O desempenho dessas metas é diretamente relacionado à estratégia adotada pelas unidades judiciárias. Desse modo, diante da criticidade da Meta 1, entende-se oportuna a priorização dos processos que impactam nesta Meta.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasA Portaria CNJ Nº 141/2024 dispõe que os tribunais deverão elaborar plano de ação quadrimestral no ano de 2025 para cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2 (art. 4º).

Os Planos de Ação das Metas 1 e 2 do 1º e 2º graus referentes ao 2º quadrimestre, bem como o progresso das ações inicialmente planejadas para o primeiro quadrimestre, foram registrados tempestivamente, em maio, conforme consta nos processos SEI nº2025.0.000014466-5 e 2025.0.000028796-2 (1º grau) e 2025.0.000014675-7 (2º grau). Destacam-se as principais ações:

1º Grau:

Continuação da ação “Ampliar a capacitação de servidores com cursos sobre processamento no PJe (1º grau) e gestão processual, junto às zonas Eleitorais”Continuação da ação “Direcionar e auxiliar as Zonas Eleitorais na gestão processual para que a tramitação dos processos ocorra de forma mais célere”.

Cabe registrar que, conforme informações da SVPCRE, o Prêmio de Eficiência da Zonas Eleitorais está em fase de revisão em diversos pontos, tais como: forma de categorizar as Zonas Eleitorais; novos requisitos a serem avaliados, nova forma de premiação, entre outros. Esta ação voltará a ser implementada com o objetivo inicial, de reconhecer a eficiência e o desempenho das Zonas Eleitorais, mas num aspecto mais abrangente em relação às atividades cartorárias. A previsão de lançamento deste novo prêmio é para 2026.

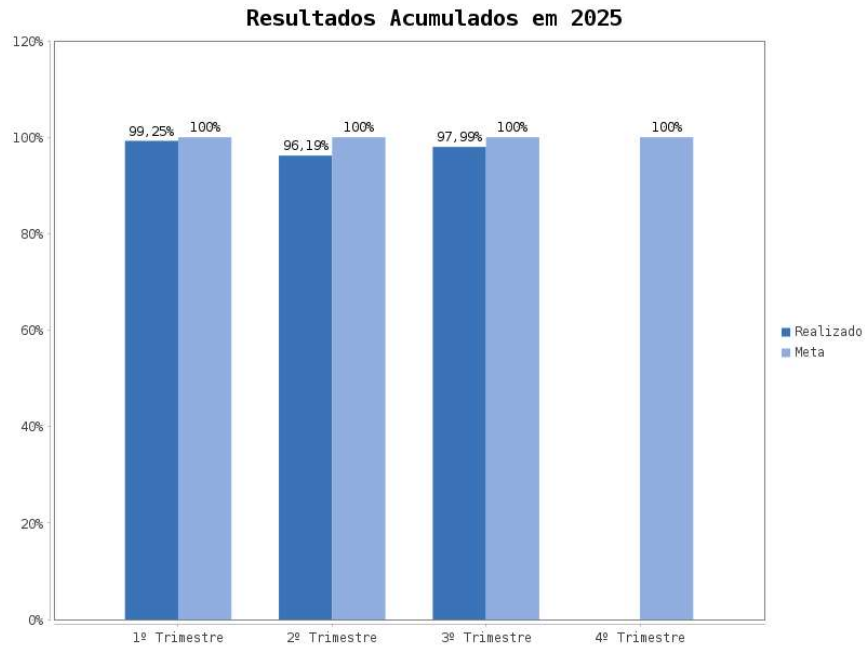
2º Grau:

Continuação da ação “Realizar encontros periódicos das áreas de planejamento estratégico com as áreas judiciárias do 2º grau para acompanhamento do desempenho das metas”.Continuação do “mapeamento dos processos que impactam no desempenho do Tribunal em cada uma das metas”.Início das ações: monitorar e analisar periodicamente os dados extraídos dos painéis BI, para suporte na tomada de decisão e realizar capacitação em Inteligência Artificial.

Riscos associados ao objetivoO principal risco associado ao objetivo se relaciona ao não alcance da Visão institucional no que diz respeito à prestação jurisdicional.

OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade

Desempenho do Período: 97,99%



Responsável: SGPR.

Análise de contextoFechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec

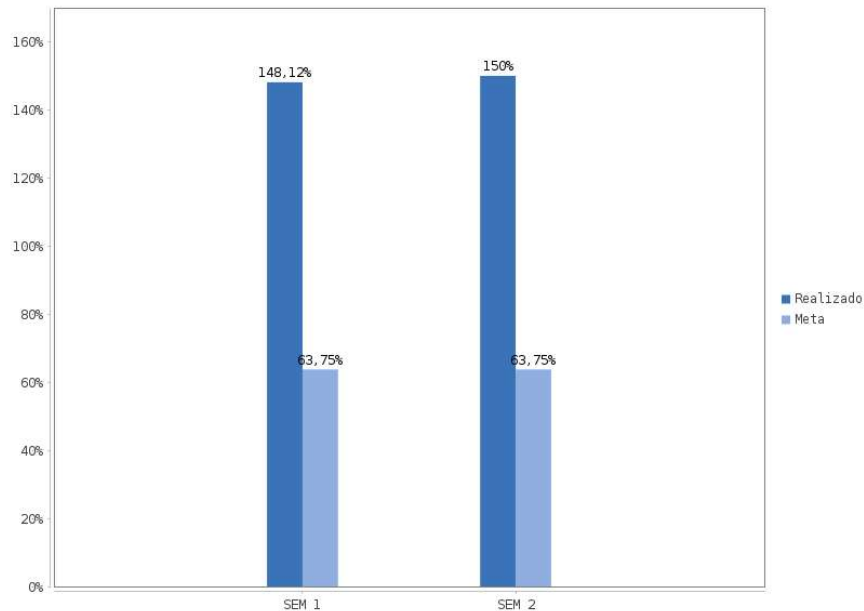
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivoFechado pela Asstec

IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro

Desempenho do Período: 232,34%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: NOUVE.

Análise de contexto

Durante o primeiro semestre de 2025, foram registradas 691 avaliações referentes aos atendimentos presenciais realizados pelas Zonas Eleitorais. Desse total, 678 avaliações foram consideradas satisfatórias, o que corresponde a um índice de 98% de aprovação por parte dos usuários que utilizaram os serviços eleitorais presencialmente.

Além disso, foram recebidas 8 avaliações referentes ao atendimento remoto, todas classificadas como satisfatórias, também resultando em um índice de 100% de aprovação.

Cumprir destacar que o período avaliado não corresponde a ano eleitoral, tampouco foram promovidas campanhas de biometria, o que pode ter contribuído para uma demanda mais equilibrada e, conseqüentemente, para a elevada taxa de satisfação registrada. A diminuição ou ausência de filas, a maior disponibilidade de atendimento e a menor pressão por prazos podem ter favorecido uma experiência mais positiva para os eleitores.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Todos os quesitos avaliados receberam notas satisfatórias, com média acima de 4,68.

Não foram realizadas campanhas de biometria.

Dessa forma, o índice de satisfação se coaduna com o cenário apresentado: diminuição ou ausência de filas e maior disponibilidade de atendimento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Durante o período, foram identificadas diversas demandas relacionadas à dificuldade de acesso aos serviços do Gov.br e do INSS, em razão de supostas inconsistências na biometria dos cidadãos. Muitos usuários foram orientados por esses órgãos a procurar a Justiça Eleitoral para realizar nova coleta biométrica.

Contudo, verificou-se que, em grande parte dos casos, a biometria já se encontra regularmente cadastrada no banco de dados da Justiça Eleitoral, sendo o problema decorrente da migração das informações entre os sistemas dos diferentes órgãos públicos.

As possíveis soluções para esses casos ainda estão em análise, o que poderá gerar impacto na percepção de qualidade e na satisfação do usuário externo com os serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Considerando os resultados obtidos no primeiro semestre de 2025 e os desafios identificados, especialmente no que se refere às demandas relacionadas à biometria e à integração de dados com outros órgãos públicos, propõem-se as seguintes ações para aprimorar o desempenho dos atendimentos prestados pelas Zonas Eleitorais:

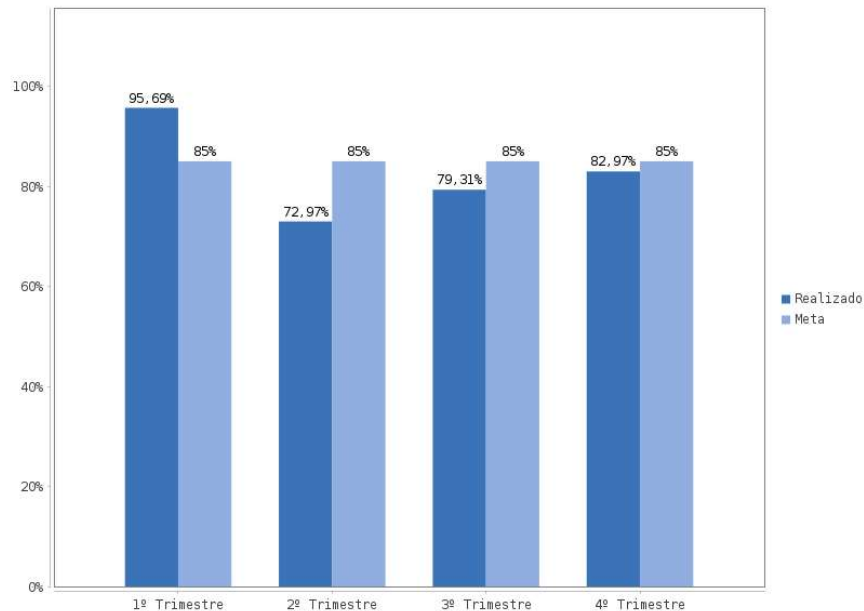
— Estabelecer um canal permanente de articulação com os demais órgãos que utilizam os dados biométricos da Justiça Eleitoral, com o objetivo de alinhar procedimentos, esclarecer competências e aprimorar os fluxos de migração de dados. Isso

contribuirá para evitar o redirecionamento inadequado de cidadãos à Justiça Eleitoral.

— Desenvolver e divulgar materiais informativos orientando sobre a coleta biométrica realizada pela Justiça Eleitoral e nos casos em que há dificuldades de acesso a serviços do Gov.br ou INSS .

Riscos associados ao objetivo

Há o risco de que outros órgãos, como o INSS e o Gov.br, continuem redirecionando cidadãos à Justiça Eleitoral mesmo quando as demandas não estão relacionadas a falhas no cadastro eleitoral. Essa prática pode gerar frustração no público, desgaste institucional e impacto direto nos índices de satisfação com os serviços prestados.

IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação**Desempenho do Período: 93,30%****Resultados Acumulados em 2025****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: NOUVE.****Análise de contexto**

No período de referência, a Central de Atendimento Telefônico (CAT) recebeu um total de 262 avaliações referentes aos serviços prestados. Desse total, 259 avaliações foram classificadas como satisfatórias, o que representa um índice de 98,8% de aprovação por parte dos usuários que utilizaram o canal.

Os dados demonstram alto nível de aprovação dos atendimentos realizados, refletindo a eficiência e a resolutividade do canal, mesmo diante da diversidade de demandas recebidas.

Cabe destacar que tanto a CAT quanto a Ouvidoria atuam como canais estratégicos de interlocução com o cidadão, especialmente em períodos de menor movimento eleitoral. O desempenho positivo desses canais é essencial para a manutenção da confiança institucional e da qualidade do serviço público prestado pela Justiça Eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Ao longo do terceiro trimestre foi implantado o novo sistema de atendimento do NOUVE objetivando estruturar o registro de ocorrências e a geração de análises e informações para alta adm. Após esse processo de implantação, foram iniciadas as ações de implantação do Sistema Nacional de Ouvidorias da JE, sistema SAC-JE, com previsão de implantação em 01/12/2025. Optou-se por realizar a migração de sistema, dado que todo o trabalho de aprimoramento das bases de dados e relatórios mostram-se úteis para a migração do sistema nacional. Além disso, foi implantada a base de atendimento padronizada, elaborada em conjunto com todas as unidades do TRE. Desenvolvido padrão de resposta ao demandante, tornando a resposta mais clara (utilização de linguagem simples) e visualmente mais agradável. Por fim, foram revisadas as páginas do NOUVE na internet com implementação de linguagem simples, foi implantada uma página para público interno e implementação de painéis de atendimento da CAT e das demandas registradas no sistema do NOUVE.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo).

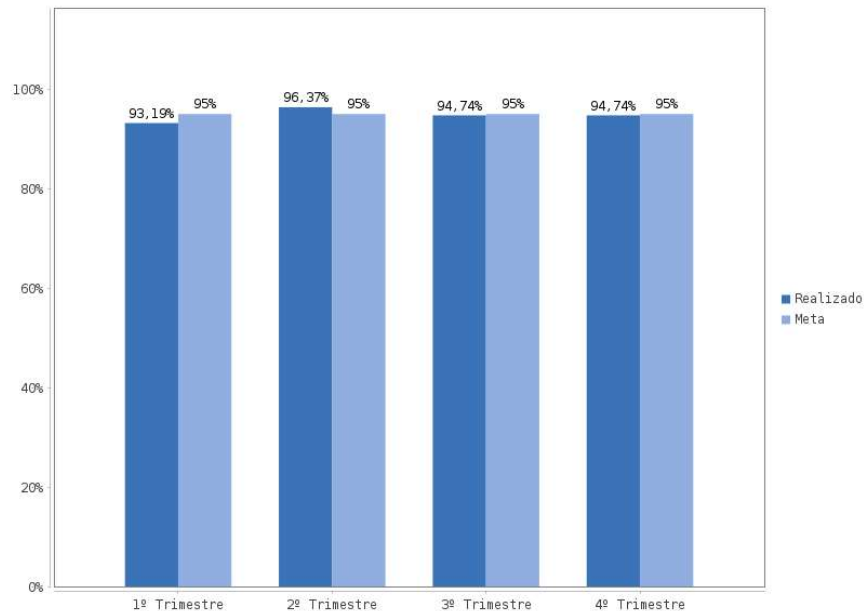
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas: Implementação de um programa de capacitação contínua das equipes de atendimento. É fundamental promover treinamentos regulares voltados ao aperfeiçoamento das habilidades de comunicação bem como à atualização constante sobre os procedimentos institucionais.

Riscos associados ao objetivo: Não foram identificados riscos no período.

IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria

Desempenho do Período: 99,73%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: NOUVE.

Análise de contextoAs manifestações recebidas pela Ouvidoria são processadas dentro dos prazos regulamentares, observando-se os fluxos internos e os encaminhamentos às unidades responsáveis, quando necessário. O desempenho, portanto, resulta da atuação conjunta entre a Ouvidoria e as demais unidades do Tribunal. Desde o final do 2 trimestre o Núcleo de OUvidoria vem implementando um série de modificações nos sistemas de apoio e na padornização e bsaes de atendimento. O objetivo é que a partir do primeiro trimestre de 2026 todos os levantamentos de dados realizados pelo NOUVE seja simplificados e mais fidedignos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNo 3º trimestre, foram realizadas ações estruturantes nas bases dos sistemas de recebimento e padronização na extração de relatórios no período em referência não é possível aferir de forma fidegina maiores informações senão dos atendimentos totais. Essa s ações finalizarão após 1/12 quando teramos o sistema nacional de ouvidorias da JE implantado e com geração de dados padronizad os em toda JE.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Com a consolidação dos painéis de monitoramento e o uso ativo das ferramentas Tempo de Resposta das Unidades e ATRDP, a Ouvidoria vem aprimorando sua capacidade de identificar gargalos e propor ações direcionadas.

A tendência para os próximos trimestres é de manutenção do bom desempenho, com possibilidade de melhora no tempo médio de resposta, a depender do engajamento contínuo das unidades envolvidas. A entrada das demandas relacionadas à LGPD sinaliza a necessidade de atenção específica a esse tipo de pedido, que tende a se tornar mais frequente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasManutenção do monitoramento contínuo dos prazos por meio das ferramentas gerenciais disponíveis.

Acompanhamento das novas demandas de LGPD, com possível orientação às unidades quanto à correta tratativa desses pe didos.

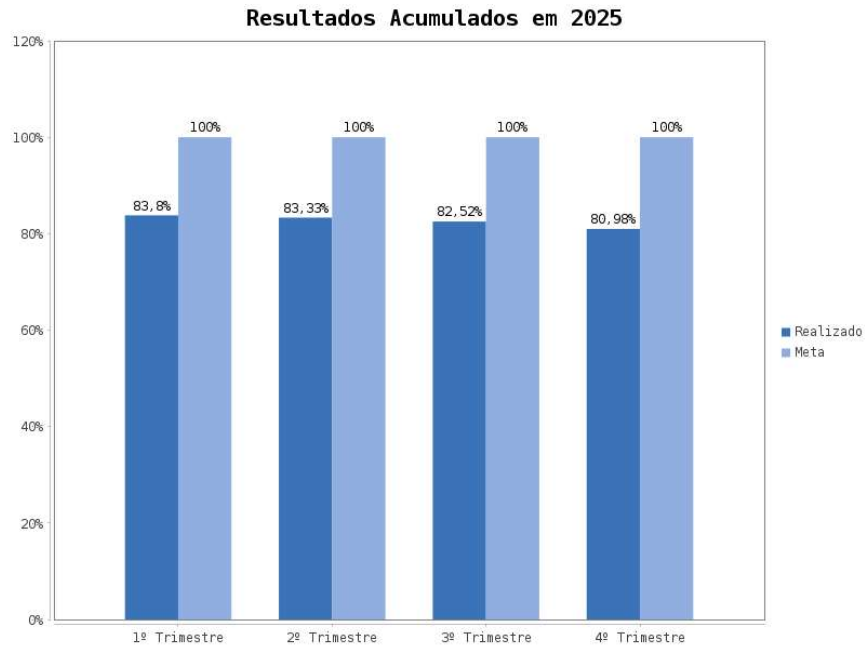
Reforço das ações orientativas junto às unidades com histórico de maior incidência de atrasos, com foco na prevenção de r ecorrências.

Aprimoramento dos alertas automáticos e comunicação ativa (e-mails e telefonemas), garantindo resposta dentro dos praz os legais e regimentais.

Riscos associados ao objetivoO principal risco segue sendo a insatisfação do usuário em caso de resposta intempestiva, o que pode comprometer a image m institucional do Tribunal. O crescimento das manifestações, embora positivo como sinal de confiança, pode representar um desafi o adicional para a manutenção da agilidade nas respostas.

OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral

Desempenho do Período: 82,52%



Responsável: DG.

Análise de contextoFechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec

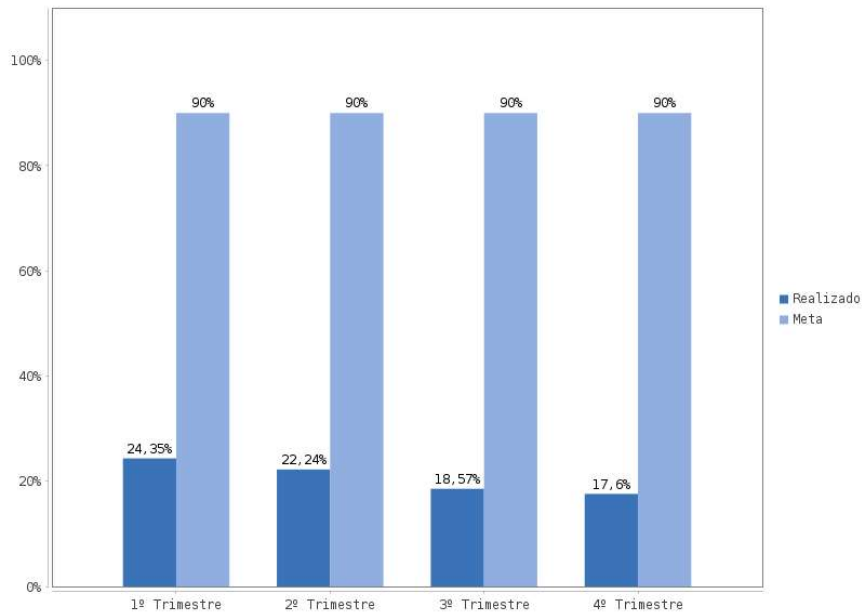
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivo

IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital

Desempenho do Período: 20,63%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSORI.

Análise de contexto: Aumento do atendimento presencial por conta de demandas oriundas do Gov.br e INSS.

Baixo engajamento dos eleitores no uso da ferramenta Título Net.

Realidade social no país, com elevado número de excluídos digitais.

Necessidade de estimular o comparecimento do eleitorado para coleta de dados biométricos nas unidades de atendimentos da Justiça Eleitoral Fluminense, que vai de encontro ao objetivo deste indicador.

Na RAE do 1º trimestre de 2025, decidiu-se pela necessidade de se reanalisar o indicador, inclusive quanto à necessidade de sua manutenção, suspensão ou cancelamento, tendo em vista que as iniciativas para alavancar o desempenho do IE06A vão de encontro com o objetivo referente à biometrização.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos: Realizada a análise do indicador, sugeriu-se o seu cancelamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo): Tendência de piora no desempenho do indicador, em virtude do aumento na busca pelos serviços da Justiça Eleitoral de forma presencial, decorrente de demandas do Gov.BR e INSS, além da necessidade de convocar os eleitores para a biometrização.

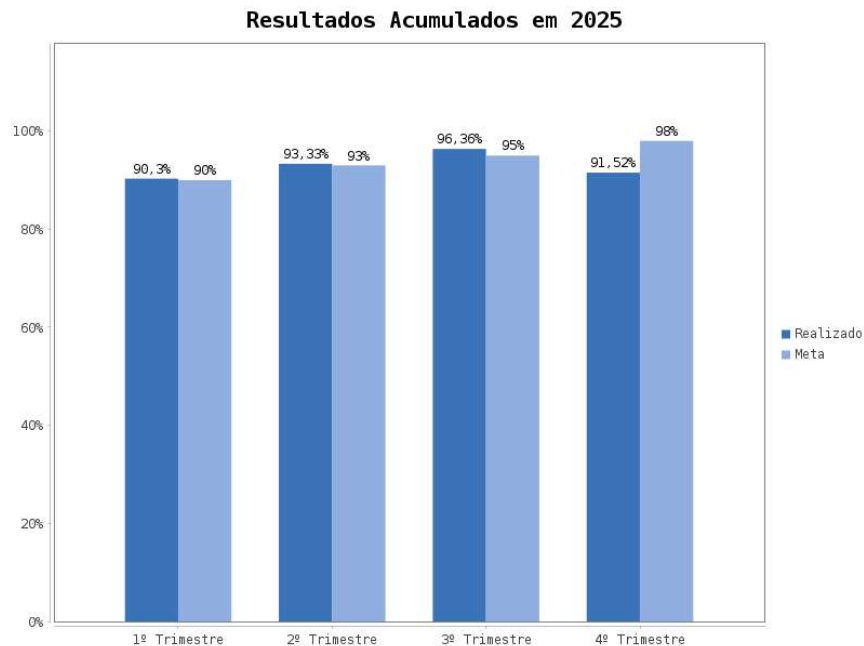
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas: Sugere-se o cancelamento do indicador, pelos seguintes motivos:

o indicador foi criado na pandemia de Covid-19, quando o atendimento presencial e a coleta biométrica haviam sido restringidos e a diretriz era incentivar os requerimentos de alistamento eleitoral (RAE) de forma virtual, a fim de diminuir o comparecimento às zonas eleitorais e às Centrais de Atendimento ao Eleitor; com o fim da pandemia e a retomada do atendimento biométrico, as regras de funcionamento do Título NET mudaram, passando a exigir o comparecimento dos eleitores sem biometria cadastrada (inclusive daqueles que solicitam alistamento eleitoral) às unidades de atendimento, a fim de efetivar a coleta; atualmente, a diretriz adotada pelo TSE aponta para a necessidade de aumentar o percentual de eleitores biometrizados; conflito de objetivos: o objetivo atual do Tribunal de aumentar o percentual de eleitores biometrizados no Estado, que envolve a necessidade de comparecimento presencial a uma unidade de atendimento, vai de encontro às iniciativas de alavancar o desempenho do IE06A, que envolvem o estímulo à procura por serviços eleitorais pelo meio digital; e alto percentual de excluídos digitais. Após o alcance do percentual desejado de biometrização no Estado, poderá ser criado novamente um indicador relacionado com a utilização dos serviços eleitorais digitais, de preferência considerando a realidade brasileira de elevado número de excluídos digitais.

Riscos associados ao objetivo: Baixo desempenho devido aos fatores já relacionados na análise do contexto.

IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência

Desempenho do Período: 101,44%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contextoMeta do indicador: 90% das Zonas Eleitorais com situação “satisfatório” (acima de 70% no Ranking de Eficiência).

Meta alcançada no 3º trimestre: 93,38%, com 158 Zonas Eleitorais em situação “satisfatório”, 6 em situação “atenção” (entre 50% e 70%) e 2 em situação “insatisfatório” (entre 25% e 50%).

Segue abaixo a análise mais detalhada de cada eixo:

1) Eixo Eficiência Processos Judiciais - desempenho de 92,86% no final do 3º trimestre (final do 2º trimestre; 90,10%).

Dentro deste eixo, temos 5 variáveis, as quais apresentaram os respectivos resultados no final do 2º trimestre:

- Redução da Taxa de congestionamento: 82,97% (final do 2º trimestre: 82,87%)
- Redução Processos Parados há mais de 30 dias: 97% (final do 2º trimestre: 95%)
- Redução Processos Concluídos há mais de 30 dias: 99% (final do 2º trimestre: 100%)
- Redução Baixas sem Decisão: 96% (final do 2º trimestre: 95%)
- Índice de Atendimento à Demanda: 95,76% (final do 2º trimestre: 86,47%)

2) Eixo Eficiência Procedimentos Administrativos Eleitorais - desempenho de 96,22% no final do 3º trimestre (final do 2º trimestre: 92,98%).

Os processos analisados neste eixo são exclusivos da Justiça Eleitoral e não são considerados para o Prêmio CNJ de Qualidade, mas também desempenham importância no âmbito processual, uma vez que tratam de assuntos administrativos diretamente ligados a eleições e direitos políticos, por exemplo.

3) Eixo Eficiência Metas Nacionais — desempenho de 93,25% no final do 3º trimestre (final do 2º trimestre: 89,53%).

Dados extraídos do painel de Metas Nacionais CNJ, desenvolvido internamente pelo Tribunal.

Obs.: Metas Nacionais CNJ:

Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no período);

Meta 2 (Julgar processos mais antigos: a_distribuídos até 31/12/2023; b_distribuídos até 31/12/2019);

Meta 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais: a_referentes às eleições de 2022; b_referentes às eleições de 2024).

Ações realizadas no último período e resultados obtidosSeguem abaixo as ações realizadas no 3º trimestre e os respectivos resultados:

1) Alerta “Processos Paralisados há mais de 30 dias”:

Com o objetivo de impulsionar a regularização do trâmite processual nas zonas eleitorais, foram realizados 659 alertas direcionados a processos sem movimentação há mais de 30 dias, abrangendo todas as classes em tramitação.

Resultados alcançados: 4.516 processos julgados, com destaque para 3.136 processos da classe PCE e 891 da classe PC-PP. 4.596 processos baixados, o que representa 77% dos processos pendentes de baixa no 1º grau (de um total de 5.903, sendo 4.764

em tramitação e 1.139 sobrestados).

2) Alerta “Procedimentos Investigativos”:

Foram emitidos 199 alertas específicos para procedimentos da classe Inquérito Policial, Termo Circunstanciado e Representação Criminal/Notícia de Crime, com foco nos casos sem movimentação há mais de 30 dias ou expedidos à Polícia Federal há mais de 120 dias. A medida visa evitar a tramitação prolongada e desnecessária, que pode comprometer prazos prescricionais e a efetividade da persecução penal.

Resultados alcançados: 165 procedimentos investigativos decididos, representando 22% do total pendente de decisão (atualmente são 760). 173 procedimentos investigativos baixados no período, de um total de 807 pendentes de baixa (sendo 697 em tramitação e 110 sobrestados).

3) Plano de Ação – PCE Eleições 2024:

Com foco na redução do acervo de Prestações de Contas Eleitorais (PCEs) e no cumprimento do prazo estabelecido até 19/12/2025, foi implementado plano de ação específico junto a 7 Juízos previamente selecionados. Dentre as ações previstas no referido plano, foi viabilizado o apoio técnico para elaboração de pareceres, por meio de parceria firmada entre a VPCRE e a ASCEPA. O acompanhamento da evolução do julgamento e da baixa dos processos está sendo realizado mediante monitoramento específico em processo SEI.

Principais medidas adotadas: Apoio técnico na elaboração de pareceres, em parceria com a ASCEPA; Monitoramento contínuo da evolução dos julgamentos e baixas por meio do uso de Dashboard Monitor AM; Ações voltadas à otimização do fluxo processual e ao cumprimento das metas nacionais do CNJ.

Resultados alcançados no consolidado (início do plano de ação em agosto de 2025): processos pendentes de baixa: de 936 para 454, correspondendo a uma redução 51%; processos pendentes de julgamento: de 779 para 286, correspondendo a uma redução de 63%.

4) Conclusão do Lab 26 na 93ª Zona Eleitoral de Barra do Piraí e na 149ª Zona Eleitoral de Guapimirim:

Após três e quatro meses, respectivamente, de acompanhamento e ações direcionadas, foi concluído o Projeto Lab26, nas sobreditas zonas.

Resultados alcançados (resumido):

93ª Zona Eleitoral: no início do projeto, em 01 de abril de 2025, a 93ª Zona Eleitoral contava com um acervo de 377 processos, sendo 192 em tramitação e 185 sobrestados, dos quais 322 estavam pendentes de julgamento. Ao final do projeto, em 30 de junho de 2025, o acervo foi reduzido para 345 feitos (338 em tramitação e apenas 7 sobrestados), sendo 294 sem decisão, o que representa uma redução de 9% de processos ainda não julgados. Pertinente apontar que durante a execução do projeto, houve o dessobrestamento de 178 processos, todos da classe PCE (145 apenas no mês de maio) e autuação de mais 17 processos. Ainda sim, apesar do acréscimo de 195 processos (178 dessobrestados e 17 novos, que representa um aumento de 52%, se comparado com acervo do início do Lab26 de 377 processos), o cartório conseguiu reduzir: O total de processos pendentes de decisão de 322 para 294 (redução de 9%); O quantitativo de pendentes de baixa de 377 para 345 (redução de 8%). Ademais, houve o julgamento de 66 (58 decididos e 8 baixados sem decisão) e a baixa de 68 processos, reforçando os avanços alcançados.

149ª Zona Eleitoral: no início do projeto, em 01 de março de 2025, o Juízo contava com um acervo de 302 processos (292 em tramitação e 10 sobrestados). Dos processos em tramitação 249 estavam pendentes de julgamento. Ao término do projeto, em 30 de junho de 2025, o acervo de processos foi reduzido para 212 (203 em tramitação e 9 sobrestados), sendo que dos feitos em tramitação 171 sem decisão, representando uma redução significativa de 31% em relação ao volume inicial de março de 2025. Destaca-se, nesse intervalo, a distribuição de 16 novos processos, o que reforça ainda mais os resultados obtidos. Vale ressaltar, ademais, a baixa de 114 processos ao longo do projeto, demonstrando a efetividade das medidas adotadas.

5) Curso “Gestão Cartorária – Fase 2”:

Foi realizada com sucesso a segunda fase do curso Gestão Cartorária com Ênfase em Processos Judiciais, com foco em aspectos práticos da gestão processual e uso estratégico de dados. Tópicos abordados: Identificação de gargalos processuais; interpretação de indicadores e gráficos; priorização estratégica; simulações práticas com base em dados reais; simulação de cenários.

Avaliação e impacto da capacitação: antes do curso, 69% dos participantes declararam nível de conhecimento ótimo ou bom; após a formação, esse índice saltou para 98%, evidenciando um avanço significativo na qualificação técnica.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)As Zonas Eleitorais vêm apresentando bom desempenho no decorrer dos três trimestres deste ano. No final do 3º trimestre, o 1º grau estava com 6.130 processos pendentes de baixa em comparação com 9.103 no final do 2º trimestre. Vale destacar que a partir de Julho houve o ingresso de 1.218 processos de PC-PP e mesmo assim ocorreu uma diminuição significativa do passivo pendente.

A tendência é que o ano se encerre com resultado positivo, reflexo das ações implementadas e da dedicação das unidades judiciárias de 1º grau na tramitação dos processos judiciais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasSeguem abaixo ações previstas para o próximo trimestre:

Reforço e expansão do Plano de Ação – PCEs Plano de Ação PCEs - Zonas Críticas Capacitação PJe 1º para 165 servidores de Zonas Eleitorais; Teste Piloto Projeto "Alertas Zonas"

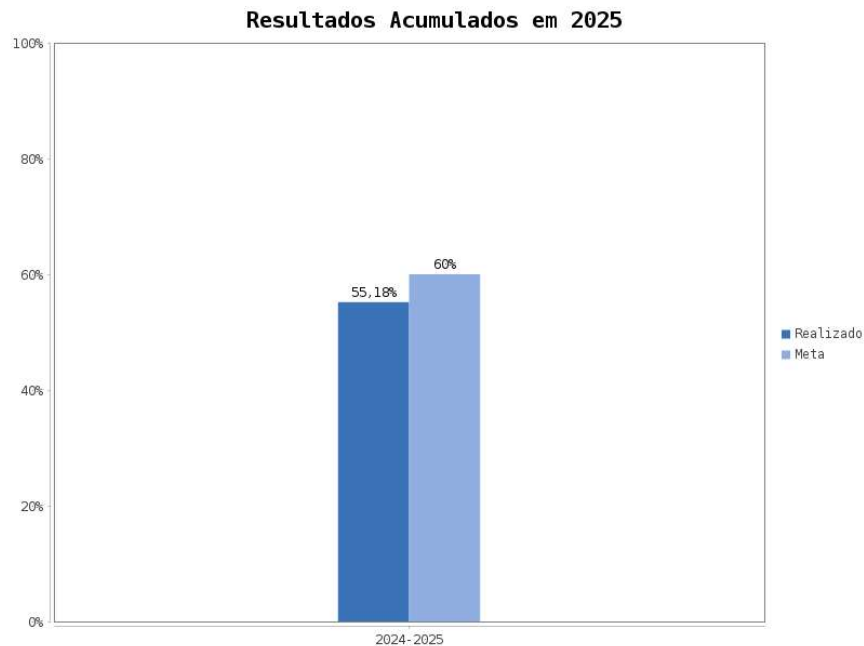
Além disso, a plataforma Radar (que reúne os diversos painéis BI de gestão processual) foi disponibilizada na página do TRE-RJ na Internet para os magistrados. Desta forma, o acesso à plataforma será facilitado. Para tanto, será realizado um encontro virtual com todos os Juízes Eleitorais para a apresentação da plataforma Radar (acesso, navegação, possíveis consultas).

Por fim, a revisão feita no provimento do Prêmio de Eficiência das Zonas Eleitorais será avaliada tecnicamente pela área de Tecnologia e Informação para dimensionarem a possibilidade de alterações no Ranking de Eficiência, ferramenta que faz a medição de eficiência para o Prêmio de Eficiência. A previsão de lançamento deste novo formato de prêmio continua sendo para 2026.

Riscos associados ao objetivo Diminuição do percentual de Zonas Eleitorais com padrão mínimo de eficiência (70%), assim como do desempenho processual.

IE 08 - Taxa de mesários voluntários

Desempenho do Período: 91,96%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASVPCRE.

Análise de contexto

A unidade competente para a matéria Mesários Voluntários (SEPLAT, subordinada à VPCRE) foi extinta pela Resolução TRE nº 1.335, de 2 de julho de 2024. De forma provisória, foi atribuída ao Grupo Permanente de Treinamento de Mesários e Colaboradores (GTM/RJ), cuja coordenadora é a Assistente da Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria (ASVPCRE), até a alteração do Regulamento Administrativo, o que ainda não ocorreu. Desde então e até às Eleições 2024, todo o esforço de trabalho da equipe foi concentrado nas atividades de elaboração, compilação e distribuição de material instrucional aos multiplicadores de treinamento de pessoal de eleição, além das tarefas relacionadas à contratação do manual da cartilha de mesários. Importante destacar que as entregas referentes ao voluntariado eram desenvolvidas por uma seção e estão, no momento, a cargo de um grupo de trabalho em que todos os membros atuam sem prejuízo de suas funções nas unidades onde estão lotados, o que reduz, significativamente, o tempo de dedicação à matéria. Em acréscimo, destaco que nenhum dos membros do grupo atuou na SEPLAT anteriormente e, portanto, não têm nenhuma expertise no conteúdo.

As eleições de 2024, por seu perfil municipal, não foi tão marcada pela polarização política observada no pleito anterior, o que pode não ter fomentado a mesma participação no processo eleitoral observado anteriormente.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Como já informado no item anterior, o GTM/RJ somente passou a responder pela matéria em julho de 2024 quando estava envolvido completamente em suas atividades regulamentares, que têm seu apogeu justamente no período eleitoral, inviabilizando a busca por novas parcerias com universidades para concessão de horas de atividades complementares e do convênio com OAB/RJ para concessão de horas de estágio para estudantes de direito.

Após as eleições, o Grupo dedicou-se ao conhecimento e atualização dos dados dos convênios e parcerias. Devido à extinção da unidade no sistema SEI, foi necessária a identificação, consulta e envio à unidade GTM/RJ de todos os 158 processos de tratativas de convênio que estavam sob a responsabilidade da SEPLAT.

Todas as planilhas de controles foram revistas e consolidadas em uma única, de forma a otimizar os trabalhos futuros. Atualmente, há 170 instituições de ensino superior cadastradas (campi e polos incluídos) que não foram contatadas e 97 que, apesar de contatadas, não retornaram e necessitam que sejam estabelecidas novas conversas.

Atente-se que duas grandes instituições de ensino não possuem convênio com este Regional para concessão de horas de atividades complementares em razão do trabalho voluntário: UERJ e Estácio de Sá. Esta última conta com uma extensa gama de campi e polos, com quem as negociações foram feitas de forma individual, resultando em apenas 3 convênios.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Os trabalhos de atualização do Regulamento Administrativo do TRE/RJ foram retomados e tem-se a expectativa de revisão da unidade competente para tratamento do Programa Mesário Voluntário, de forma que fique a cargo de uma seção e não de um

grupo de trabalho, a fim a possibilitar o desenvolvimento das tarefas de forma mais célere.

Saliente-se que, caso a mudança se concretize, deverá ser levado em conta o tempo necessário para o novo setor integrar as novas atividades aos rol das já existentes.

Nos próximos meses, o GTM estará envolvido com o Plano de Ação oriundo da Avaliação das Eleições com vista à melhoria do treinamento dos multiplicadores de mesários.

A previsão para os próximos 6 meses é, portanto, de estabilidade no desempenho do objetivo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Buscar apoio da administração para retornar as negociações com as universidades UERJ e Estácio, esta, de forma centralizada.

Para 2026, será necessária a renovação da parceria com a OAB/RJ.

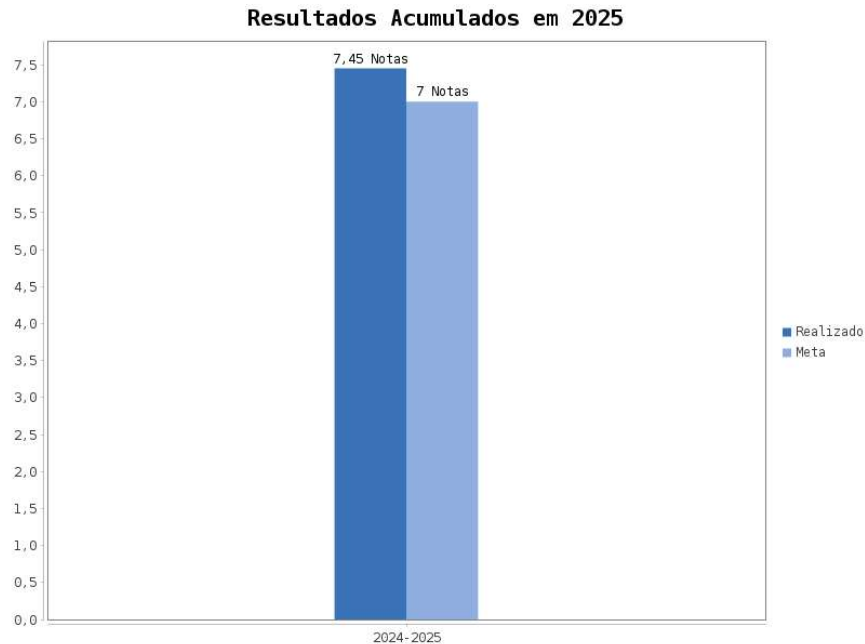
Riscos associados ao objetivo

A manutenção das atividades do Programa Mesário Voluntário como atribuição de grupo de trabalho e não à unidade.

Falta de apoio da administração junto à UERJ e à Estácio de Sá , tendo em vista que apenas o encaminhamento de ofício, sem uma negociação junto à Reitoria das Universidades, não se mostrou efetiva

IE 09A - Taxa de aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais

Desempenho do Período: 106,43%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.

Análise de contexto

Trata-se de análise do Indicador Estratégico IE 09A – "AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ELEITORAIS", referente às Eleições de 2024, cuja periodicidade é bianual.

Inicialmente, cabe destacar que nas Eleições de 2022, o indicador correspondia ao IE 09 – "TAXA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS

ELEITORAIS", elaborado para medir a avaliação média do público interno em relação às atividades desenvolvidas no processo eleitoral e sua periodicidade

de medição e análise são bianuais, ou seja, após cada pleito eleitoral, sendo apurado com base na avaliação das eleições, realizada pelos(as)

servidores(as) e magistrados(as) do TRE-RJ.

A medição era realizada a partir do somatório das médias das notas atribuídas a cada tema previsto na avaliação das Eleições dividido pelo número de temas

submetidos à avaliação.

O IE 09A, por sua vez, mede a nota do público interno em relação às atividades desenvolvidas no processo eleitoral, sendo composto por duas variáveis:

a) MMNATPE, correspondente à média das notas atribuídas aos temas que foram objeto de melhoria priorizada na Eleição anterior (somatório das notas

atribuídas a cada tema dividido pelo número de temas);

b) MNATE, equivalente à média das notas atribuídas aos temas que não foram objeto de melhoria priorizada na Eleição anterior (somatório das notas

atribuídas a cada tema dividido pelo número de temas).

O resultado do indicador corresponde ao somatório das duas variáveis dividido por dois.

Para que fossem definidas as metas de 2022 (6,70), 2024 (7,0) e 2026 (7,5), usou-se como parâmetro a média da avaliação das eleições de 2020 (6,60),

utilizando-se, para tanto, a métrica de notas de 1 a 10 para cada tema avaliado.

No entanto, na Avaliação das Eleições de 2024 julgou-se mais adequada a utilização da métrica de notas de 1 a 5 para cada tema avaliado e não mais de

1 a 10. Dessa forma, os resultados da medição das duas variáveis que compõem o indicador foram multiplicados por dois, para fins de registro no

sistema GERIR.

Nesse sentido, a média das notas atribuídas aos temas que foram objeto de melhoria priorizada na Eleição de 2022 ficou em 7,3 e a média das notas dos temas que não foram objeto de melhoria priorizada no referido pleito foi 7,6, totalizando a média 7,45 como resultado do IE09A.

Dos 16 temas avaliados, 09 foram objeto de melhoria prevista no Plano de Melhorias para as Eleições de 2024:

- Fechamento de Cadastro
- Fiscalização de Propaganda
- Geração de Mídias e Preparação de Urnas
- Infraestrutura
- Kit Zona
- Locais de Votação
- Requisição e cessão de Servidores
- Transporte (Distribuição e recolhimento de materiais, mídias e urnas)
- Mesários e demais auxiliares, inclusive Junta Eleitoral

Por outro lado, 07 temas não foram objeto de melhoria prevista no Plano de Melhorias para as Eleições 2024:

- Suprimento de Fundos
- Justificativa Eleitoral (inclusive sistema Justifica e E-Título)
- Segurança nas Eleições
- Prestação de Contas de Campanha
- Representação e Direito de Resposta
- Registro de Candidaturas
- Captação, Transmissão, Totalização de Votos e Diplomação de Eleitos

Este resultado do IE09A (7,45) equivale a 106% do grau de cumprimento da meta estabelecida para as Eleições de 2024, definida em 7,00.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação ao ciclo monitoramento da Avaliação das Eleições 2022, foram realizadas as seguintes ações:

1 - Atualização dos status do andamento dos planos de ação aprovados na Intranet > Portal das Eleições > submenu Avaliação das Eleições >

Monitoramento;

2 – Instrução mensal dos processos de monitoramento no SEI, com informação à Coordenadoria de Planejamento Estratégico e à Diretoria-Geral, para fins de conhecimento do andamento dos planos de ação e eventual atuação junto às unidades responsáveis pela execução das melhorias;

3 - Atualização mensal por parte das unidades responsáveis, nas planilhas compartilhadas pela Asplel no Google Space, do andamento da execução dos seus Planos de Ação.

Em relação ao ciclo elaboração da Avaliação das Eleições 2024, foram realizadas as seguintes ações:

1 - Disponibilização, em junho de 2024, de formulário para registro de comentários, elogios e sugestões de melhoria para os processos de trabalho

que serão submetidos à Avaliação das Eleições no momento que estavam sendo executados (Aviso DG 10/2024);

2 - Disponibilização, em outubro de 2024, do formulário de Avaliação de Eleições, com campo para atribuição de notas e de registro de comentários para cada um dos temas avaliados (Aviso DG 40/2024);

3 - Compilação, Tratamento e disponibilização dos resultados da Avaliação das Eleições 2024 num painel BI disponibilizado no Portal das Eleições

([https://app.powerbi.com/view?](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiOTFINjc1NzktNGRjMCO0NjFkLWJlZjEtZDhmYmRiNDEzMGM2liwidCI6IjFlYzc4ZDk3LTQ3NTctNGU1Ny05YmM4LTlxMWU2NzQ4ZWU0MyJ9)

[r=eyJrljoiOTFINjc1NzktNGRjMCO0NjFkLWJlZjEtZDhmYmRiNDEzMGM2liwidCI6IjFlYzc4ZDk3LTQ3NTctNGU1Ny05YmM4LTlxMWU2NzQ4ZWU0MyJ9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiOTFINjc1NzktNGRjMCO0NjFkLWJlZjEtZDhmYmRiNDEzMGM2liwidCI6IjFlYzc4ZDk3LTQ3NTctNGU1Ny05YmM4LTlxMWU2NzQ4ZWU0MyJ9));

4 - Indicação, pelas unidades responsáveis, de propostas de tratamento para cada uma das demandas advindas pela Avaliação das Eleições 2024;

5 - Realização de reunião com a Comissão de Representantes das Zonas Eleitorais - CORZE, para apresentação dos resultados da Avaliação das Eleições 2024;

6 - Indicação, pela CORZE, de 8 demandas (assuntos) da Avaliação das Eleições 2024 que consideram mais relevantes serem

objeto de melhorias para

as Eleições de 2026;

7 - Consolidação, pela Alta Administração, e aprovação, pelo Presidente do TRE-RJ, do Plano de Melhorias para as Eleições 2026;

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Primeiramente, cabe destacar que a próxima medição do IE-09A somente ocorrerá após o próximo pleito

Espera-se que o desempenho do indicador atinja a meta prevista para as Eleições de 2026, estabelecida em 7,5, considerando o seu desempenho no

pleito de 2024 (7,45), que consistiu em Eleições Municipais, as quais demandam um esforço maior por parte Zonas Eleitorais, principalmente no que

concerne aos Processos de Fechamento de Cadastro, Registro de Candidaturas e Prestação de Contas de Campanha.

Desta forma, a tendência é que o indicador alcance a meta estabelecida no final do Plano Estratégico 2021-2026 (7,5).

Esta Assessoria pretende, ainda, solicitar a alteração da ficha do indicador para readequação das unidades de medida do indicador para a escala de 1 a 5 e

também das metas bianuais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Asplel pretende manter a mesma metodologia utilizada para coleta de dados (aplicação de formulários com campo para atribuição de notas e registro de

comentários relacionados ao tema avaliado) e realização de workshops com utilização da metodologia de inovação (CIDA), desenvolvida pela Assessoria

para auxiliar as unidades responsáveis, e as que participam do processo de trabalho objeto da melhoria, a identificarem de forma colaborativa possíveis

soluções para as demandas advindas da Avaliação das Eleições, que são priorizadas de acordo com o binômio efetividade x esforço.

A Assessoria continuará, ainda, a realizar o monitoramento mensal dos planos de ação para implementação das melhorias priorizadas pela Administração na

Avaliação das Eleições de 2024, os quais deverão estar concluídos até o próximo pleito.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 – Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para o início e fim das atividades previstas nos Planos de Ação.

2 - Atraso na execução das atividades previstas no Plano, o que desencadeia atrasos na implementação das ações necessárias ao desenvolvimento das

atividades das zonas eleitorais e/ou de outras unidades;

3 – Dificuldade na identificação da necessidade de readequação dos prazos previstos nos planos de ação construídos para implementação das melhorias oriundas da Avaliação das

Eleições;

4 – Não identificação, pelas unidades responsáveis, da necessidade de dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como de encaminhar à Asplel, no

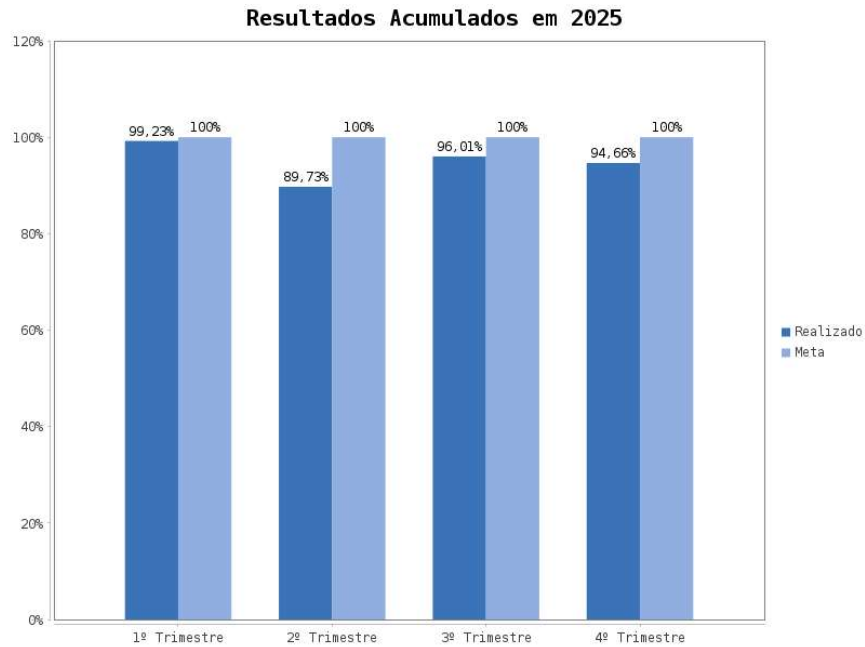
prazo assinalado para tanto, os reportes mensais;

5 – Alterações significativas na legislação eleitoral ou nos normativos e/ou na estrutura deste TRE-RJ, que de alguma forma, possam impactar o trabalhos

relacionados às eleições gerais.

OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional

Desempenho do Período: 96,01%



Responsável: SGPR.

Análise de contexto

Fechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado pela Asstec

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado pela Asstec

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

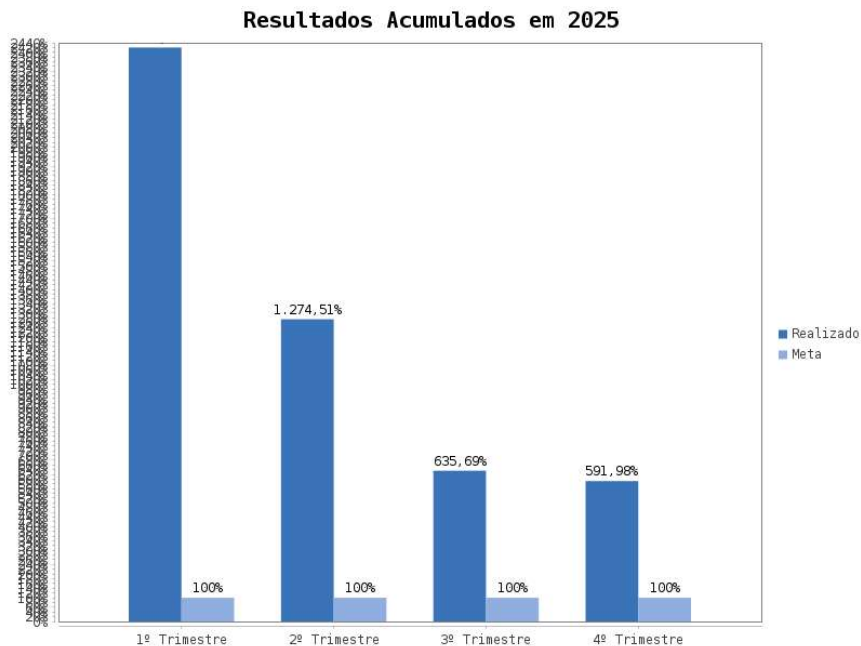
Fechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivo

Fechado pela Asstec

IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau

Desempenho do Período: 635,69%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto Este indicador verifica se a unidade judiciária foi capaz de baixar processos na mesma quantidade de processos ingressados no período. O ideal é que o percentual de 100% seja atingido e mantido para evitar o acúmulo de casos pendentes. O IAD é um indicador do CNJ, também cobrado no Prêmio CNJ de Qualidade.

Em análise aos ingressos e baixas processuais referentes ao 3º trimestre de 2025, temos os seguintes dados (extraídos do Atena — Indicadores):

- Casos Novos Criminais: Julho - 12 / Agosto - 10 / Setembro - 12 (Total: 34 processos)
- Casos Novos Não Criminais: Julho - 1.270 / Agosto - 120 / Setembro - 165 (Total: 1.555 processos)
- Processos Baixados Criminais: Julho - 14 / Agosto - 16 / Setembro - 19 (Total: 49 processos)
- Processos Baixados Não Criminais: Julho - 1.661 / Agosto - 1.210 / Setembro - 1.642 (Total: 4.513 processos)
- Processos Pendentes Criminais: 3º Tri — 327 processos
- Processos Pendentes Não Criminais: 3º Tri — 5.803 processos

Destaca-se, abaixo, as classes com maiores quantitativos de processos pendentes de baixa no final do 3º trimestre de 2025: Prestação de Contas Eleitorais (PCE): 3.360 processos (no 2º trimestre eram 6.793 processos); Prestação de Contas de Partidos Políticos (PC-PP): 1.325 processos (houve ingresso de 1.218 processos após Julho); Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual e Eleitorais (RROPCE e RROPCE): 525 processos; Ação Penal (APEL): 221 processos.

No final do 2º trimestre de 2025, tínhamos 9.103 processos pendentes. Já no final do 3º trimestre de 2025, diminuimos este montante para 6.130 processos pendentes. Ocorreu a baixa de 4.562 processos no 3º trimestre de 2025. Conclui-se que o indicador continua com bom desempenho, com percentual de cumprimento maior que 100%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Seguem abaixo as ações realizadas no 3º trimestre e os respectivos resultados:

1) Alerta “Processos Paralisados há mais de 30 dias”:

Com o objetivo de impulsionar a regularização do trâmite processual nas zonas eleitorais, foram realizados 659 alertas direcionados a processos sem movimentação há mais de 30 dias, abrangendo todas as classes em tramitação.

Resultados alcançados: 4.516 processos julgados, com destaque para 3.136 processos da classe PCE e 891 da classe PC-PP. 4.596 processos baixados, o que representa 77% dos processos pendentes de baixa no 1º grau (de um total de 5.903, sendo 4.764 em tramitação e 1.139 sobrestados).

2) Alerta “Procedimentos Investigativos”:

Foram emitidos 199 alertas específicos para procedimentos da classe Inquérito Policial, Termo Circunstanciado e Representação Criminal/Notícia de Crime, com foco nos casos sem movimentação há mais de 30 dias ou expedidos à Polícia Federal há mais de 120 dias. A medida visa evitar a tramitação prolongada e desnecessária, que pode comprometer prazos prescricionais e a efetividade da persecução penal.

Resultados alcançados: 165 procedimentos investigativos decididos, representando 22% do total pendente de decisão (atualmente são 760). 173 procedimentos investigativos baixados no período, de um total de 807 pendentes de baixa (sendo 697 em tramitação e 110 sobrestados).

3) Plano de Ação – PCE Eleições 2024:

Com foco na redução do acervo de Prestações de Contas Eleitorais (PCEs) e no cumprimento do prazo estabelecido até 19/12/2025, foi implementado plano de ação específico junto a 7 Juízos previamente selecionados. Dentre as ações previstas no referido plano, foi viabilizado o apoio técnico para elaboração de pareceres, por meio de parceria firmada entre a VPCRE e a ASCEPA. O acompanhamento da evolução do julgamento e da baixa dos processos está sendo realizado mediante monitoramento específico em processo SEI.

Principais medidas adotadas: Apoio técnico na elaboração de pareceres, em parceria com a ASCEPA; Monitoramento contínuo da evolução dos julgamentos e baixas por meio do uso de Dashboard Monitor AM; Ações voltadas à otimização do fluxo processual e ao cumprimento das metas nacionais do CNJ.

Resultados alcançados no consolidado (início do plano de ação em agosto de 2025): processos pendentes de baixa: de 936 para 454, correspondendo a uma redução 51%; processos pendentes de julgamento: de 779 para 286, correspondendo a uma redução de 63%.

4) Conclusão do Lab 26 na 93ª Zona Eleitoral de Barra do Piraí e na 149ª Zona Eleitoral de Guapimirim:

Após três e quatro meses, respectivamente, de acompanhamento e ações direcionadas, foi concluído o Projeto Lab26, nas sobreditas zonas.

Resultados alcançados (resumido):

93ª Zona Eleitoral: no início do projeto, em 01 de abril de 2025, a 93ª Zona Eleitoral contava com um acervo de 377 processos, sendo 192 em tramitação e 185 sobrestados, dos quais 322 estavam pendentes de julgamento. Ao final do projeto, em 30 de junho de 2025, o acervo foi reduzido para 345 feitos (338 em tramitação e apenas 7 sobrestados), sendo 294 sem decisão, o que representa uma redução de 9% de processos ainda não julgados. Pertinente apontar que durante a execução do projeto, houve o dessobrestamento de 178 processos, todos da classe PCE (145 apenas no mês de maio) e autuação de mais 17 processos. Ainda sim, apesar do acréscimo de 195 processos (178 dessobrestados e 17 novos, que representa um aumento de 52%, se comparado com acervo do início do Lab26 de 377 processos), o cartório conseguiu reduzir: O total de processos pendentes de decisão de 322 para 294 (redução de 9%); O quantitativo de pendentes de baixa de 377 para 345 (redução de 8%). Ademais, houve o julgamento de 66 (58 decididos e 8 baixados sem decisão) e a baixa de 68 processos, reforçando os avanços alcançados.

149ª Zona Eleitoral: no início do projeto, em 01 de março de 2025, o Juízo contava com um acervo de 302 processos (292 em tramitação e 10 sobrestados). Dos processos em tramitação 249 estavam pendentes de julgamento. Ao término do projeto, em 30 de junho de 2025, o acervo de processos foi reduzido para 212 (203 em tramitação e 9 sobrestados), sendo que dos feitos em tramitação 171 sem decisão, representando uma redução significativa de 31% em relação ao volume inicial de março de 2025. Destaca-se, nesse intervalo, a distribuição de 16 novos processos, o que reforça ainda mais os resultados obtidos. Vale ressaltar, ademais, a baixa de 114 processos ao longo do projeto, demonstrando a efetividade das medidas adotadas.

5) Curso “Gestão Cartorária – Fase 2”:

Foi realizada com sucesso a segunda fase do curso Gestão Cartorária com Ênfase em Processos Judiciais, com foco em aspectos práticos da gestão processual e uso estratégico de dados. Tópicos abordados: Identificação de gargalos processuais; interpretação de indicadores e gráficos; priorização estratégica; simulações práticas com base em dados reais; simulação de cenários.

Avaliação e impacto da capacitação: antes do curso, 69% dos participantes declararam nível de conhecimento ótimo ou bom; após a formação, esse índice saltou para 98%, evidenciando um avanço significativo na qualificação técnica.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)As Zonas Eleitorais vêm apresentando bom desempenho no decorrer dos três trimestres deste ano. No final do 3º trimestre, o 1º grau estava com 6.130 processos pendentes de baixa em comparação com 9.103 no final do 2º trimestre. Vale destacar que a partir de Julho houve o ingresso de 1.218 processos de PC-PP e mesmo assim ocorreu uma diminuição significativa do passivo pendente.

A tendência é que o ano se encerre com resultado positivo, reflexo das ações implementadas e da dedicação das unidades judiciárias de 1º grau na tramitação dos processos judiciais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasSeguem abaixo ações previstas para o próximo trimestre:

Reforço e expansão do Plano de Ação – PCEsPlano de Ação PCEs - Zonas CríticasCapacitação PJe 1º para 165 servidores de Zonas Eleitorais;Teste Piloto Projeto "Alertas Zonas"

Além disso, a plataforma Radar (que reúne os diversos painéis BI de gestão processual) foi disponibilizada na página do TRE-RJ na Internet para os magistrados. Desta forma, o acesso à plataforma será facilitado. Para tanto, será realizado um encontro virtual com todos os Juízes Eleitorais para a apresentação da plataforma Radar (acesso, navegação, possíveis consultas).

Por fim, a revisão feita no provimento do Prêmio de Eficiência das Zonas Eleitorais será avaliada tecnicamente pela área de

Tecnologia e Informação para dimensionarem a possibilidade de alterações no Ranking de Eficiência, ferramenta que faz a medição de eficiência para o Prêmio de Eficiência. A previsão de lançamento deste novo formato de prêmio continua sendo para 2026.

Riscos associados ao objetivo Aumento do acervo processual. Falta de celeridade processual. Baixa pontuação neste quesito do Prêmio CNJ de Qualidade.

IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau

Desempenho do Período: 116,35%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) indica a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%.

Na presente análise, portanto, são somados os casos de conhecimento e de execução que ingressaram no âmbito do 2º grau de jurisdição ao longo do 3º trimestre de 2025, contrapondo-se tal número com o quantitativo de processos de mesma natureza que foram baixados no período.

Importante esclarecer que as variáveis informadas no sistema GERIR são alimentadas a partir de dados estatísticos levantados no QlikSense, cabendo observar que há diferenças entre os valores indicados para as variáveis do sistema QlikSense e Metabase, sendo que o resultado apontado pelo Metabase indica o atingimento de índice de 181,61%, ao passo que para o QlikSense - cujos dados foram lançados no sistema GERIR - foi alcançado o percentual de 173,63%. De qualquer modo, em ambas as hipóteses o desempenho para o indicador deve ser considerado “Ótimo”, de acordo com as metas estabelecidas para o trimestre em análise.

De acordo com a extração de dados realizada no metabase, dentro do período de análise, foram autuados 272 novos processos no 2º grau, com ingresso majoritário de Recursos em Prestações de Contas Eleitorais, correspondendo à 137 novas autuações, seguidos de Recursos em AIJE com 34 novos processos autuados no período, Agravos de Instrumento, com 26 autuados e Recursos Criminais Eleitorais, com 9 processos. Neste ponto cabe observar que houve diminuição expressiva de processos autuados no período em comparação com o trimestre de análise anterior (510 processos), esta diminuição se deve ao fato de que a maioria dos processos referentes às prestações de contas das eleições de 2024 que receberiam recurso, pelas projeções traçadas pela Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias da Secretaria-Geral da Presidência, já subiram à segunda instância, restando pouco mais de 230 processos desta classe para aportarem no 2º grau.

No que concerne ao quantitativo de processos baixados no período de análise, pela extração de dados da mesma plataforma (Metabase), observa-se que foram baixados 494 processos, o que permitiu manter o percentual de alcance da meta, dentro de faixa de desempenho considerada ótima. Cabe ressaltar neste ponto, que o fim do biênio de dois membros do tribunal, no período de análise, contribuiu sobremaneira para se alcançar percentual ótimo de atendimento à demanda, uma vez que foram pautados para julgamento todos processos de sua relatoria no último mês de exercício da função.

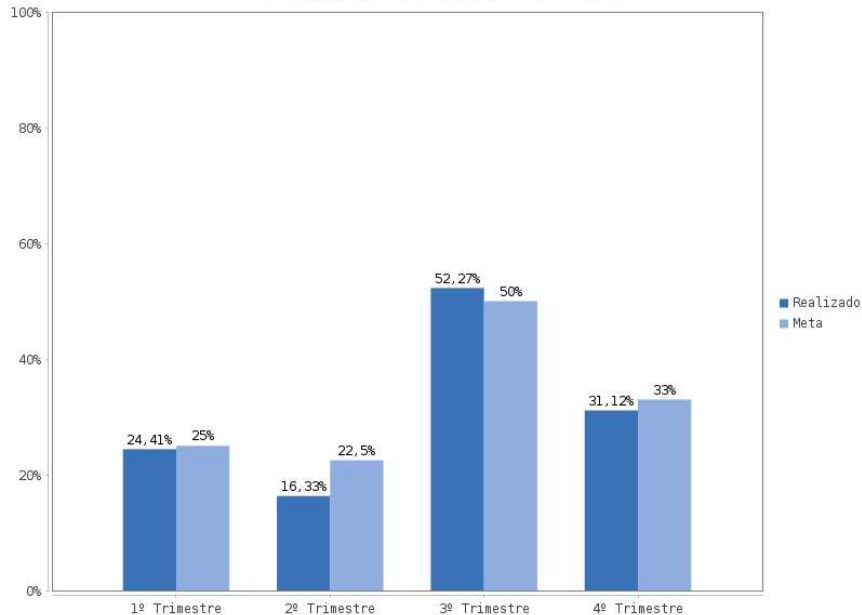
Ações realizadas no último período e resultados obtidos Manteve-se o monitoramento constante dos processos em trâmite no 2º grau e, a partir de controles elaborados pela SJD em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à manutenção do indicador em níveis positivos. Ainda nesta esteira, foi aberto procedimento administrativo solicitando a criação da Seção de Processamento de Feitos Criminais, tendo em vista o aumento do número de processos judiciais dessa natureza, trazendo maior especialização no tratamento de casos criminais complexos e contribuindo para melhoria na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal. Será retomada a 3ª fase de implementação da ferramenta Judi-Bot, com a disponibilização de

novas automações que devem auxiliar na otimização de tarefas das unidades que atuam no processamento dos feitos eleitorais, trazendo mais melhorias aos processos de trabalho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Considerando observações realizadas no painel de acompanhamento da Meta 1 no BI Metabase, percebe-se na situação mensal, queda significativa ao longo do último trimestre na variável de processos distribuídos em relação aos meses anteriores, o que parece ir ao encontro das projeções de queda de recursos em processos relacionados com as eleições 2024. Contudo, não se pode olvidar que a manutenção de uma das serventias de 2º grau vaga (Gabinete do Membro Jurista 2), poderá impactar negativamente na manutenção do alcance de percentuais considerados Satisfatórios/Ótimos para item em análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Além da expectativa de retomada da implementação de novas funcionalidades na ferramenta Judi-Bot, conforme descrito acima, está em trâmite Processo SEI que solicita a criação de nova seção na CORIP, especializada no processamento de feitos criminais, o que deve trazer maior especialização no tratamento de casos criminais complexos, contribuindo para melhoria na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal.

Riscos associados ao objetivo A deficiência ou demora na reposição da força de trabalho em algumas unidades ligadas ao processamento ou de apoio às sessões de julgamento da Corte podem impactar nos números do indicador IAD e, por via reflexa, na pontuação deste e de outros requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2026, Além disso, a situação de ausência de membro ocupando o Gabinete do Membro Jurista 2, tem impacto direto na distribuição dos feitos para os demais órgãos julgadores da 2ª instância o que pode impactar no percentual de atendimento da demanda nas análises futuras.

IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau**Desempenho do Período: 95,46%****Resultados Acumulados em 2025****Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SVPCRE.**

Análise de contexto Este indicador analisa o percentual de processos que permanecem pendentes de baixa ao final do período-base em relação ao total de processos que tramitou em um ano. São excluídos do cômputo os suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. A taxa de congestionamento é um indicador do CNJ, também cobrado no Prêmio CNJ de Qualidade.

A meta deste indicador foi de 25% no 1º trimestre, 22,50% no 2º trimestre e 50% no 3º trimestre de 2025, seguindo o que é exigido na portaria do Prêmio CNJ de Qualidade.

Em análise aos ingressos e baixas processuais referentes ao 3º trimestre de 2025, temos os seguintes dados (extraídos do Atena — Indicadores):

- Casos Novos Criminais: Julho - 12 / Agosto - 10 / Setembro - 12 (Total: 34 processos)
- Casos Novos Não Criminais: Julho - 1.270 / Agosto - 120 / Setembro - 165 (Total: 1.555 processos)
- Processos Baixados Criminais: Julho - 14 / Agosto - 16 / Setembro - 19 (Total: 49 processos)
- Processos Baixados Não Criminais: Julho - 1.661 / Agosto - 1.210 / Setembro - 1.642 (Total: 4.513 processos)
- Processos Pendentes Criminais: 3º Tri — 327 processos
- Processos Pendentes Não Criminais: 3º Tri — 5.803 processos

Destaca-se, abaixo, as classes com maiores quantitativos de processos pendentes de baixa no final do 3º trimestre de 2025:

Prestação de Contas Eleitorais (PCE): 3.360 processos (no 2º trimestre eram 6.793 processos); Prestação de Contas de Partidos Políticos (PC-PP): 1.325 processos (houve ingresso de 1.218 processos após Julho); Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual e Eleitorais (RROPCE e RROPCE): 525 processos; Ação Penal (APEL): 221 processos.

No final do 2º trimestre de 2025, tínhamos 9.103 processos pendentes. Já no final do 3º trimestre de 2025, diminuimos este montante para 6.130 processos pendentes. Ocorreu a baixa de 4.562 processos no 3º trimestre de 2025. Conclui-se que o indicador alcançou um bom desempenho, com percentual de cumprimento igual 68,24%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Seguem abaixo as ações realizadas no 3º trimestre e os respectivos resultados:

1) Alerta “Processos Paralisados há mais de 30 dias”:

Com o objetivo de impulsionar a regularização do trâmite processual nas zonas eleitorais, foram realizados 659 alertas direcionados a processos sem movimentação há mais de 30 dias, abrangendo todas as classes em tramitação.

Resultados alcançados: 4.516 processos julgados, com destaque para 3.136 processos da classe PCE e 891 da classe PC-PP. 4.596 processos baixados, o que representa 77% dos processos pendentes de baixa no 1º grau (de um total de 5.903, sendo 4.764 em tramitação e 1.139 sobrestados).

2) Alerta “Procedimentos Investigativos”:

Foram emitidos 199 alertas específicos para procedimentos da classe Inquérito Policial, Termo Circunstanciado e Representação Criminal/Notícia de Crime, com foco nos casos sem movimentação há mais de 30 dias ou expedidos à Polícia Federal

há mais de 120 dias. A medida visa evitar a tramitação prolongada e desnecessária, que pode comprometer prazos prescricionais e a efetividade da persecução penal.

Resultados alcançados: 165 procedimentos investigativos decididos, representando 22% do total pendente de decisão (atualmente são 760). 173 procedimentos investigativos baixados no período, de um total de 807 pendentes de baixa (sendo 697 em tramitação e 110 sobrestados).

3) Plano de Ação – PCE Eleições 2024:

Com foco na redução do acervo de Prestações de Contas Eleitorais (PCEs) e no cumprimento do prazo estabelecido até 19/12/2025, foi implementado plano de ação específico junto a 7 Juízos previamente selecionados. Dentre as ações previstas no referido plano, foi viabilizado o apoio técnico para elaboração de pareceres, por meio de parceria firmada entre a VPCRE e a ASCEPA. O acompanhamento da evolução do julgamento e da baixa dos processos está sendo realizado mediante monitoramento específico em processo SEI.

Principais medidas adotadas: Apoio técnico na elaboração de pareceres, em parceria com a ASCEPA; Monitoramento contínuo da evolução dos julgamentos e baixas por meio do uso de Dashboard Monitor AM; Ações voltadas à otimização do fluxo processual e ao cumprimento das metas nacionais do CNJ.

Resultados alcançados no consolidado (início do plano de ação em agosto de 2025): processos pendentes de baixa: de 936 para 454, correspondendo a uma redução 51%; processos pendentes de julgamento: de 779 para 286, correspondendo a uma redução de 63%.

4) Conclusão do Lab 26 na 93ª Zona Eleitoral de Barra do Piraí e na 149ª Zona Eleitoral de Guapimirim:

Após três e quatro meses, respectivamente, de acompanhamento e ações direcionadas, foi concluído o Projeto Lab26, nas sobreditas zonas.

Resultados alcançados (resumido):

93ª Zona Eleitoral: no início do projeto, em 01 de abril de 2025, a 93ª Zona Eleitoral contava com um acervo de 377 processos, sendo 192 em tramitação e 185 sobrestados, dos quais 322 estavam pendentes de julgamento. Ao final do projeto, em 30 de junho de 2025, o acervo foi reduzido para 345 feitos (338 em tramitação e apenas 7 sobrestados), sendo 294 sem decisão, o que representa uma redução de 9% de processos ainda não julgados. Pertinente apontar que durante a execução do projeto, houve o dessobrestamento de 178 processos, todos da classe PCE (145 apenas no mês de maio) e autuação de mais 17 processos. Ainda sim, apesar do acréscimo de 195 processos (178 dessobrestados e 17 novos, que representa um aumento de 52%, se comparado com acervo do início do Lab26 de 377 processos), o cartório conseguiu reduzir: O total de processos pendentes de decisão de 322 para 294 (redução de 9%); O quantitativo de pendentes de baixa de 377 para 345 (redução de 8%). Ademais, houve o julgamento de 66 (58 decididos e 8 baixados sem decisão) e a baixa de 68 processos, reforçando os avanços alcançados.

149ª Zona Eleitoral: no início do projeto, em 01 de março de 2025, o Juízo contava com um acervo de 302 processos (292 em tramitação e 10 sobrestados). Dos processos em tramitação 249 estavam pendentes de julgamento. Ao término do projeto, em 30 de junho de 2025, o acervo de processos foi reduzido para 212 (203 em tramitação e 9 sobrestados), sendo que dos feitos em tramitação 171 sem decisão, representando uma redução significativa de 31% em relação ao volume inicial de março de 2025. Destaca-se, nesse intervalo, a distribuição de 16 novos processos, o que reforça ainda mais os resultados obtidos. Vale ressaltar, ademais, a baixa de 114 processos ao longo do projeto, demonstrando a efetividade das medidas adotadas.

5) Curso “Gestão Cartorária – Fase 2”:

Foi realizada com sucesso a segunda fase do curso Gestão Cartorária com Ênfase em Processos Judiciais, com foco em aspectos práticos da gestão processual e uso estratégico de dados. Tópicos abordados: Identificação de gargalos processuais; interpretação de indicadores e gráficos; priorização estratégica; simulações práticas com base em dados reais; simulação de cenários.

Avaliação e impacto da capacitação: antes do curso, 69% dos participantes declararam nível de conhecimento ótimo ou bom; após a formação, esse índice saltou para 98%, evidenciando um avanço significativo na qualificação técnica.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)As Zonas Eleitorais vêm apresentando bom desempenho no decorrer dos três trimestres deste ano. No final do 3º trimestre, o 1º grau estava com 6.130 processos pendentes de baixa em comparação com 9.103 no final do 2º trimestre. Vale destacar que a partir de Julho houve o ingresso de 1.218 processos de PC-PP e mesmo assim ocorreu uma diminuição significativa do passivo pendente.

A tendência é que o resultado volte a ser superior a 100% no decorrer dos trimestres, tendo em vista as ações implementadas nas unidades judiciárias de 1º grau na tramitação dos processos judiciais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasSeguem abaixo ações previstas para o próximo trimestre:

Reforço e expansão do Plano de Ação – PCEsPlano de Ação PCEs - Zonas CríticasCapacitação PJe 1º para 165 servidores de Zonas Eleitorais;Teste Piloto Projeto "Alertas Zonas"

Além disso, a plataforma Radar (que reúne os diversos painéis BI de gestão processual) foi disponibilizada na página do TRE-RJ na Internet para os magistrados. Desta forma, o acesso à plataforma será facilitado. Para tanto, será realizado um encontro

virtual com todos os Juízes Eleitorais para a apresentação da plataforma Radar (acesso, navegação, possíveis consultas).

Por fim, a revisão feita no provimento do Prêmio de Eficiência das Zonas Eleitorais será avaliada tecnicamente pela área de Tecnologia e Informação para dimensionarem a possibilidade de alterações no Ranking de Eficiência, ferramenta que faz a medição de eficiência para o Prêmio de Eficiência. A previsão de lançamento deste novo formato de prêmio continua sendo para 2026.

Riscos associados ao objetivo Aumento do acervo processual. Falta de celeridade processual. Baixa pontuação neste quesito do Prêmio CNJ de Qualidade.

IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau**Desempenho do Período: 88,58%****Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.**

Análise de contexto A Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem receber baixa. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. A taxa de congestionamento também é um dos itens que compõe o eito Produtividade do Prêmio CNJ de Qualidade. Na presente avaliação são considerados apenas os processos de 2º grau para o indicador, somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial não fiscal.

Tendo em vista que conforme informado no Relatório da Estratégia do 1º trimestre de 2025, foi aprovada, na última RAE, a adequação da ficha técnica do indicador ao item equivalente à Taxa de Congestionamento Líquida (art. 10, II) do Prêmio CNJ de Qualidade, foi utilizado como recorte para presente análise a situação observada na taxa de congestionamento, entre os meses de Julho a Setembro do ano corrente, período que contém os dois primeiros meses de análise para o próximo prêmio do CNJ (2026). Neste ponto, faz-se necessário trazer uma ressalva, uma vez que os índices observados no indicador de apoio do sistema Gerir, apresentaram valores acumulados para o período de análise muito discrepantes em face dos observados no sistema Qlik sense para o mesmo período de análise, sendo apresentado o valor acumulado de 117,16% no sistema Gerir contra 66,85% apresentado no sistema Qlik sense, assim sendo, foi demandada a Assessoria de Dados do tribunal para que solicitasse a correção dos cálculos apresentados no sistema Gerir.

Isto posto, denota-se que apesar dos esforços empreendidos para a adequação do índice à nova meta fixada, menor do que as utilizadas para os anos anteriores, não logrou-se êxito na tentativa de trazer o índice a valores abaixo dos 33%, o que parece ser resultado da diminuição do período de análise para o "valor acumulado até o período" (apenas dados do 3º trimestre do ano corrente), no entanto caso o recorte fosse o mesmo utilizado no período anterior de análise, com os dados do trimestre de análise, somados aos dados dos três trimestres anteriores (totalizando 12 meses) seria alcançado percentual próximo da meta estabelecida (34,19%), cabe ressaltar que em comparação com o período anterior de medição, seria mantido o percentual em torno de 34% (34,19% — 3º trimestre de 2025 e 34,08 no 2º trimestre de 2025) Ainda neste ponto é importante trazer a luz desta análise para ponderação, o fato de se utilizar variáveis que são analisadas em estoque com lapso temporal de corte diferentes, com o total de casos pendentes criminais e não criminais (independente de quando foram autuados) no tribunal ao final do período de análise ocupando o numerador da fração e o total de processos baixados criminais e não criminais no recorte de três meses (3º trimestre) ocupando o denominador, torna quase impossível atingir percentuais baixos como aquele observado na meta estabelecida com este tipo de fórmula para análise.

A título de ilustração, traz-se para comparação as medições realizadas nos trimestres de referência dos três anos anteriores, para o valor calculado no período, denotando-se que o 3º trimestre do ano de 2025 apresenta a menor taxa de congestionamento líquido em comparação com os mesmos períodos de medição dos demais anos comparados:

3º trimestre 2022 - Valor Calculado no período - Resultado: 93,71%

3º trimestre 2023 - Valor Calculado no período - Resultado: 86,02%

3º trimestre 2024 - Valor Calculado no período - Resultado: 54,92%

3º trimestre 2025 - Valor Calculado no período - Resultado: 66,85%

Obs: Utilizou-se o valor calculado no período ao invés do valor acumulado até o período (o qual é o utilizado para comparação com a meta estabelecida), pois como se mudou a fórmula de cálculo do indicador em 2025, para o 3º trimestre o valor acumulado até o período passou a coincidir com o valor calculado no período.

Desta forma, percebe-se que a meta estabelecida, seguindo esta nova fórmula para o valor acumulado, se mostra praticamente impossível de ser alcançada, pelos motivos já expostos acima. Considerando-se a média do valor calculado dos três anos anteriores (78,22%), talvez uma meta em torno de 70% para o primeiro período do acumulado (3º trimestre — pela nova regra) se mostraria mais razoável e exequível. Podendo-se ao longo do período de análise, ir diminuindo a meta até se alcançar o acumulado de 4 trimestres para análise do valor acumulado até o período.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Manteve-se o monitoramento constante dos processos em trâmite no 2º grau e, a partir de controles elaborados pela SJD em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à manutenção do indicador em níveis positivos. Inda nesta esteira, foi aberto procedimento administrativo solicitando a criação da Seção de Processamento de Feitos Criminais, tendo em vista o aumento do número de processos judiciais dessa natureza, trazendo maior especialização no tratamento de casos criminais complexos e contribuindo para melhoria na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal. Será retomada a 3ª fase de implementação da ferramenta Judi-Bot, com a disponibilização de novas automações que devem auxiliar na otimização de tarefas das unidades que atuam no processamento dos feitos eleitorais, trazendo mais melhorias aos processos de trabalho.

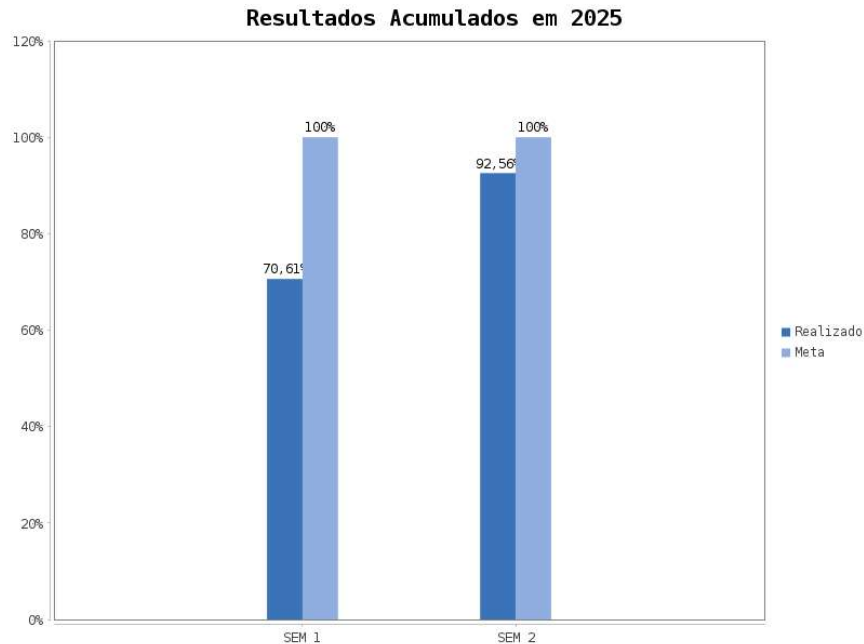
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Considerando que, conforme projeções traçadas pela Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias da Secretaria-Geral da Presidência, já subiram à segunda instância, mais de 70% de Recursos em Prestações de Contas Eleitorais previstas, e que conforme análise do BI Metabase, grande parte dos Recursos que aportaram no 2º grau no último trimestre são provenientes de Prestação de Contas Eleitorais do último pleito, somando-se a isso a diminuição observada no volume de processos distribuídos nos últimos meses, é possível observar, pela análise destas variáveis tendência de estabilidade no alcance de percentuais próximos à meta estabelecida, contudo não se pode olvidar que a manutenção de uma das serventias de 2º grau vaga (Gabinete do Membro Jurista 2), poderá impactar negativamente na manutenção do alcance de percentuais considerados Satisfatórios/Ótimos para item em análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A criação de nova seção de processamento na unidade CORIP, especializada e no processamento de feitos criminais, poderá trazer maior especialização no tratamento de casos criminais complexos, contribuindo para melhoria na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal. Além disso, a recomposição imediata da força de trabalho das unidades que compõe a Secretaria Judiciária, a fim de que seja possível atender à demanda em tempo razoável também impactam no desempenho futuro. Por fim, a Administração deve monitorar e agir em relação aos gargalos identificados nos painéis disponibilizados no Metabase, os quais têm influência considerável para o crescimento da taxa de congestionamento.

Riscos associados ao objetivo Os gargalos observados no processamento das demandas judiciais objeto da presente análise, causam reflexos diretos no percentual de congestionamento dos processos. Além disso, a deficiência ou demora na reposição da força de trabalho em algumas unidades ligadas aos processamento ou de apoio às sessões de julgamento da Corte podem impactar nos números do indicador TCL e, por via reflexa, na pontuação deste e de outros requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2025. Além disso, a situação de ausência de membro ocupando o Gabinete do Membro Jurista 2, tem impacto direto na distribuição dos feitos para os demais órgãos julgadores da 2ª instância, o que pode resultar no aumento da Taxa de Congestionamento analisada neste item.

OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã

Desempenho do Período: 70,61%



Responsável: SPINS.

Análise de contexto Houve uma diminuição dos números atingidos pelas ações socioeducativas devido à reestruturação da EJE e à mudança de gestão e consequente atraso na publicação do aviso de convocação de magistrado para participação no Programa TRE Vai à Escola. Em comparação ao primeiro semestre do ano anterior, também houve uma diminuição tendo em vista que em abril de 2024 ocorreram duas ações do projeto #PartiuVotar, que para o ano de 2025 estão programadas apenas para o segundo semestre.

Apesar disso, o Programa Eleitor do Futuro teve um aumento expressivo de mais de 50% em relação ao mesmo período do ano anterior, com 30 ações esse ano, contra apenas 12 do ano passado. O número de alunos atingidos até o final do primeiro semestre foi de 3.729.

Já o Programa Visitas ao TRE também recebeu apenas uma ação neste primeiro semestre com somente 13 estudantes.

Em contrapartida, a taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas é influenciada pelo número de cancelamentos, que nos últimos anos tem sido mais recorrentes no Programa TRE Vai à Escola. Como houve demora na publicação da convocação de magistrados, o volume de ações marcadas para este programa diminuiu, caindo consequentemente o número de cancelamentos.

O Programa Eleitor do Futuro tem conseguido em geral manter o atendimento de todas as demandas recebidas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram realizadas, no total, 75 ações socioeducativas por parte e/ou com apoio desta EJE, no formato presencial, totalizando cerca de 4.880 alunos alcançados no segundo semestre, a saber:

Programa "Eleitor do Futuro" - alcançou cerca de 3.729 estudantes fluminenses nos meses de janeiro a junho; ao todo foram realizadas 30 ações direcionadas a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio; Programa "TRE Vai à Escola" - alcançou cerca de 271 estudantes fluminenses nos meses de janeiro a junho; ao todo foram realizadas 6 ações; Projeto "Visitas ao TRE" - em 1 ação realizada na sede do TRE/RJ em maio, alcançou cerca de 13 estudantes do ensino médio.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência é que os números apresentem aumento no próximo semestre, tendo em vista a convocação dos magistrados para participarem do programa TRE vai à Escola e a transformação do projeto #PartiuVotar em programa Institucional, com três ações agendadas para o segundo semestre de 2025.

Também há a expectativa do lançamento de um novo projeto socioeducativo denominado "Julgamento em Curso".

Já a tendência da taxa de atendimento de demanda é de diminuição devido à publicação da convocação de magistrados para o TRE Vai à Escola e, consequentemente, o aumento de cancelamentos de ações previamente agendadas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Como proposta de melhoria de desempenho das ações no segundo semestre pretendemos promover:

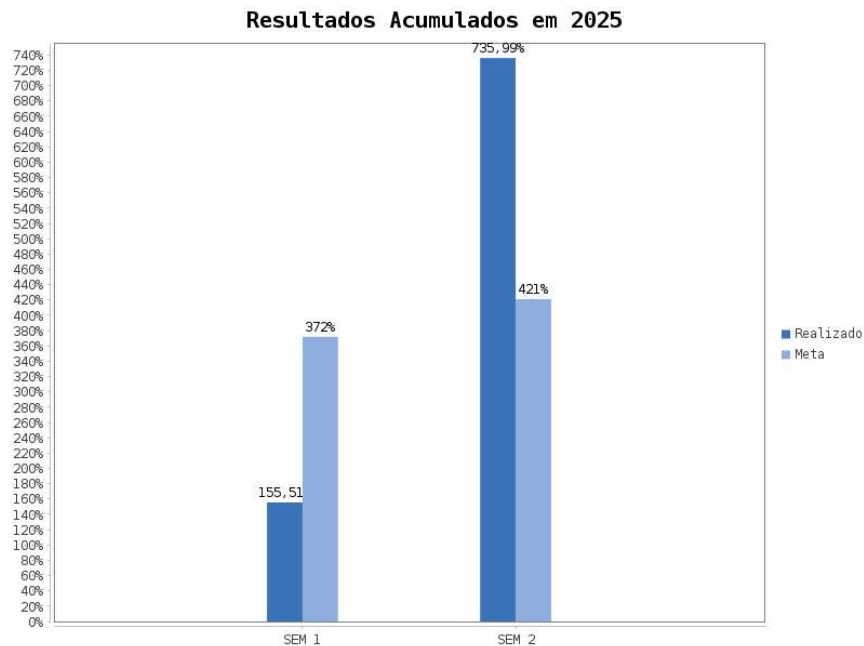
Um melhor planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses; Maior divulgação do Projeto "Visitas ao TRE" Divulgação do Programa TRE Vai à Escola para os magistrados, com palestra de

sensibilização; Expectativa de criação de um novo projeto socioeducativo. Elaboração de novos materiais pedagógicos. Publicar ato conjunto regulamentando a convocação dos magistrados para participação no programa.

Riscos associados ao objetivo: Interrupção das atividades escolares em razão de greve na rede pública de ensino e diminuição do número de palestrantes voluntários.

IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas

Desempenho do Período: 41,80%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SPINS.

Análise de contexto

Houve uma diminuição dos números atingidos pelas ações socioeducativas devido à reestruturação da EJE e à mudança de gestão e consequente atraso na publicação do aviso de convocação de magistério para participação no Programa TRE Vai à Escola. Em comparação ao primeiro semestre do ano anterior, também houve uma diminuição tendo em vista que em abril de 2024 ocorreram duas ações do projeto #PartiuVotar, que para o ano de 2025 estão programadas apenas para o segundo semestre.

Apesar disso, o Programa Eleitor do Futuro teve um aumento expressivo de mais de 50% em relação ao mesmo período do ano anterior, com 30 ações esse ano, contra apenas 12 do ano passado. O número de alunos atingidos até o final do primeiro semestre foi de 3.729.

Já o Programa Visitas ao TRE também recebeu apenas uma ação neste primeiro semestre com somente 13 estudantes.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas, no total, 75 ações socioeducativas por parte e/ou com apoio desta EJE, no formato presencial, totalizando cerca de 4.880 alunos alcançados no segundo semestre, a saber:

Programa "Eleitor do Futuro" - alcançou cerca de 3.729 estudantes fluminenses nos meses de janeiro a junho; ao todo foram realizadas 30 ações direcionadas a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio; Programa "TRE Vai à Escola" - alcançou cerca de 271 estudantes fluminenses nos meses de janeiro a junho; ao todo foram realizadas 6 ações; Projeto "Visitas ao TRE" - em 1 ação realizada na sede do TRE/RJ em maio, alcançou cerca de 13 estudantes do ensino médio.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que os números apresentem aumento no próximo semestre, tendo em vista a convocação dos magistrados para participarem do programa TRE vai à Escola e a transformação do projeto #PartiuVotar em programa Institucional, com três ações agendadas para o segundo semestre de 2025.

Também há a expectativa do lançamento de um novo projeto socioeducativo denominado "Julgamento em Curso".

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como proposta de melhoria de desempenho das ações no segundo semestre pretendemos promover:

Um melhor planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses; Maior divulgação do Projeto "Visitas ao TRE" Divulgação do Programa TRE Vai à Escola para os magistrados, com palestra de sensibilização; Expectativa de criação de um novo projeto socioeducativo. Elaboração de novos materiais pedagógicos

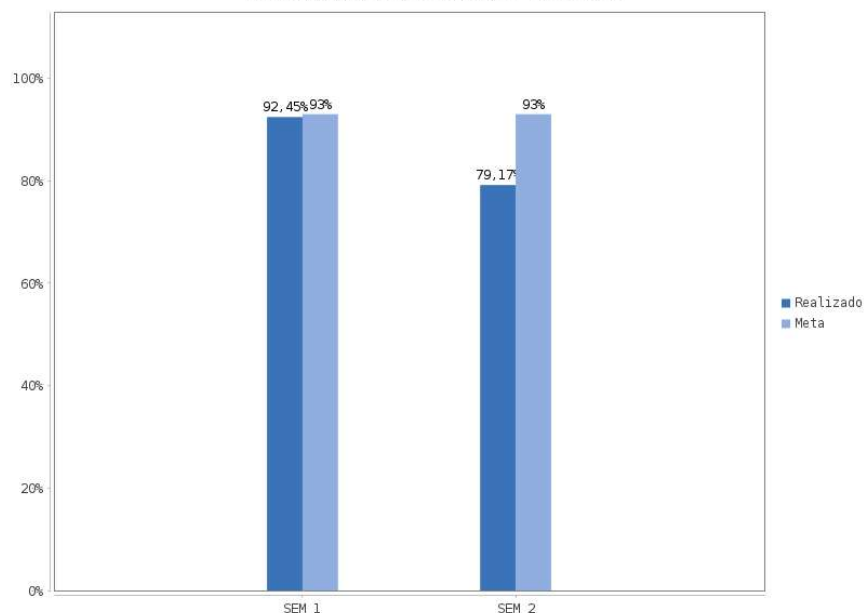
Riscos associados ao objetivo

Interrupção das atividades escolares em razão de greve na rede pública de ensino e diminuição do número de palestrantes voluntários.

IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas

Desempenho do Período: 99,41%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SPINS.

Análise de contexto

A taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas é influenciada pelo número de cancelamentos, que nos últimos anos tem sido mais recorrentes no Programa TRE Vai à Escola. Como houve demora na publicação da convocação de magistrados, o volume de ações marcadas para este programa diminuiu, caindo consequentemente o número de cancelamentos.

O Programa Eleitor do Futuro tem conseguido em geral manter o atendimento de todas as demandas recebidas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas, no total, 75 ações socioeducativas por parte e/ou com apoio desta EJE, no formato presencial, totalizando o cerca de 4.880 alunos alcançados no segundo semestre, a saber:

Programa "Eleitor do Futuro" - alcançou cerca de 3.729 estudantes fluminenses nos meses de janeiro a junho; ao todo foram realizadas 30 ações direcionadas a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio; Programa "TRE Vai à Escola" - alcançou cerca de 271 estudantes fluminenses nos meses de janeiro a junho; ao todo foram realizadas 6 ações; Projeto "Visitas ao TRE" - em 1 ação realizada na sede do TRE/RJ em maio, alcançou cerca de 13 estudantes do ensino médio.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que a taxa de atendimento de demanda diminua devido à publicação da convocação de magistrados para o TRE Vai à Escola e, consequentemente, o aumento de cancelamentos de ações previamente agendadas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

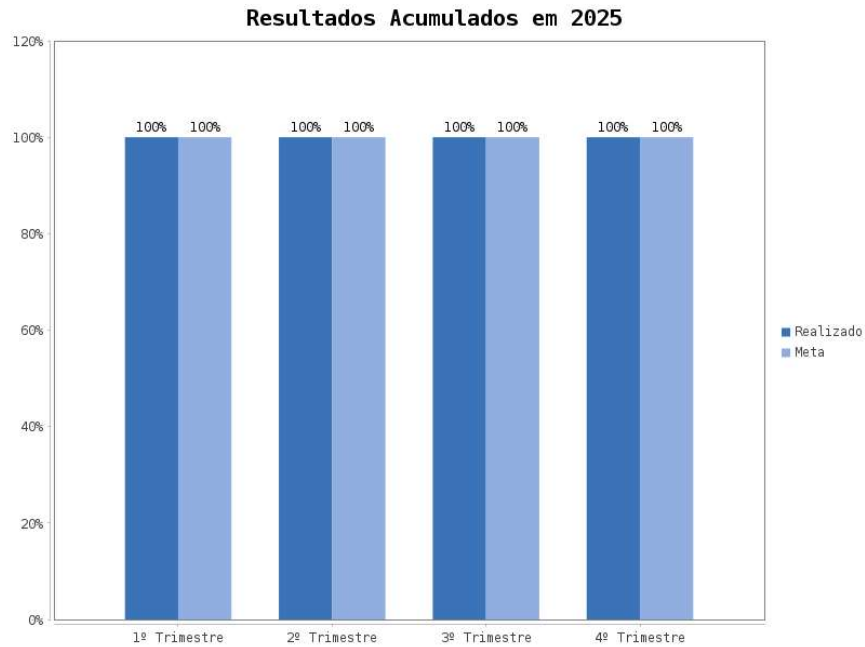
Pretende-se publicar ato conjunto regulamentando a convocação dos magistrados para participação no programa.

Riscos associados ao objetivo

Diminuição do número de palestrantes voluntários e dependência da agenda dos magistrados.

OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional

Desempenho do Período: 100,00%



Responsável: COSOC.

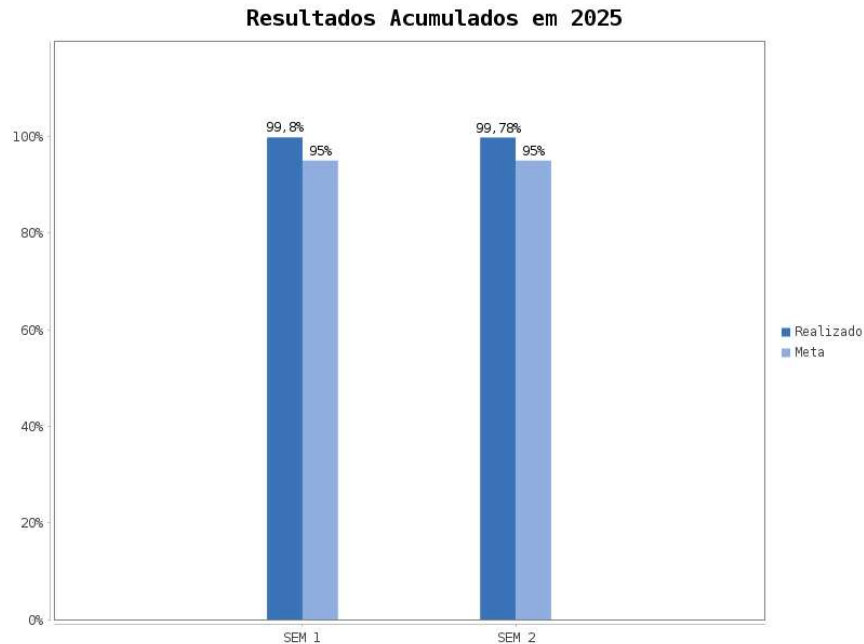
Análise de contextoFechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivoFechado pela Asstec

IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa**Desempenho do Período: 105,05%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJIOR.****Análise de contexto**

No primeiro semestre de 2025, essa taxa apresentou ótimo desempenho, com 99,80%, acima da meta prevista de 95%. A meta foi alcançada em todos os seis meses, obtendo um desempenho geral de 105,05%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações principais são a publicação das notas jornalísticas no site, o envio das mesmas para o mailing (lista de email da imprensa), assim como a resposta, sempre que possível dentro do prazo sugerido, das demandas de imprensa. Com essas ações disponibilizamos conteúdo de interesse público e prestamos o esclarecimento aos jornalistas, o que contribui para a publicação de matérias nos veículos de imprensa.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que a taxa continue se apresentando de forma satisfatória ou ótima, como historicamente ela se apresenta.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Não há nenhuma proposta prevista tendo em vista que a taxa apresenta percentual bem próximo dos 100%.

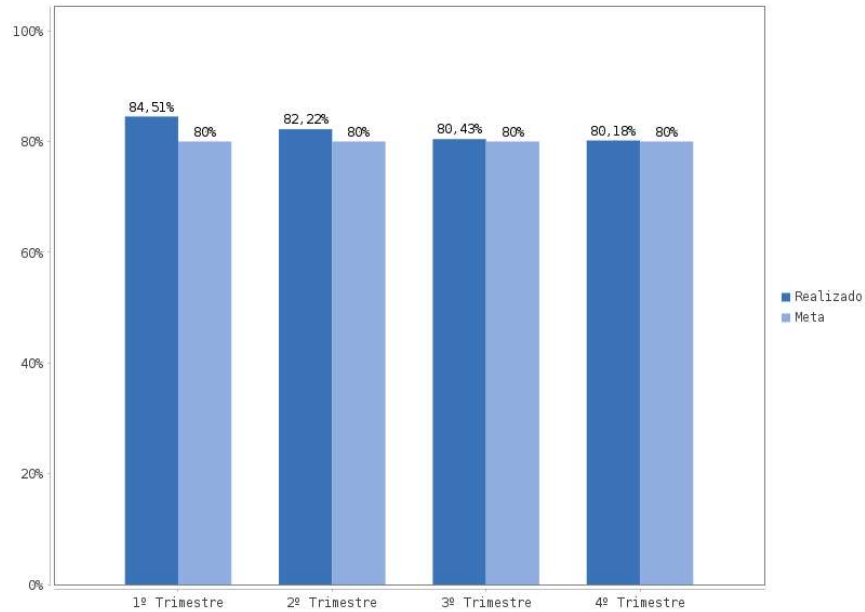
Riscos associados ao objetivo

É importante que a Administração sempre trabalhe com planejamento e gerenciamento de riscos para evitar crises, que costumam ter repercussão negativa na imprensa, maculando a imagem da instituição.

IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo

Desempenho do Período: 100,54%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJIOR.

Análise de contextoFechado sem análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado sem análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado sem análise.

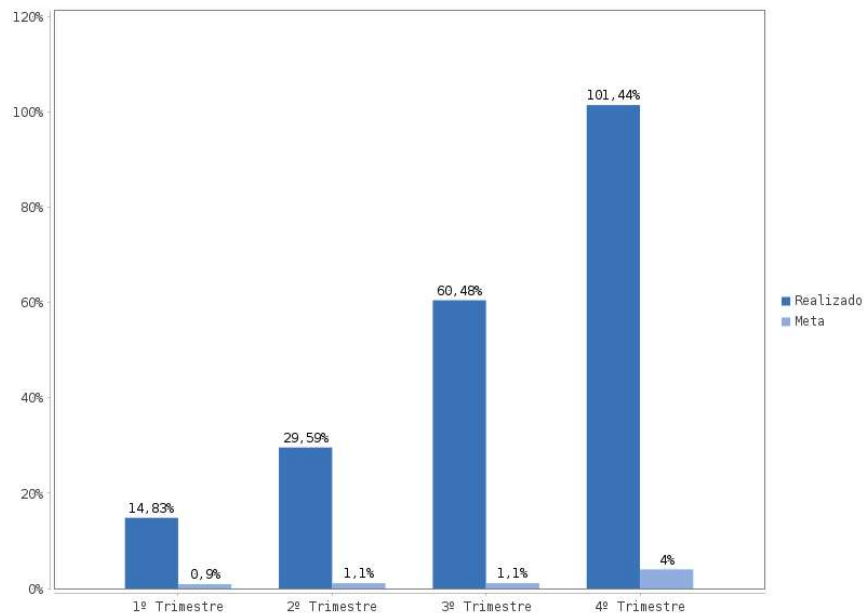
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado sem análise.

Riscos associados ao objetivoFechado sem análise.

IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais

Desempenho do Período: 5.498,14%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECAMP.

Análise de contexto As ações realizadas neste 3º trimestre inserem-se num contexto em que o interesse do público pelos temas de atuação da Justiça Eleitoral tende a ser reduzido, por se tratar de ano não eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Neste período, não obstante os desafios relacionados ao contexto já mencionado, conseguimos manter um desempenho bastante significativo nas redes, com mais de 3,9 milhões de pessoas alcançadas no trimestre. Isso se deve às ações desta Secamp, que, além de continuar apostando nas tendências (trends) nas redes, com postagens adaptadas para divulgar os serviços eleitorais e nossas campanhas, criou o personagem do "tiozão GenZ", cujo vídeo do "unboxing" de uma zona eleitoral alcançou grande êxito. Mantivemos, ainda, com ótimos resultados, a produção de conteúdo voltado para os fãs da cultura pop coreana (k-pop), de perfil jovem e extremamente engajado nas redes sociais. Vale assinalar, ainda, o uso de impulsionamento para algumas postagens, também com resultados muito bons.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência é de queda nos índices, uma vez que, em anos não eleitorais, o interesse do público sobre o tema diminui bastante. Contudo, acreditamos que, por meio de ações criativas, parcerias e outras iniciativas conseguiremos manter um desempenho bastante interessante, alcançando, ou mesmo superando, as metas propostas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Manter a estratégia de pesquisa de trends e de uso da urna eletrônica como personagem

Buscar parcerias para realização de collabs no Instagram

Promover postagens por meio de impulsionamento (posts pagos)

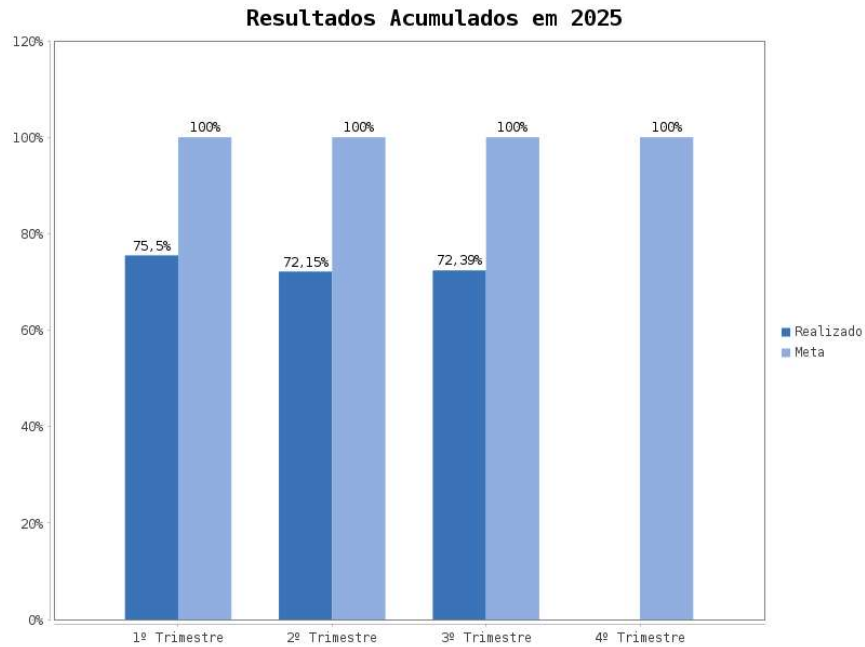
Identificação de posts/temas que obtiveram bom alcance junto ao público, de modo a nortear a elaboração/publicação de posts no futuro.

Riscos associados ao objetivo Queda no interesse do público pelas mídias sociais.

Mudanças nos algoritmos das empresas de mídia social.

OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional

Desempenho do Período: 72,39%



Responsável: SGPR.

Análise de contextoFechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec

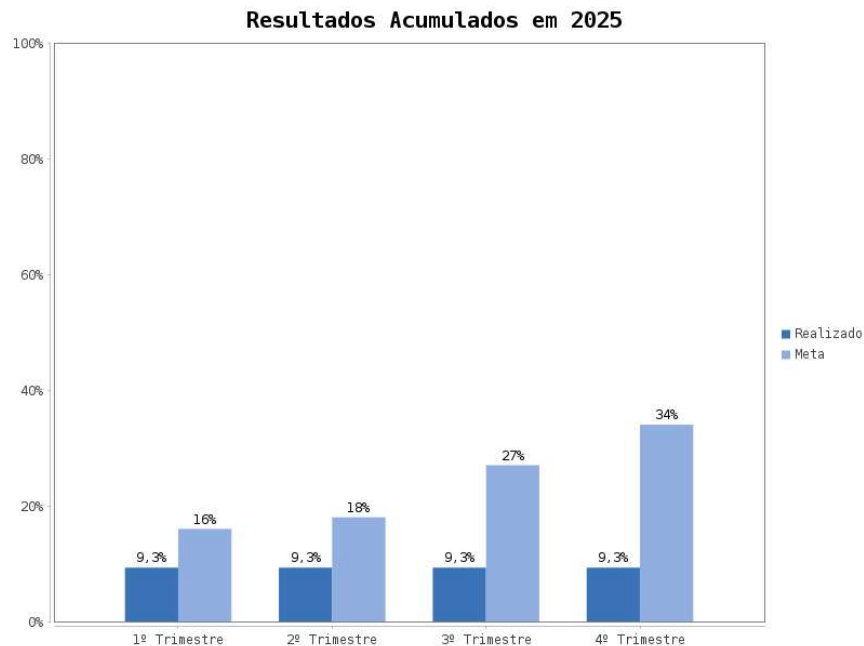
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivoFechado pela Asstec

IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos

Desempenho do Período: 34,45%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.

Análise de contexto As atividades para a implantação da gestão de riscos de segurança estão sendo executadas com previsão de conclusão até o final do quarto trimestre. Por sua vez, os trabalhos para a implantação da gestão de riscos de assédio e discriminação ainda não foram reiniciados.

Assim, permanecem os mesmos 4 (quatro) processos de segundo nível com a gestão de riscos implementada: 1) Gerir contratações; 2) Gerir ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação; 3) Gerir operações de TI; 4) Gerir desenvolvimento e implantação de soluções de TI.

Os monitoramentos dos riscos de contratações e de TIC continuam sendo executados pelos respectivos gestores e divulgados no Portal de Riscos, tendo sido concluída a revisão dos riscos de TIC.

A implantação da gestão de riscos dos processos de eleição ainda não foi iniciada, o que deve ocorrer ao longo do quarto trimestre. Ao seu término, vislumbra-se uma melhoria do indicador.

Também contribuirá para a evolução da gestão de riscos do Tribunal o projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ, a partir do qual outros processos passarão a ter seus riscos geridos, de acordo com a avaliação do contexto de integridade da instituição e das prioridades definidas pelo programa.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Não há ações ou resultados a destacar no último período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência do indicador é de piora até o final do ciclo estratégico.

A implantação da gestão de riscos nos processos planejados, não será suficiente para alcançar as metas previstas.

Os maiores desafios para a ampliação do número de processos alcançados estão associados tanto aos recursos necessários quanto à cultura institucional.

Uma ferramenta informatizada é essencial para que a gestão de riscos seja integrada e possa de fato auxiliar na entrega de valor pelo Tribunal. Além disso, a capacidade de produção da equipe que hoje conduz e dá suporte para a implantação da gestão de riscos nos diversos processos é limitada, considerando as diversas atividades que não estão relacionadas à gestão de riscos que são conduzidas no âmbito da unidade.

No aspecto da cultura organizacional, a assimilação da gestão de riscos como uma importante ferramenta de gestão também é um passo importante para que as lideranças considerem a gestão de riscos como uma das prioridades de trabalho, tornando o processo de implantação mais célere.

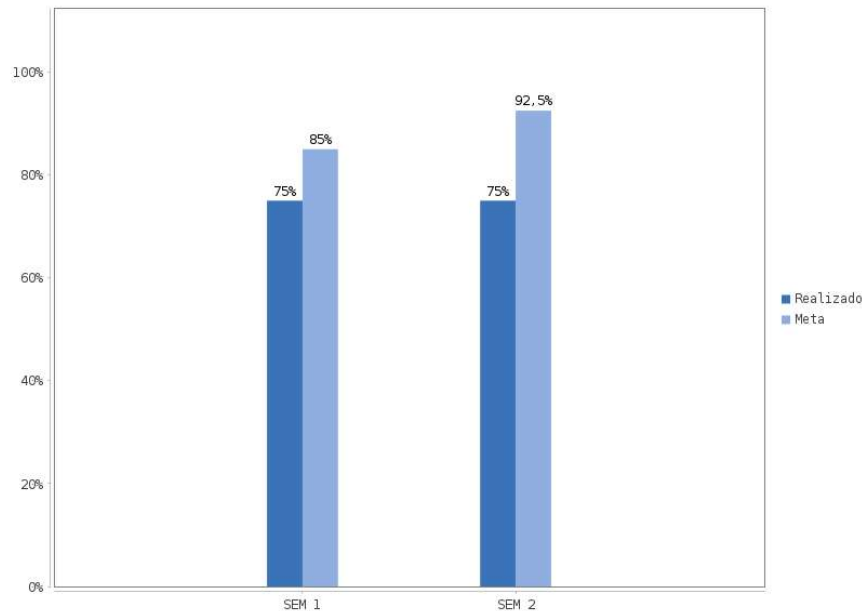
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Priorização pela alta gestão e unidades envolvidas da implantação da gestão de riscos de segurança da informação; da gestão de riscos dos processos de eleição e da gestão de riscos de assédio e discriminação; Implantação de sistema de gestão de riscos, a fim de que se possibilite o registro de todas as informações sobre os riscos do Tribunal, facilitando a disseminação das práticas de gestão de riscos e permitindo uma visão integrada e sistêmica dos dados e informações.

Riscos associados ao objetivo Mudanças na Arquitetura de Processos, que diminuam ou aumentem o quantitativo de processos de segundo nível; Alteração dos gestores dos processos que possuem gestão de riscos implementada; Indisponibilidade das unidades envolvidas na implementação da gestão de riscos dos processos priorizados.

IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos

Desempenho do Período: 88,24%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.

Análise de contexto

O indicador busca demonstrar o aprimoramento da gestão de riscos no TRE-RJ a partir da avaliação da adoção de práticas a ela vinculadas. A gestão de riscos no Tribunal está regulamentada pela Política de Gestão de Riscos do TRE-RJ, revisada pela Resolução nº 1.348/2024.

Não obstante as práticas contempladas no indicador ainda continuem servindo de diretriz para a execução das ações necessárias à estruturação da gestão de riscos do TRE-RJ, o resultado dos ciclos de aprimoramento previstos na política revisada pode trazer novos direcionamentos que poderão interferir no desempenho do indicador.

O Plano de Melhoria da Gestão de Riscos do TRE-RJ 2025-2026, aprovado na segunda reunião do CGERI consolidou as ações planejadas para o biênio 2025-2026 visando à ampliação e à melhoria da gestão de riscos do TRE-RJ.

São elas:

Projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ; Implantação da gestão de riscos de segurança da informação; Implantação da gestão de riscos relacionados a assédio e discriminação; Revisão do Manual de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ; Integração da gestão de riscos ao processo de formulação da estratégia 2027-2032; Implantação da gestão de riscos dos processos de eleição; Implantação do sistema informatizado de gestão de riscos. No último período houve melhora no desempenho do indicador impulsionada pelo avanço nos quesitos relacionados ao ciclo de aprimoramento da estrutura de gestão de riscos e ao monitoramento da estrutura de gestão de riscos pela mais alta instância interna de governança.

Isto, porque foi aprovado o plano bianual de melhoria da gestão de riscos, assim como iniciada a auditoria de avaliação da maturidade de gestão de riscos do TRE-RJ, que será realizada periodicamente e servirá como instrumento para a avaliação e a supervisão previstas na Política de Gestão de Riscos do TRE-RJ.

Salienta-se que apenas este último e o quesito relacionado à utilização das informações resultantes do processo de gestão de riscos pelas instâncias internas de governança podem melhorar no exercício. Os demais quesitos requerem a implantação da gestão de riscos de uma forma ampla no TRE-RJ e a implantação do plano de continuidade de negócios, não havendo diretriz nem disponibilidade de ferramentas e recursos que possibilitem estas implantações.

No entanto, mesmo para a utilização das informações resultantes do processo de gestão de riscos pelas instâncias internas de governança, permanece o entendimento de que a melhoria do nível de aderência dependerá do envolvimento das áreas envolvidas nas gestões de riscos implementadas, bem como do aperfeiçoamento da comunicação e governança da gestão de riscos em tais casos.

Frisa-se, ainda, a observação sobre a impossibilidade prática de atendimento integral ao quesito 3. Controles internos para reduzir os riscos críticos identificados estão implantados. Conforme registrado na variável, a implementação de controles dos riscos críticos se dá de maneira contínua, ou seja, na medida que um é implementado, outro é planejado e posto em implementação e assim por diante. Neste ponto foi sugerida a revisão das metas neste quesito, até que o indicador seja reformulado.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último período, as principais ações realizadas foram:

Aprovação do Plano de Melhoria da Gestão de Riscos do TRE-RJ 2025-2026; Início da auditoria de avaliação da maturidade de gestão de riscos do TRE-RJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Há uma tendência de estabilidade do indicador, caso as práticas de gestão de riscos nas instâncias internas de governança se ampliem e aprimorem com a execução de todas as atividades previstas na Política de Gestão de Riscos revisada.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

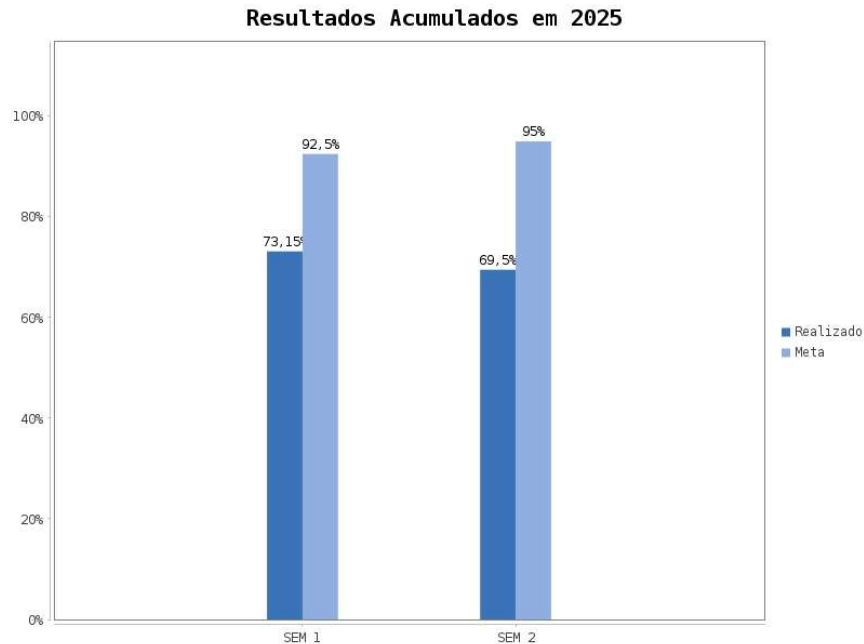
Manter a pauta fixa, nas reuniões dos Comitês de Governança da Tecnologia da Informação e de Governança de Contratações, envolvendo o reporte dos riscos de TI e de contratações, respectivamente; Incorporar a prática de reporte dos riscos de segurança da informação ao Comitê de Segurança da Informação quando finalizadas as atividades de implantação de tais riscos; Aperfeiçoar a estrutura e atribuições da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno.

Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade de recursos que atrasem ou impeçam a ampliação da implantação do gerenciamento de riscos na organização; Prioridades estabelecidas pela alta administração que atrasem ou impeçam a implementação das ações planejadas para impulsionamento da gestão de riscos na organização; Resistência por parte dos gestores para adoção das práticas de gestão de riscos; Mudanças nas equipes de apoio à gestão que acarretem a perda do conhecimento técnico necessário à gestão de riscos na respectiva área.

IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações

Desempenho do Período: 79,08%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

A análise do indicador usou como base, pela segunda vez, o questionário oficial do TCU para o indicador iESGo 2024 - Environmental, Social and Governance, em sua parte específica sobre governança das contratações, que substituiu o indicador iGovContrat. As respostas ao indicador foram efetivadas pela SAD, e posteriormente serão ratificadas pelo CGovCON, no segundo semestre de 2025.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O alcance de 73,15% dos pontos do questionário indicam que o Tribunal permanece adotando medidas eficientes de governança das contratações. Como ações realizadas, pode-se citar: capacitação de gestores e demais servidores em gestão de riscos das contratações; avanços na estrutura e no acompanhamento do Plano de Contratações Anual; organização do processo de trabalho para planejamento das contratações, seleção de fornecedores e gestão dos contratos; adoção de práticas sustentáveis nas contratações, entre outros.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

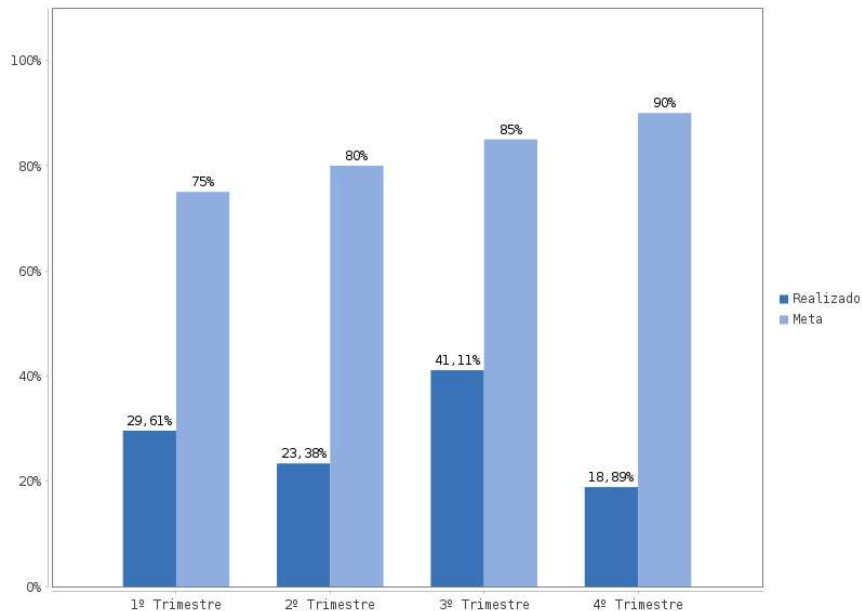
Os desafios se concentram no desenvolvimento da capacidade dos colaboradores da área de contratações, na definição de perfis profissionais desejados para atuar na área, bem como na definição de critérios objetivos para avaliação de desempenho e transmissão de informações, além da necessidade de elaborar mecanismos para atrair e reter os colaboradores na área de contratações.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Envolvimento da alta Administração na definição de diretrizes para seleção de colaboradores com perfil profissional adequado e mecanismos de retenção destes na área.

Riscos associados ao objetivo

A falta de colaboradores com perfil de atuação na área de contratações e a difícil retenção dos colaboradores na área geram o risco de atraso ou inexecução das contratações, podendo impactar atividades essenciais do Tribunal.

IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)**Desempenho do Período: 48,37%****Resultados Acumulados em 2025****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.**

Análise de contextoO Plano de Contratações Anual (PCA) do terceiro trimestre de 2025 previa a conclusão de 23 contratações. De um total de 73 novas contratações e 33 prorrogações previstas, 43 foram efetivamente concluídas no período, e 32 encontram-se ainda em andamento. Chama a atenção o fato de 2 contratações sequer terem sido iniciadas, e 1 permanecer adiada, denotando possíveis problemas de planejamento ou priorização. Além disso, um volume considerável de 28 contratações foi cancelado. Desse montante, 6 foram posteriormente incluídas no "extraplano", o que sugere uma realocação ou reavaliação da necessidade dessas aquisições.

Os atrasos observados são atribuídos, principalmente, à etapa de planejamento da contratação. Especificamente, a elaboração do termo de referência (TR) tem se mostrado um ponto crítico. Essa etapa, sob a responsabilidade das unidades demandantes, é fundamental para o sucesso das contratações, e sua morosidade impacta diretamente todas as etapas subsequentes do processo licitatório.

Destaca-se ainda a realização de 52 contratações não planejadas, destinadas a atender a demandas "extraplano". Embora essenciais para suprir necessidades urgentes, essas contratações adicionais sobrecarregam o processo administrativo, afetando a capacidade de gestão e execução das contratações já programadas e contribuindo para os atrasos gerais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosO indicador apresentou resultado inferior ao histórico para o período de medição, apesar da intensificação de ações de conscientização, publicação de banners na intranet, contatos telefônicos e por e-mail com as unidades demandantes para o correto preenchimento da planilha do PCA. Destaca-se que foi elaborado plano de ação com foco na redução dos atrasos na fase de planejamento das contratações, que está em fase de aprovação. Assim como, destaca-se ainda, a criação de grupo de trabalho para elaboração de Manual de Planejamento de Contratação e de Seleção de Fornecedor, o GT- PLANCONSEL.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Apesar de as contratações necessárias para a mudança para o edifício Sulacap não estarem previstas no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, o que gerou um impacto negativo inicial no indicador de desempenho, a expectativa é de uma melhora contínua até o final do ano. Um dos fatores que impactam positivamente esta tendência é a crescente familiaridade das unidades demandantes com os procedimentos do PCA. Esse maior entendimento influenciará positivamente o cumprimento dos prazos estabelecidos para as contratações e garantirá o correto preenchimento da planilha de planejamento.

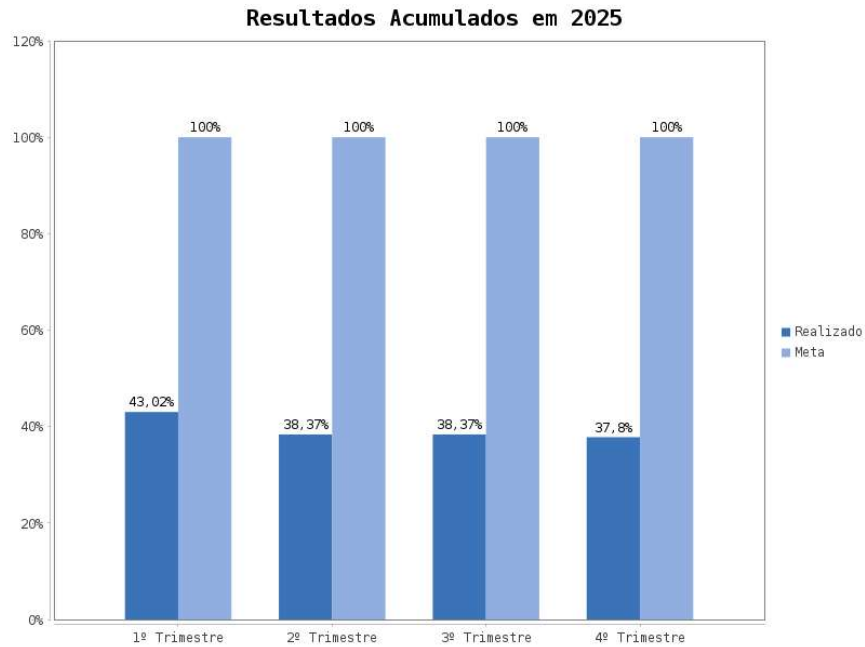
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasPara garantir a adesão aos prazos inicialmente planejados e o preenchimento correto da planilha, estão sendo implementadas ações contínuas de conscientização, como a comunicação constante com as unidades demandantes, tanto por e-mail quanto por telefone, para fornecer orientações, esclarecer dúvidas e reforçar a importância da pontualidade e da precisão dos dados, assim como com a publicação de banners na intranet direcionados às unidades gestoras de recursos.

Riscos associados ao objetivoA não conclusão das contratações no período previsto representa um risco significativo que

pode impactar negativamente o objeto das contratações. Essa falha no cronograma pode comprometer a execução das atividades planejadas, resultando em atrasos na entrega de bens ou serviços essenciais. Além disso, a postergação das contratações pode gerar a necessidade de aditivos contratuais, o que, por sua vez, pode levar a um aumento nos custos previstos inicialmente. Assim como, o atraso na formalização dos contratos pode comprometer o orçamento do ano corrente.

OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente

Desempenho do Período: 38,37%



Responsável: SAD.

Análise de contextoFechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec

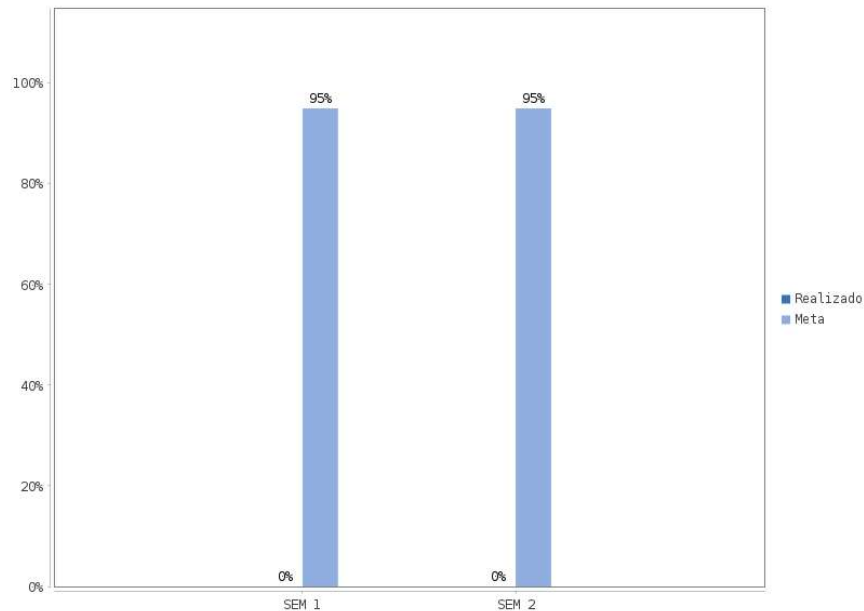
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivoFechado pela Asstec

IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECGIM.

Análise de contexto

No segundo semestre de 2022, foi contratada a ferramenta informatizada para realização do levantamento e avaliação dos ativos de informação quanto à LGPD, conforme processo 2020.0.000054284-7. O período experimental de uso da ferramenta e respectivos ajustes do sistema Astrum Pro foi concluído em setembro de 2023, tendo o sistema recebido aceite da equipe de contratação. Após, foi identificada a necessidade de novos procedimentos e ajustes pela SEGDOC para geração dos Instrumentos de Gestão Documental (ajustes nos metadados importados para o banco de dados), tendo sido os procedimentos de ajustes concluídos no mês de dezembro de 2023, durante o recesso. A ferramenta foi testada novamente pela equipe da SEGDOC em ambiente de produção e os instrumentos de Gestão Documental conferidos. A parametrização dos metadados da LGPD no ambiente de homologação para realização de testes e projeto piloto, teve início em junho de 2024 e ainda se encontra em andamento, visto que o sistema precisou de muitos ajustes, alguns ainda em curso. Espera-se que a nova etapa de parametrização da ferramenta e de capacitação para realização do projeto piloto sejam concluídas até agosto/2025. O início da coleta de dados começará após autorização da DG.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não foram realizadas ações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que ocorra melhora no desempenho nos próximos 6 meses, com a autorização e o início da realização do inventário de dados pessoais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Iniciado o trabalho do Inventário de Dados Pessoais, será possível melhorar o desempenho futuro das ações referentes a esse trabalho.

Riscos associados ao objetivo

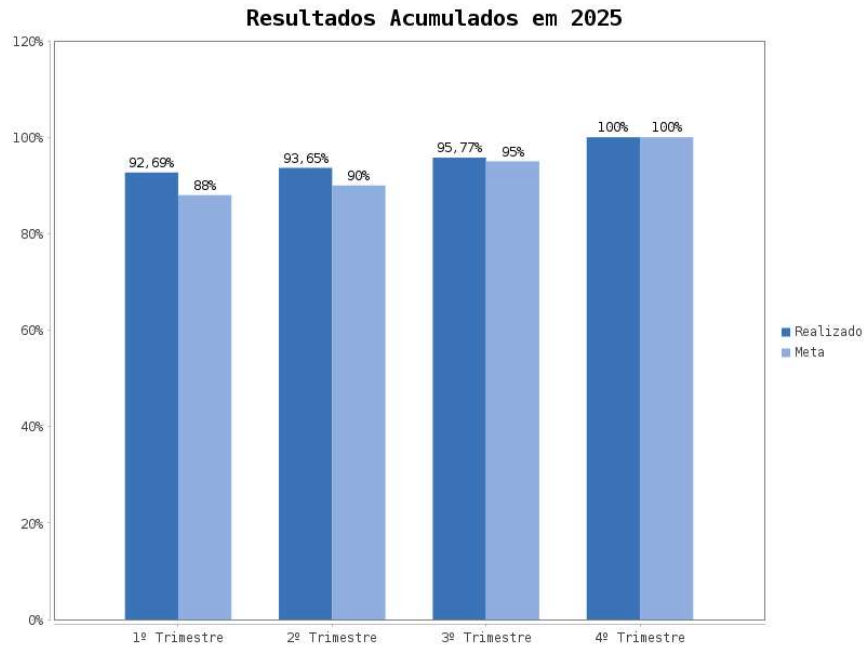
Identifica-se nesse momento os riscos associados com as ações para parametrização dos novos metadados do Inventário de Dados da LGPD, circunstância que pode gerar novos e significativos problemas e necessidade de novos ajustes na ferramenta, visto que foram incluídos 54 conjuntos de metadados e novas listas de valores padrão. O comportamento dos metadados também está sendo ajustado, o que demanda muitos testes e ajustes. Em razão dos diversos desafios enfrentados para configurar e ajustar a ferramenta, foi necessário inclusive avaliar a estabilidade do sistema e a possibilidade de utilização da ferramenta para realização do Inventário de Dados Pessoais em projeto piloto, conforme registrado pela equipe de contratação da ferramenta.

Identificam-se ainda riscos associados com a ampliação das atividades de Gestão da Memória atualmente empreendidas pela SECGIM, sendo que, em relação a essa Seção, a mesma equipe que realiza os trabalhos ligados à Memória Institucional também é a equipe que realizará o trabalho ligado ao Inventário de Dados Pessoais, quando iniciado. Há o risco real de coexistirem demandas

relacionadas à Gestão da Memória com prazo definido para realização, inclusive, demandadas pela Administração, como ocorrido no exato momento da atual análise de indicador (exposições, ações educativas e informativas, eventual participação de relacionadas à Memória etc.) no período de realização do Inventário de Dados Pessoais, o que, caso ocorra, poderá gerar grande sobrecarga de trabalho à equipe da SECGIM e provável necessidade de priorização de atividades de Memória (ressalte-se, atual carro-chefe da SECGIM) durante o Inventário de Dados Pessoais.

IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados

Desempenho do Período: 100,81%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPRES.

Análise de contextoAlcançado o quantitativo de 130 metros lineares de pastas digitais. Taferá finalizada.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNo período em análise foi finalizada a digitalização da parcela final das pastas de pensionistas enviadas pela SECREF (unidade de assumiu acervo documental da SECINP). O progresso foi mais acelerado que no período anterior tendo em vista que a documentação trabalhada apresentava melhor estado de conservação.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Nos períodos vindouros, as equipes de arquivistas e digitalizadores estarão emprenhadas em novas tarefas de digitalização de acervos documentais de diversas unidades administrativas do TRE/RJ.

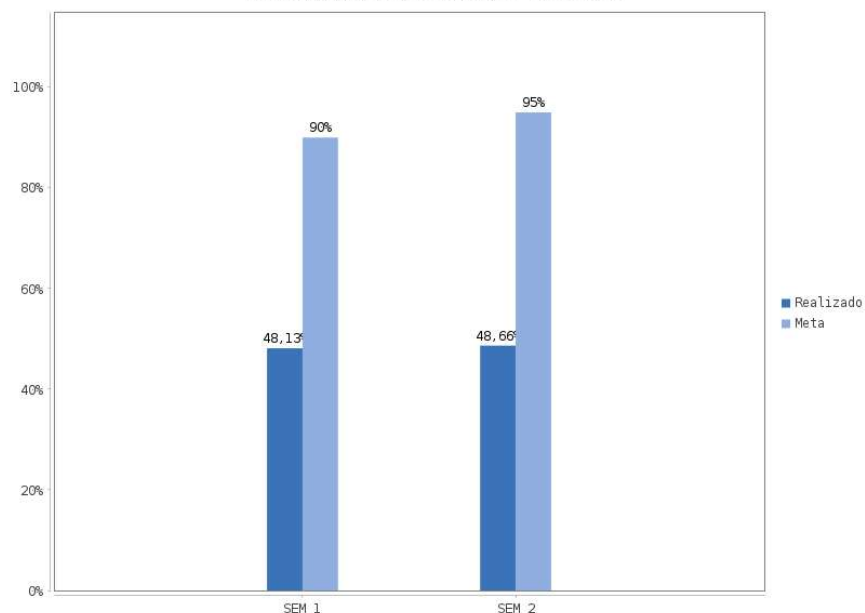
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasPara os próximos períodos já terá início a utilização dos novos scanners adquiridos, fato que garante melhor resultado na digitalização executada. Afim de se avaliar os ajustes necessários à execução das tarefas futuras, é importante considerar a possibilidade de realizar um levantamento de todo o material a ser digitalizado nas unidades da sede e zonas eleitorais .

Riscos associados ao objetivoO principal risco associado ao objetivo é a possibilidade de cessão de operadores de scanner para outras unidades da Sede e a desmotivação com a remuneração, que acarreta alta rotatividade nos postos de trabalho.

IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico

Desempenho do Período: 53,47%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGDOC.

Análise de contexto

Fechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado pela Asstec

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado pela Asstec

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

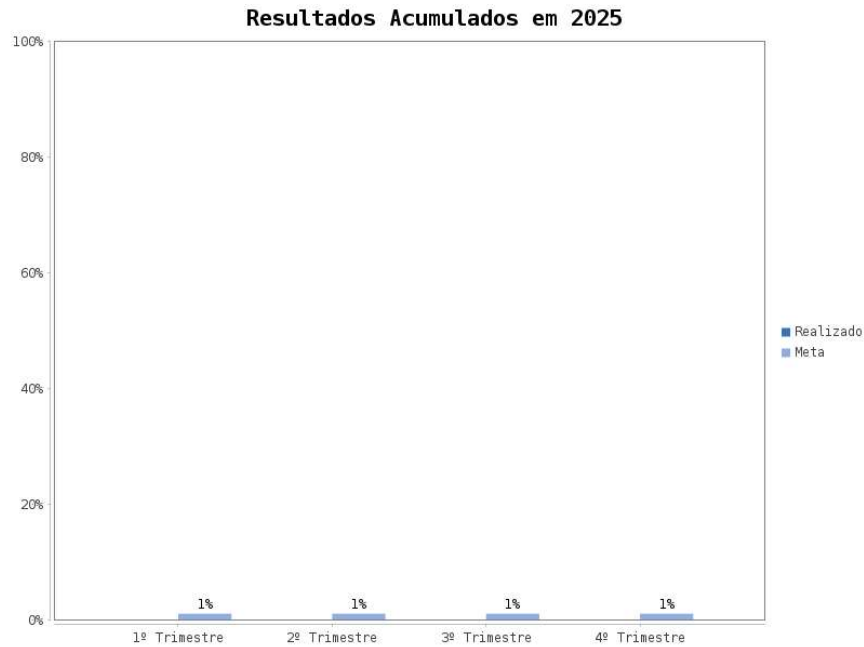
Fechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivo

Fechado pela Asstec

IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASINFO.

Análise de contextoSegundo informado por e-mail pela unidade responsável pela análise do indicador, ainda não há variáveis disponíveis.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosSegundo informado por e-mail pela unidade responsável pela análise do indicador, ainda não há variáveis disponíveis.

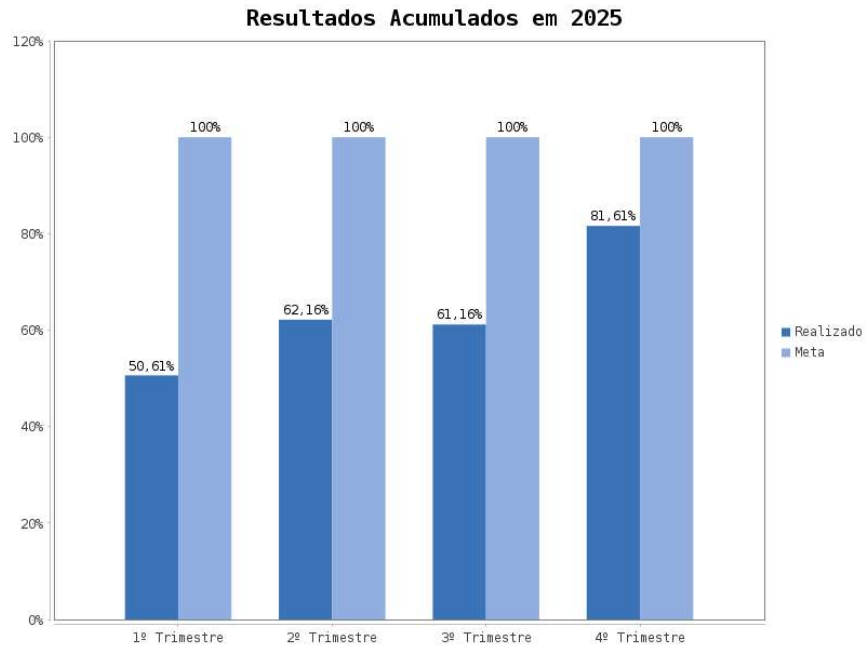
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Segundo informado por e-mail pela unidade responsável pela análise do indicador, ainda não há variáveis disponíveis.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasSegundo informado por e-mail pela unidade responsável pela análise do indicador, ainda não há variáveis disponíveis.

Riscos associados ao objetivoSegundo informado por e-mail pela unidade responsável pela análise do indicador, ainda não há variáveis disponíveis.

OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação

Desempenho do Período: 61,16%



Responsável: SGP.

Análise de contextoFechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec

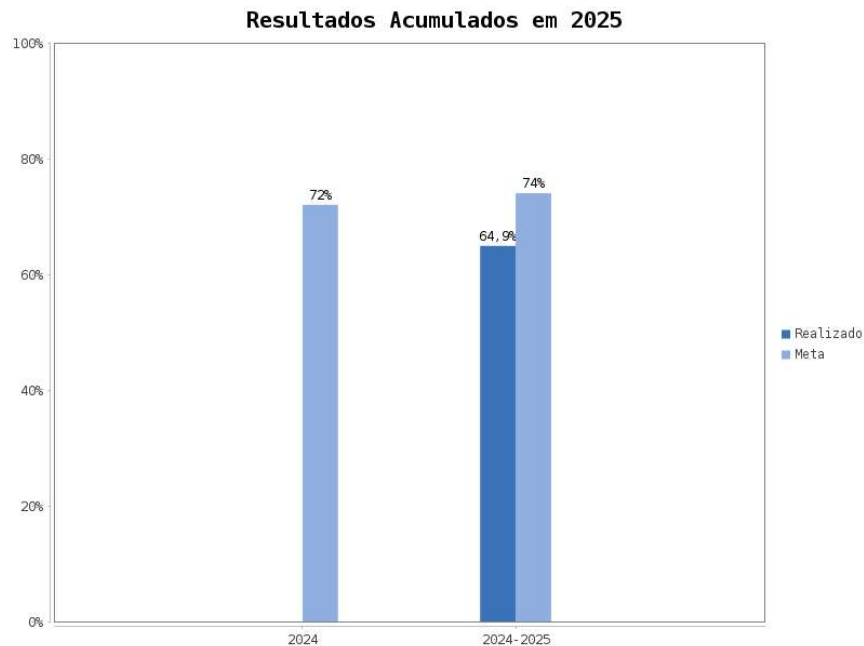
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivoFechado pela Asstec

IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional

Desempenho do Período: 87,70%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COGEST.

Análise de contextoA Pesquisa de Clima Organizacional do biênio 2025-2026 foi realizada entre junho e julho de 2025, contando com a participação de 704 servidores.

Diferentemente da edição anterior, realizada pela empresa Numera, adotou-se um novo questionário, reduzindo o número de perguntas de 89 para 57, o que diminuiu o tempo de resposta.

Na pesquisa anterior, o engajamento — definido como objetivo principal — obteve nota média de 3,6 (escala Likert de 1 a 5). Na edição atual, a nota foi de 3,53, apresentando uma leve queda. Ressalta-se, entretanto, que houve alteração na composição das perguntas do tema “Engajamento”, o que modifica parcialmente a comparabilidade direta entre os dois resultados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNão foram realizadas ações com foco exclusivo na melhoria do clima organizacional a partir da última pesquisa. Contudo, diversas iniciativas institucionais implementadas no período tiveram potencial de impactar positivamente o clima, mesmo que sem motivação direta.

Pertencimento

Eventos sobre mulheres, equidade racial e consciência negra, promovendo diversidade e representatividade.Criação da Rede Interna de Atenção à Mulher.Campanhas solidárias e eventos internos, fortalecendo laços comunitários.Suporte do TRE-RJ

Mudança para nova sede e aquisição de novo prédio.Planejamento e organização do pagamento das horas extras eleitorais.Contratação com os Correios para transporte das urnas (Eleições 2024).Parceria com o TCM para análise de prestações de contas eleitorais.Realização de exames periódicos de saúde.Segurança Psicológica

Criação de duas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio.Capacitação da alta gestão, com foco em liderança empática e técnica.Semanas temáticas sobre prevenção do assédio e da discriminação.Formação em Mediação Organizacional para lideranças.Comunicação

Adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples.Reuniões frequentes entre a SGP e os servidores.Equilíbrio

Manutenção da jornada de 6 horas.Avaliação participativa das eleições, com foco em melhorias de processos e condições de trabalho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A tendência para os próximos 6 meses é de melhora, desde que sejam adotadas ações diretamente voltadas para o aprimoramento do clima organizacional, utilizando-se de forma estratégica os resultados detalhados da pesquisa 2025.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasPrincipais Desafios

Transformar os resultados da pesquisa em ações concretas e perceptíveis para os servidores.Manter a participação ativa da alta liderança como patrocinadora das ações de melhoria.Garantir acompanhamento e mensuração do impacto das iniciativas implementadas.Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Definir plano de ação específico com base nos resultados por macro unidade e tema prioritário, com metas e prazos

definidos. Garantir comunicação transparente sobre as ações adotadas, os prazos e os responsáveis, reforçando o vínculo entre pesquisa e gestão. Realizar pesquisas de pulse para medir a evolução do clima organizacional a cada semestre. Desenvolver ações de engajamento contínuo (workshops, fóruns, rodas de conversa) para manter os servidores envolvidos nas mudanças. Fortalecer a formação de lideranças em temas como comunicação, gestão de equipes e prevenção de assédio.

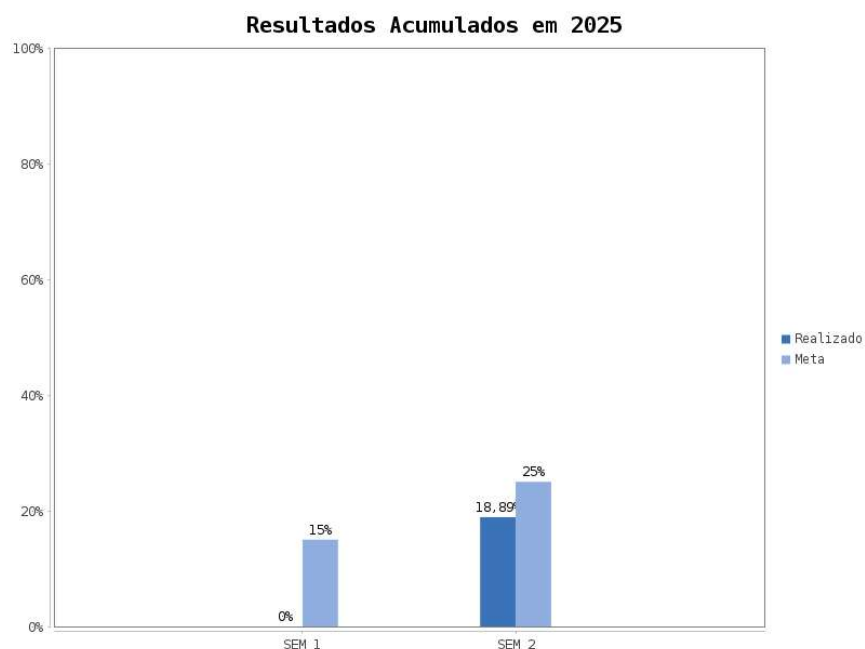
Riscos associados ao objetivo Perda de Credibilidade: Se as ações corretivas não forem implementadas de maneira eficaz e transparente, a credibilidade do processo de pesquisa e da administração pode ser irreversivelmente danificada.

Desmotivação dos servidores: A falta de ações visíveis pode levar a uma maior desmotivação e aumento da rotatividade de pessoal.

Impacto Negativo no Clima Organizacional: Impactar negativamente a produtividade, o moral e a satisfação dos funcionários, dificultando a recuperação do clima organizacional.

IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)

Desempenho do Período: 0,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: NATSS.

Análise de contexto

Fechado pela Asstec sem análise da unidade

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado pela Asstec sem análise da unidade

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado pela Asstec sem análise da unidade

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

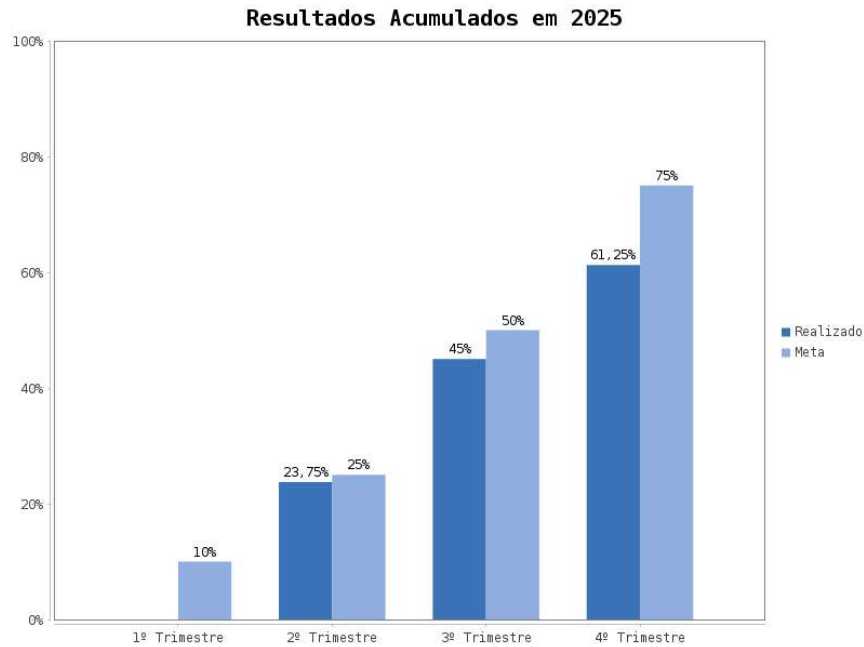
Fechado pela Asstec sem análise da unidade

Riscos associados ao objetivo

Fechado pela Asstec sem análise da unidade

IE 42 - Taxa de aderência ao PAC

Desempenho do Período: 90,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto IE 42 – Taxa de Aderência ao PAC 2025: Até setembro, foram realizados 36 cursos dos 80 previstos no Plano Anual de Capacitação, resultando em 45% de execução cumulativa. Esse percentual está abaixo da meta de 50% para o período, embora atinja o critério de desempenho “Ótimo” de 45%. A distribuição dos cursos revela esforços concentrados no terceiro trimestre com 19 cursos (ver seção de Ações realizadas no último período), mas persiste um total de 44 cursos ainda não executados até o final do ano. Entre as causas identificadas estão priorização de demandas urgentes das unidades e ações Extra-PAC que desviaram recursos do cronograma original. Ressalta-se também que eventos extra-PAC aumentaram a carga de trabalho da equipe, elevando a necessidade de revisão do planejamento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos IE 42 (PAC 2025): Foram ofertados 19 cursos no período julho-setembro, dos quais 17 integravam o PAC 2025 e 2 eram extras. A tabela abaixo detalha a quantidade mensal:

AGOSTO

4 Cursos:

- 1- Oficinas de Gerenciamento de riscos
- 2- Linguagem Simples
- 3- Trilha Inovando com IA
- 4- Palestra Democracia e Acessibilidade

SETEMBRO

7 cursos:

- 1-Conhecendo o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero;
- 2 - Curso para operacionalização da compensação previdenciária;
- 3 - Curso AUDI 1 - EOP;
- 4 - Curso AUDI 2 EOP - atualizado;
- 5 - Gestão Cartorária com Ênfase em Processos Judiciais;
- 6 - Gestão de Estoque e Armazém;
- 7 - Oficial Exin

Extra-PAC: 1 - FORMAÇÃO 4.0: PREGOEIROS E FORNECEDORES COM O PODER DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

2- operacionalização da compensação previdenciária

OUTUBRO

6 cursos:

- 1-“ GoHacking Digital Forensics (GHFOR)", - Análise forense
- 2-20º PMI Rio Summit - Inteligência Artificial: A Reinvenção dos Projetos
- 3-AGILE BRAZIL 2025 + Scrum Gathering

4-Maratonas de Proteção de Dados - M1 e M2 e M3,

5-SRP e Credenciamento - Aspectos Críticos, Práticos e Estratégicos

6-Capacitação On the Job | Planejamento Estratégico Orientado para a Execução Ágil

Esses dados mostram que das 19 ações, 17 (89%) seguiram o cronograma oficial (PAC) e 2(11%) foram iniciativas Extra-PAC. No acumulado do ano, mantidos os 36 cursos realizados, a taxa de realização do PAC é de 45% (36/80), ainda aquém da meta.

O principal resultado obtido foi o engajamento contínuo das equipes nas formações previstas, com recursos mobilizados em IT, TI e gestão ágil. Contudo, cursos solicitados por unidades continuam pendentes: 44 cursos restantes previstos no PAC e que ainda não foram realizados.

Em suma, as ações até agora elevaram o conhecimento em áreas estratégicas, mas não foram suficientes para atingir a meta parcial de 50%.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) IE 42 – Tendência: Mantido o ritmo atual (média de aproximadamente 6 cursos/mês no 3º tri), a projeção para o final do ano indica a realização de aproximadamente 24 cursos adicionais, totalizando 60 cursos até dezembro. Isso corresponderia a 75% da meta anual. A tendência tende a melhora gradual, já que processos de contratação e ajustes no calendário de treinamento estão em andamento. Desafios (IE 42): O principal desafio é acelerar a entrega do PAC sem perder a qualidade, restando a realização de 44 cursos previstos no PAC e que ainda precisam ser realizados.

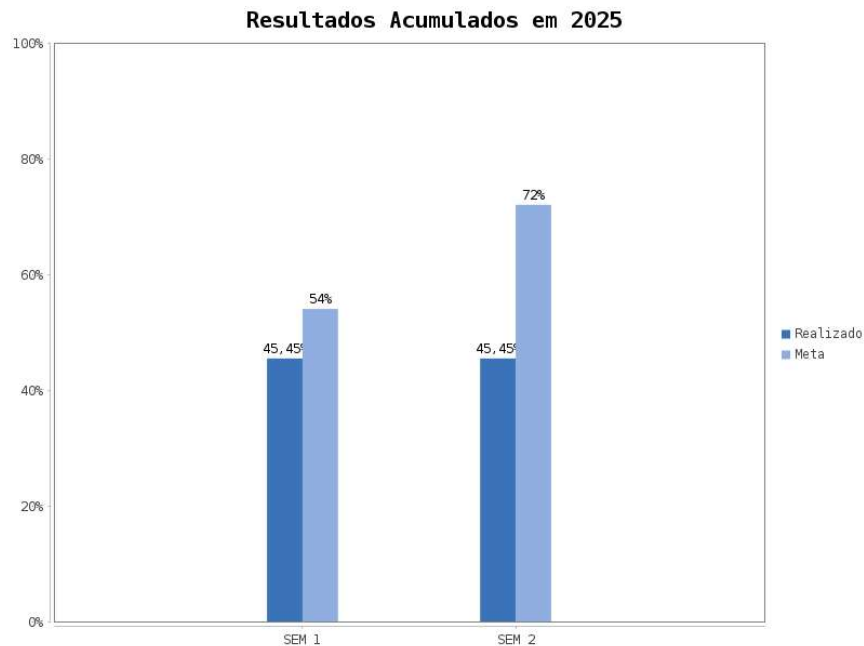
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Intensificar o acompanhamento: Implantar na SECGES um painel mensal de acompanhamento do PAC que compare automaticamente cursos realizados contra previstos, permitindo ações corretivas em tempo real. Priorização das demandas pendentes: Criar calendário definitivo para execução dos cursos ainda não realizados (total de 44), envolvendo as unidades solicitantes desde a agenda inicial para evitar cancelamentos.

Riscos associados ao objetivo Caso os cursos previstos fiquem pendentes, o PAC 2025 ficará comprometido, prejudicando a formação planejada em competências estratégicas.

Foi solicitado orçamento suplementar a fim de cobrir as despesas de cursos que não estavam previstos. Caso não seja autorizado pelo TSE, as contratações ficarão comprometidas.

IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência

Desempenho do Período: 84,18%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

O indicador IE 43 – Taxa de Unidades Avaliadas por Competências – mede o percentual de unidades organizacionais do TRE/RJ que tiveram suas competências levantadas e/ou avaliadas dentro de um determinado período, em relação ao total previsto. Ele reflete a capacidade da área de gestão de pessoas em implementar e manter o modelo de Gestão por Competências (GPC) na organização. A presente análise se refere ao 1º semestre de 2025.

Com o uso do COYOTE, uma nova metodologia foi adotada, padronizando as competências gerenciais com as do TSE e outros Regionais que utilizam o sistema. (IE 43, 2º Semestre 2023).

As Eleições Municipais de 2024 foram um fator de risco que "poderia comprometer o engajamento das unidades que participarão da implantação da GPC" (IE 43, 1º Semestre 2024). Isso levou a um acordo com a Administração Superior para focar a avaliação apenas na Secretaria de Auditoria Interna (SAU) em 2024, postergando a avaliação de todo o TRE/RJ para 2025.

A elaboração de um novo Plano Estratégico do Tribunal é identificada como um processo que "poderá atrasar a implantação da GPC" (IE 43, 2º Semestre 2024), pois conflita com a demanda de recursos e foco.

Novo Contexto Organizacional (Reestruturação da SGP e Criação da SEGESC):Reestruturação da SGP: A Secretaria de Gestão de Pessoas passou por uma reestruturação recente, que visa otimizar os processos e fortalecer as áreas estratégicas.Criação da Seção de Gestão por Competências (SEGESC): Como parte dessa reestruturação, foi criada uma seção dedicada exclusivamente à gestão por competências, com o objetivo de dar maior foco e especialização a essa área vital.Reforço da Equipe: A integração da servidora Lucia Loureiro à equipe da nova Segesc representa um reforço de capital humano, essencial para as novas ambições da unidade.Iniciativa de Inovação com IA: A intenção do chefe da SEGESC de utilizar Inteligência Artificial para o levantamento de competências em todas as unidades do TRE/RJ, incluindo as Zonas Eleitorais da Capital e Interior, sinaliza um salto qualitativo e de escala na abordagem da GPC, visando maior celeridade e abrangência.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

RESUMO DOS ÚLTIMOS PERÍODOS:

Esta seção detalha as iniciativas tomadas e os resultados alcançados pela área de gestão de competências nos períodos analisados.

1º Semestre de 2023:Desenvolvimento de Ferramentas: Foi elaborado o REDESTI para importação do sistema COYOTE do TRE/TO, com previsão de funcionamento até setembro, visando substituir o sistema da CKM.

Implantação da GPC: A implantação da GPC e ocupações críticas na Secretaria de Administração (SAD) foi concluída.

Desafios: Houve atraso na implantação na SOF, prevista para junho, e sua conclusão foi postergada para julho, embora a meta anual fosse atingida.

2º Semestre de 2023:Implantação do COYOTE e Nova Metodologia: O sistema COYOTE foi testado e implantado, sendo parametrizado de acordo com uma nova metodologia, alinhada às práticas do TSE e de outros Regionais.

Conclusão da Implantação: A implantação da GPC/OC na Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) foi concluída, embora com atraso, finalizando apenas em dezembro de 2023.

Desafios: O levantamento das unidades de Gestão e Fiscalização de Contratos demandou grande esforço, desviando recursos e acarretando atraso no levantamento da SOF. Consequentemente, não foi possível iniciar o levantamento de competências na Secretaria de Auditoria Interna.

1º Semestre de 2024: Priorização Devido ao Ano Eleitoral: Acordo com a administração superior para focar o levantamento e avaliação apenas na Secretaria de Auditoria Interna (SAU) em 2024, com o restante do TRE/RJ programado para 2025.

Preparo para Avaliações: Preparação do sistema para a realização da avaliação da Resolução CNJ nº 347 (Competências das unidades responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos) e revisão das competências da STI.

2º Semestre de 2024: Conclusão da SAU: Foi realizado o levantamento das competências Técnicas, Gerenciais e Comportamentais da Secretaria de Auditoria Interna, bem como a avaliação e análise das ocupações críticas.

Desafios no COYOTE: O sistema COYOTE apresentou diversos erros no processo da SAU, exigindo esforço corretivo da CDESC e STI.

Interrupções: A preparação do sistema para a avaliação da Resolução CNJ nº 347 e a revisão das competências da STI não puderam ser concluídas, sendo interrompidas.

1º SEMESTRE DE 2025: Foi criada a Seção de Gestão por Competências, onde se espera dar maior celeridade no levantamento das competências, principalmente com o uso de IA. Pretende-se realizar o levantamento das competências e a realização de avaliações por competências, até o final de 2025.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Esta seção aborda a projeção do desempenho do indicador e os obstáculos mais significativos no futuro próximo.

Tendência do Desempenho (Melhora / Estabilidade / Piora): Curto Prazo (Próximos 6 meses – início de 2025): A tendência inicial pode ser de estabilidade ou melhora gradual no desempenho do indicador. Apesar dos desafios históricos com o COYOTE e o foco limitado de 2024 devido ao ano eleitoral, a expectativa é de uma retomada ambiciosa em 2025, com a promessa de levantamento de competências em todo o TRE/RJ.

A nova estrutura da Seção de Gestão por Competências e a introdução da IA são fatores que indicam uma intenção clara de melhoria e celeridade, embora a materialização dessa melhora dependa da superação de novos desafios.

Médio Prazo (A partir da consolidação das novas estratégias): A tendência é de melhora substancial, impulsionada pela escala e eficiência que a Inteligência Artificial pode proporcionar no levantamento de competências, permitindo uma cobertura sem precedentes, incluindo as Zonas Eleitorais. Principais Desafios a Serem Enfrentados:

Realização da GPC em todo o TRE/RJ: A principal meta para 2025, conforme o documento, é a "Realização da GPC em todo o TRE/RJ" (IE 43, 2º Semestre 2024), o que representa um desafio de escala e logística, dado que em 2024 o foco foi limitado à SAU. **Conflito com a Elaboração do Novo Plano Estratégico:** A elaboração do novo Plano Estratégico do Tribunal pode competir por tempo e recursos, "conflitando com a elaboração do novo plano estratégico do Tribunal" (IE 43, 2º Semestre 2024). **Superar Dificuldades com o Sistema COYOTE:** Os "diversos erros" (IE 43, 2º Semestre 2024) e as "dificuldades para utilização" (IE 43, 1º Semestre 2023) do COYOTE ainda representam um desafio operacional que precisa ser sanado para que o sistema possa ser utilizado em larga escala com a IA. **Engajamento das Unidades:** As Eleições 2024 impactaram o engajamento, e a transição para um ano "normal" exigirá esforço para garantir a participação das unidades. **Implementação e Aceitação da IA:** A introdução de Inteligência Artificial para levantamento de competências é um desafio tecnológico e cultural, exigindo que a ferramenta seja eficaz, confiável e bem aceita pelos servidores. **Escala de Levantamento (Zonas Eleitorais):** A inclusão das Zonas Eleitorais da Capital e Interior no levantamento de competências com IA é um objetivo ambicioso que demandará um planejamento meticuloso e recursos adequados. **Integração de Novas Metodologias e Equipe:** Garantir que a nova metodologia do COYOTE e a futura abordagem com IA sejam compreendidas e aplicadas de forma consistente por toda a equipe da SGC, incluindo a nova servidora Lucia Loureiro.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta seção detalha as estratégias e ações que serão implementadas para otimizar o desempenho do indicador, aproveitando as novas capacidades da Seção de Gestão por Competências

Preparação para o Levantamento Abrangente em 2025: **Sensibilização Abrangente:** Intensificar a preparação e sensibilização de todo o Tribunal (incluindo Zonas Eleitorais) para a realização do levantamento e avaliação de competências em 2025. Isso visa garantir o engajamento e a compreensão da importância do processo.

Otimização do Sistema COYOTE: Tratar as vulnerabilidades e erros identificados no COYOTE para garantir seu funcionamento estável e eficiente para o levantamento de competências em larga escala, inclusive com a integração de IA. Isso inclui a customização do sistema, conforme proposto inicialmente (IE 43, 1º Semestre 2023).

Alavancagem da Nova Estrutura da Seção de Gestão por Competências e Inteligência Artificial:

Desenvolvimento e Implementação de Solução de IA: Iniciar o desenvolvimento de prompts e uma solução de Inteligência Artificial para automatizar e aprimorar o processo de levantamento e análise de competências. **Fases de Implementação:** Sugerir

fases, como um projeto piloto inicial com a IA em algumas unidades antes da expansão total para todas as Zonas Eleitorais, a fim de validar a eficácia e fazer os ajustes necessários. Treinamento em IA e Novas Metodologias: Capacitar a equipe da Seção de Gestão por Competências, incluindo Lucia Loureiro, no uso e gestão da nova ferramenta de IA e na metodologia de avaliação de competências associada. Isso aumentará a "celeridade das entregas" (IE 43, 1º Semestre 2023). Otimização de Processos com a Nova Metodologia: Com o uso do COYOTE e a futura integração da IA, priorizar a nova metodologia onde "já estarão listadas as competências por unidades e os gestores escolherão as que se adequam a suas unidades", visando "maior agilidade no levantamento das competências" (IE 43, 2º Semestre 2023). Revisão da Ficha do Indicador IE-43: Propor a revisão da ficha do indicador, considerando a nova estrutura organizacional do TRE/RJ (incluindo a integração das Secretarias Judiciária e de Auditoria Interna à Presidência) e o organograma atual, para que o indicador reflita de forma mais precisa e justa o esforço e os resultados. Articulação e Gestão de Conflitos:

Diálogo Proativo com a Administração: Manter um diálogo constante com a Administração Superior para alinhar a implantação da GPC com a elaboração do novo Plano Estratégico, minimizando conflitos de prioridade e recursos.

Riscos associados ao objetivo

Esta seção identifica os potenciais obstáculos que podem comprometer o atingimento dos objetivos do indicador, permitindo o desenvolvimento de planos de mitigação.

Riscos Operacionais e de Sistema: Instabilidade ou Erros no Sistema COYOTE: A persistência de "diversos erros" (IE 43, 2º Semestre 2024) ou "dificuldades para utilização" (IE 43, 1º Semestre 2023) do COYOTE pode atrasar ou inviabilizar o levantamento de competências em larga escala, especialmente com a integração da IA.

Desafios na Integração e Acurácia da IA: A implementação da Inteligência Artificial pode enfrentar desafios técnicos de integração com sistemas existentes, e a qualidade e acurácia dos dados gerados pela IA podem não atender às expectativas.

Qualidade dos Dados de Entrada: A eficácia da IA depende da qualidade dos dados de entrada. Se os dados existentes sobre competências ou histórico funcional não forem precisos, a análise da IA pode ser comprometida.

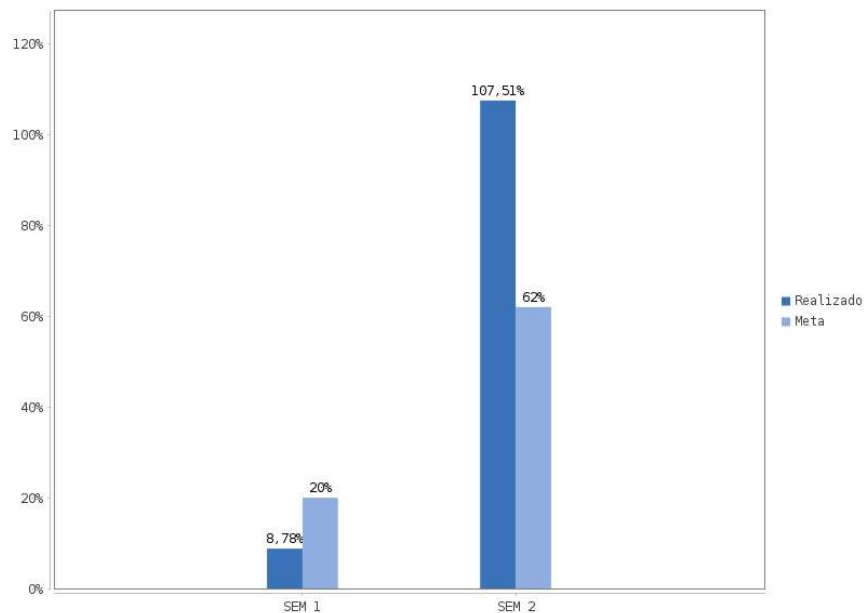
Riscos Estratégicos e Institucionais: Elaboração do Novo Plano Estratégico: A mobilização de esforços e recursos para a "Elaboração do Novo Plano Estratégico" (IE 43, 2º Semestre 2024) pode desviar o foco da implantação da GPC em todo o TRE/RJ, causando atrasos.

Engajamento e Adesão das Unidades: Mesmo com a sensibilização, a falta de engajamento ou de compreensão por parte das unidades (especialmente as Zonas Eleitorais, com suas particularidades) pode dificultar a coleta de dados e a aceitação do processo.

Resistência à Mudança: Servidores e gestores podem apresentar resistência à nova metodologia de avaliação de competências, especialmente com a introdução da IA, percebendo-a como impessoal ou invasiva.

Riscos de Recursos: Alocação Insuficiente de Recursos: A escala do levantamento de competências para todo o TRE/RJ e Zonas Eleitorais, ampliada pelo uso da IA, exigirá recursos (financeiros, humanos, tecnológicos) que podem não ser totalmente supridos.

Curva de Aprendizagem da Equipe: A nova metodologia do COYOTE e a implementação da IA exigem uma curva de aprendizagem para a equipe da Seção de Gestão por Competências. Se o treinamento não for adequado ou rápido o suficiente, pode haver atrasos.

IE 44 - Taxa de servidores capacitados**Desempenho do Período: 43,91%****Resultados Acumulados em 2025****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.****Análise de contexto**

Esta seção estabelece o cenário no qual o indicador está sendo avaliado, considerando tanto o histórico quanto os novos elementos que moldam o ambiente de capacitação.

Definição do Indicador: O IE 44 mede o número total de servidores que foram capacitados em um determinado período, sem considerar repetições. É um indicador-chave da abrangência e do alcance das ações de desenvolvimento de pessoas no Tribunal. **Histórico Recente do Indicador (IE 44 - Taxa de Servidores Capacitados):** Ano de 2023: Foram capacitados 723 servidores. Houve um incremento significativo devido à oferta de cursos a distância (EAD) e também cursos presenciais em temáticas operacionais importantes.

IE-44 - 2º semestre de 2023 "Total de servidores Capacitados em 2023: 723. Importante destacar, que este indicador mede a quantidade de servidores treinados sem repetição." **Ano Eleitoral de 2024:** Em função das Eleições Municipais de 2024, houve uma determinação institucional para a racionalização e redução de cursos, concentrando as atividades no 1º trimestre do ano. Isso impactou naturalmente o volume de servidores capacitados.

No 1º semestre de 2024, foram capacitados 408 servidores. No 2º semestre de 2024, o número caiu para 270 servidores. O total de servidores capacitados em 2024 foi de 678, um declínio em relação a 2023, conforme as restrições impostas. **IE-44 - 1º semestre de 2024** "Apesar da restrição para disponibilização de cursos em ano eleitoral (2023.0.000013918-9), 408 servidores foram capacitados no 1º semestre de 2024." **IE-44 - 2º semestre de 2024** "Apesar da restrição para disponibilização de cursos em ano eleitoral (2023.0.000013918-9), 270 servidores foram capacitados no 2º semestre de 2024 e um total de 678 servidores capacitados no ano de 2024." **Novo Cenário para 2025 (e impacto no 1º semestre):**

Reestruturação da SGP: A recente reestruturação da Secretaria de Gestão de Pessoas, com a criação da Seção de Contratos e Gestão de Estagiários, é um divisor de águas. Essa mudança visa desafogar a Seção de Capacitação (SEDCOR), permitindo que a equipe se concentre mais nas atividades educacionais estratégicas. **Aquisição de Plataformas de Ensino:** No 4º trimestre de 2024, foram adquiridas plataformas de ensino como Alura, Udemy e RocketSeat. Essas plataformas "serão utilizadas no ano de 2025, diminuindo o impacto orçamentário nas capacitações", o que representa uma otimização de recursos e um potencial imenso para ampliar o alcance e a diversidade de cursos. **Volume de Requerimentos de Adicional de Qualificação:** Apesar do desafogamento nas contratações, o volume de requerimentos de averbação de carga horária para adicional de qualificação permanece alto, com perspectiva de aumento caso seja aprovada a averbação da segunda pós-graduação. Isso ainda demanda atenção da equipe.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Esta seção foca nas ações recentes que impactaram diretamente o 1º semestre de 2025 e nos resultados iniciais observados neste período.

Ações Realizadas no 2º Semestre de 2024 (com impacto em 2025): Foco na Modalidade a Distância: Continuou-se a priorizar e realizar diversos cursos na modalidade a distância, que permite um maior alcance, especialmente para servidores lotados

em zonas eleitorais do interior.

Aquisição Estratégica de Plataformas: A contratação das plataformas Alura, Udemy e RocketSeat no 4º trimestre de 2024 é a ação mais relevante para o desempenho do indicador em 2025. Esta iniciativa permite uma oferta contínua e diversificada de capacitação.

Palestra Estratégica: Realização da palestra "Legado e Gratidão", organizada pela Fundação Dom Cabral, com foco em liderança, motivação e habilidades emocionais para o trabalho colaborativo, destinada à alta administração.

Resultados Obtidos no 1º Semestre de 2025:

Cursos Oferecidos: O documento lista uma série de cursos realizados entre abril e junho de 2025, demonstrando uma retomada da atividade de capacitação após as restrições do ano eleitoral.

Abril: Formação Engenheiro de Inteligência Artificial 4.0. **Maior:** Desenvolvimento de Líderes (Imersão FDC), RH Rio, 7º CONASJUR, AZ-040T00 Automating Administration with PowerShell, Palestra Semana do Assédio, Palestras Semana de Ética (Resiliência e ética, Projeto Me chama pelo nome, Educação Ambiental de base comunitária), Oficina Jornada da Ética. **Junho:** Aud 1 EOP, Aud TI, Semana Orçamentária, Fund. PAD, Festival 3i, ACSM - Scrum, 2 palestras da Semana Ambiental, Praticando a Equidade Racial - Portal EAD, Conscientização CyberSegurança. **Qualificação de Oferta:** A presença de cursos como "Formação Engenheiro de Inteligência Artificial 4.0" e "Desenvolvimento de Líderes - Imersão FDC" demonstra uma oferta focada em temas de ponta e desenvolvimento de lideranças, alinhada às necessidades estratégicas.

Potencial de Alcance: foram capacitados 111 servidores, no 1º semestre de 2025, contagem sem repetição

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Esta seção projeta o desempenho do indicador para o 2º semestre de 2025, considerando os fatores atuais e as expectativas futuras.

Tendência para o 2º Semestre de 2025: A tendência é de MELHORA SIGNIFICATIVA no desempenho do indicador "Total de Servidores Capacitados".

Fim da Restrição Eleitoral: O ano eleitoral de 2024 já passou, eliminando as restrições que limitaram a oferta de cursos e o número de servidores capacitados. Isso libera o cronograma e a agenda dos servidores para mais capacitações.

Benefício da Reestruturação: A Seção de Capacitação estará mais desafogada das burocracias de contratação, permitindo um foco maior no planejamento, desenvolvimento e execução de programas educacionais. Essa nova mobilidade deve se traduzir em mais ofertas e maior capacidade de alcançar servidores.

Impacto Pleno das Plataformas de Ensino: As plataformas Alura, Udemy e RocketSeat, adquiridas no final de 2024, estarão em plena operação no 2º semestre de 2025. Elas representam um multiplicador do potencial de capacitação, permitindo que os servidores acessem um vasto catálogo de cursos de forma flexível, ampliando drasticamente o número de capacitados e diversificando as áreas de conhecimento.

Principais Desafios a Serem Enfrentados (2º Semestre de 2025):

Elaboração do Plano Estratégico do TRE: A elaboração do novo Plano Estratégico do TRE, embora crucial, exige a participação de diversos servidores em reuniões e grupos de trabalho. Isso pode desviar o tempo e o foco de muitos, potencialmente diminuindo a participação em capacitações no período. Este desafio foi explicitamente apontado para o final de 2024 e início de 2025 e pode persistir.

Gestão do Volume de Requerimentos de Adicional de Qualificação: Apesar da nova seção de contratos, o alto volume de requerimentos para averbação de carga horária para fins de Adicional de Qualificação continuará a demandar tempo e recursos da equipe da SEDCOR, potencialmente impactando a capacidade de focar totalmente nas novas iniciativas.

Engajamento e Adesão às Novas Plataformas: Embora as plataformas ofereçam grande potencial, o desafio será garantir o engajamento ativo e contínuo dos servidores. A simples aquisição não garante a utilização massiva.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta seção apresenta as estratégias e ações concretas para maximizar o número de servidores capacitados, aproveitando o novo contexto da SEDCOR.

Maximização da Utilização das Plataformas de Ensino: Criação de Trilhas de Aprendizagem Estratégicas: Desenvolver e divulgar trilhas de aprendizagem curadas dentro das plataformas (Alura, Udemy, RocketSeat), alinhadas às competências-chave do TRE/RJ e às necessidades de cada unidade/área de atuação. Isso guia o servidor e garante o foco em conteúdos relevantes.

Campanhas de Divulgação e Incentivo: Realizar campanhas contínuas de comunicação interna para promover o uso das plataformas, destacando os benefícios, a diversidade de conteúdo e a flexibilidade. Considerar incentivos para a conclusão de cursos relevantes.

Sessões de Orientação e Suporte: Oferecer workshops ou sessões de orientação para apresentar as plataformas aos servidores, ensinar como navegar e como aproveitar ao máximo os recursos disponíveis.

Otimização do Foco Estratégico da SEDCOR:

Priorização do Desenvolvimento de Programas Próprios: Com o tempo liberado das contratações, direcionar o esforço para o desenvolvimento de programas internos (workshops, palestras, EADs customizados) que atendam a demandas específicas do

Tribunal e que não são facilmente encontradas nas plataformas. Fortalecimento da Análise de Necessidades e Avaliação de Impacto: Aprofundar a análise das lacunas de competências e implementar mecanismos mais robustos de avaliação do impacto das capacitações no desempenho individual e institucional. Desenvolvimento de Multiplicadores Internos: Investir na capacitação de servidores para atuarem como multiplicadores de conhecimento em suas respectivas áreas, fomentando uma cultura de aprendizado contínuo. Integração com o Novo Plano Estratégico do TRE: Participar ativamente das discussões para a formulação do Plano Estratégico do TRE, garantindo que as metas de capacitação estejam intrinsecamente ligadas aos objetivos institucionais e que os recursos necessários sejam previstos. Otimização dos Processos Administrativos da SEDCOR: Automatização da Averbação de Carga Horária: Explorar soluções tecnológicas para automatizar, parcial ou totalmente, o processo de averbação de carga horária para adicional de qualificação, liberando a equipe para atividades mais estratégicas.

Riscos associados ao objetivo

Esta seção elenca os fatores que podem impedir ou dificultar o atingimento do objetivo de aumentar o número de servidores capacitados, permitindo o planejamento de mitigações.

Comprometimento da Disponibilidade de Servidores: Excesso de Demandas do Plano Estratégico: Se a elaboração e implementação do novo Plano Estratégico do TRE consumir uma parcela muito significativa do tempo dos servidores (incluindo a própria equipe da SEDCOR), isso poderá limitar a disponibilidade para participação em capacitações. Volume Administrativo Elevado: Apesar da nova Seção de Contratos e Gestão de Estagiários, se o volume de requerimentos de adicional de qualificação (e a perspectiva de aumento) não for eficientemente gerenciado, isso continuará a drenar recursos da equipe da SEDCOR, prejudicando o foco nas iniciativas de capacitação.

Desengajamento com Novas Formas de Capacitação:

Baixa Adesão às Plataformas Online: A simples disponibilização das plataformas não garante a adesão. Sem uma estratégia eficaz de comunicação, curadoria e incentivo, o número de servidores utilizando ativamente os recursos pode ficar aquém do esperado, limitando o crescimento do indicador. Resistência a Mudanças: A preferência por modelos de capacitação mais tradicionais (presenciais, por exemplo) pode gerar resistência à modalidade EAD e ao uso de plataformas, especialmente em partes da força de trabalho.

Restrições Orçamentárias Contínuas:

Apesar da economia com as plataformas, futuras restrições orçamentárias podem limitar a capacidade de adquirir novos conteúdos para as plataformas, investir em programas presenciais estratégicos de alto impacto ou em tecnologias de suporte à capacitação.

Gargalos na Nova Seção de Contratos:

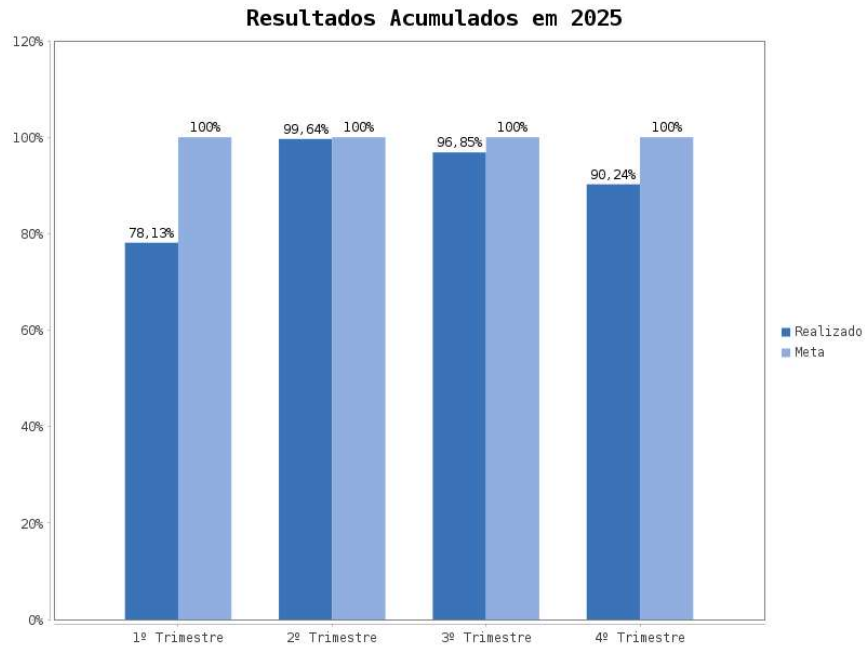
Embora a intenção da nova seção seja desafogar a SEDCOR, possíveis gargalos operacionais ou uma curva de aprendizado inicial podem, a princípio, gerar atrasos nas contratações de cursos externos que ainda sejam considerados essenciais.

Mudança de Direcionamento Estratégico:

A mudança da alta administração e a consequente elaboração de um novo Plano Estratégico podem, hipoteticamente, redefinir as prioridades de capacitação de forma que não se alinhem totalmente com as estratégias e investimentos atuais da SEDCOR, exigindo realinhamentos e potenciais atrasos.

OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

Desempenho do Período: 96,85%



Responsável: SOF.

Análise de contextoFechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec

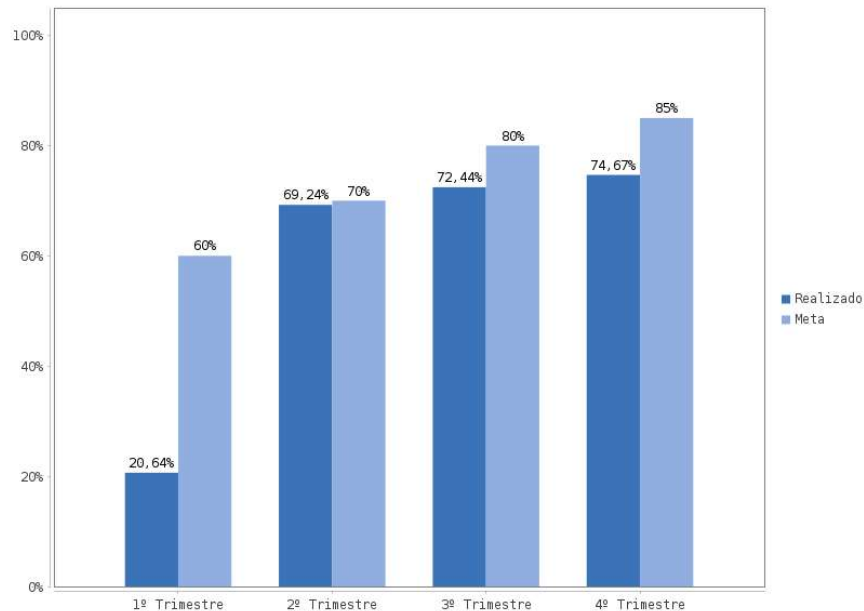
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivoFechado pela Asstec

IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias

Desempenho do Período: 90,55%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.

Análise de contexto Dotação orçamentária inicialmente disponibilizada em duodécimos, sendo integralizada no mês de abril de 2025. A execução planejada do orçamento de despesas discricionárias no terceiro trimestre registrou uma taxa de 72,44%, ou seja, 90,55% da meta inicialmente proposta, obtendo um ótimo desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Na segunda fase de créditos adicionais foram solicitados ao TSE: i) remanejamento ente GNDs, de custeio para investimentos, requerendo suplementação de R\$ 1.395.385,00 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil e trezentos e oitenta e cinco reais) no PO 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e cancelamento dos valores de: R\$ 1.192.693,00 no PO 0001, R\$ 39.000,00 no PO EJE0 – Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral – EJE, R\$ 81.846,00 no PO CZE1 – Criação de Zona Eleitoral em Saquarema – RJ e R\$ 81.846,00 no PO CZE2 – Criação de Zona Eleitoral em Maricá – RJ, como fonte compensatória, todos pertencentes à AO 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, para atender aquisição de novos monitores de vídeo e equipamentos servidores com vistas à renovação do parque tecnológico do TRE/RJ, além de veículos para renovação da frota; ii) remanejamento entre POs, requerendo suplementação de R\$ 71.102,00 (setenta e um mil, cento e dois reais) no PO 0003 – Reforma das Subestações Elétricas do NUAD Caju – TRE/RJ e cancelamento de mesmo valor no PO 0005 – Reforma do Edifício-Sede do TRE/RJ, como oferecimento de fonte compensatória, ambos investimentos e pertencentes à AO 219Z – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, para atender necessidade de reajuste decorrente de ação da Light para ligação de entrada provisória de baixa tensão solicitada pelo TRE em 06/02/2024 e realizada pela concessionária apenas em 19/06/2025, com a consequente extensão do período contratual e, ainda, aditivo para execução de calçada no entorno da subestação; iii) suplementação de R\$ 726.739,00 (setecentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e nove reais) no PO 0001 (investimentos), na AO 20GP, e cancelamento de mesmo valor na AO 219Z, para atender aquisição de novos monitores de vídeo e equipamentos servidores, bem como veículos para renovação da frota. Foram atendidos os créditos solicitados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Promover a continuidade no aprimoramento da execução do orçamento planejado, mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

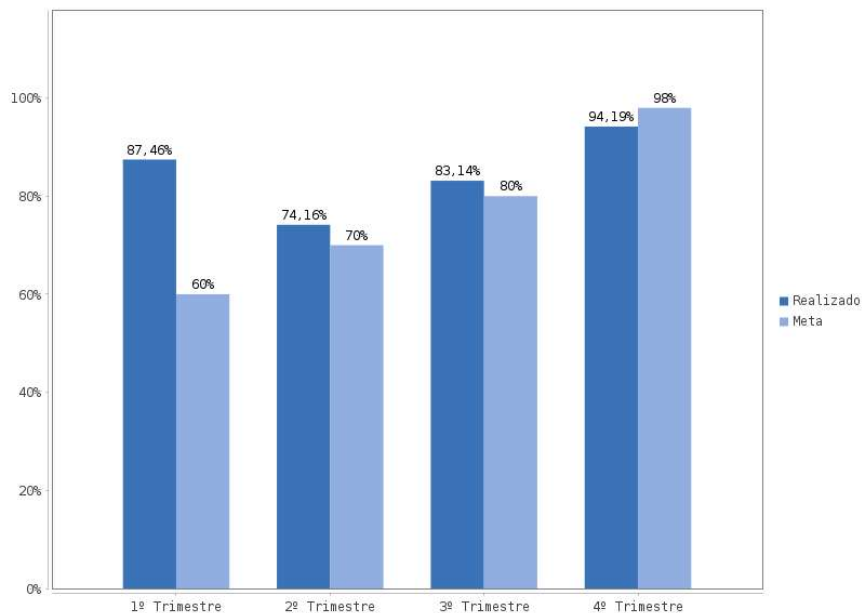
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

Riscos associados ao objetivo Há de se ressaltar que ações e despesas não planejadas e/ou orçadas em valores discrepantes, acarretarão em solicitações de créditos e/ou remanejamentos orçamentários que terão potencial prejuízo da aderência às despesas agregadas, traduzindo em desempenho insatisfatório do indicador.

IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias

Desempenho do Período: 103,93%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.

Análise de contexto Dotação orçamentária inicialmente disponibilizada em duodécimos, sendo integralizada no mês de abril de 2025. A execução orçamentária das despesas discricionárias no terceiro trimestre registrou uma taxa de 83,14%, ou seja, 103,93% da meta inicialmente proposta, obtendo um ótimo desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Na segunda fase de créditos adicionais foram solicitados ao TSE: i) remanejamento entre GNDs, de custeio para investimentos, requerendo suplementação de R\$ 1.395.385,00 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil e trezentos e oitenta e cinco reais) no PO 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, e cancelamento dos valores de: R\$ 1.192.693,00 no PO 0001, R\$ 39.000,00 no PO EJE0 – Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral – EJE, R\$ 81.846,00 no PO CZE1 – Criação de Zona Eleitoral em Saquarema – RJ e R\$ 81.846,00 no PO CZE2 – Criação de Zona Eleitoral em Maricá – RJ, como fonte compensatória, todos pertencentes à AO 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, para atender aquisição de novos monitores de vídeo e equipamentos servidores com vistas à renovação do parque tecnológico do TRE/RJ, além de veículos para renovação da frota; ii) remanejamento entre POs, requerendo suplementação de R\$ 71.102,00 (setenta e um mil, cento e dois reais) no PO 0003 – Reforma das Subestações Elétricas do NUAD Caju – TRE/RJ e cancelamento de mesmo valor no PO 0005 – Reforma do Edifício-Sede do TRE/RJ, como oferecimento de fonte compensatória, ambos investimentos e pertencentes à AO 219Z – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, para atender necessidade de reajuste decorrente de ação da Light para ligação de entrada provisória de baixa tensão solicitada pelo TRE em 06/02/2024 e realizada pela concessionária apenas em 19/06/2025, com a consequente extensão do período contratual e, ainda, aditivo para execução de calçada no entorno da subestação; iii) suplementação de R\$ 726.739,00 (setecentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e nove reais) no PO 0001 (investimentos), na AO 20GP, e cancelamento de mesmo valor na AO 219Z, para atender aquisição de novos monitores de vídeo e equipamentos servidores, bem como veículos para renovação da frota. Foram atendidos os créditos solicitados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

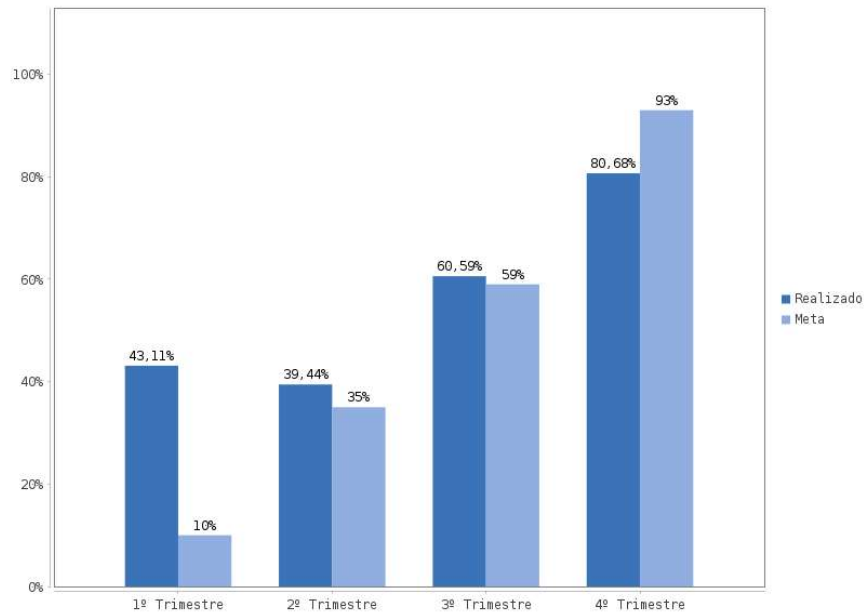
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

Riscos associados ao objetivo Planejamento e execução da despesa devem estar estritamente relacionados e em conformidade, caso contrário, corre-se o risco de perda de recursos orçamentários, que podem afetar significativamente o desempenho do indicador estratégico.

IE 49 - Taxa de pagamento de empenho

Desempenho do Período: 102,70%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROG.

Análise de contexto Os pagamentos realizados (despesas correntes mais despesas de capital) referem-se ao acumulado no terceiro trimestre de 2025 comparados ao correspondente nível acumulado de despesas empenhadas no mesmo período.

O percentual apurado foi de 60,59%, representando um de alcance da meta em 102,70%, esta estabelecida em 59%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Manutenção das rotinas de acompanhamento e controle dos valores em execução do orçamento e respectivos pagamentos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Espera-se, de forma geral, a estabilidade nos níveis periódicos de pagamentos, considerando as características próprias do ciclo orçamentário público.

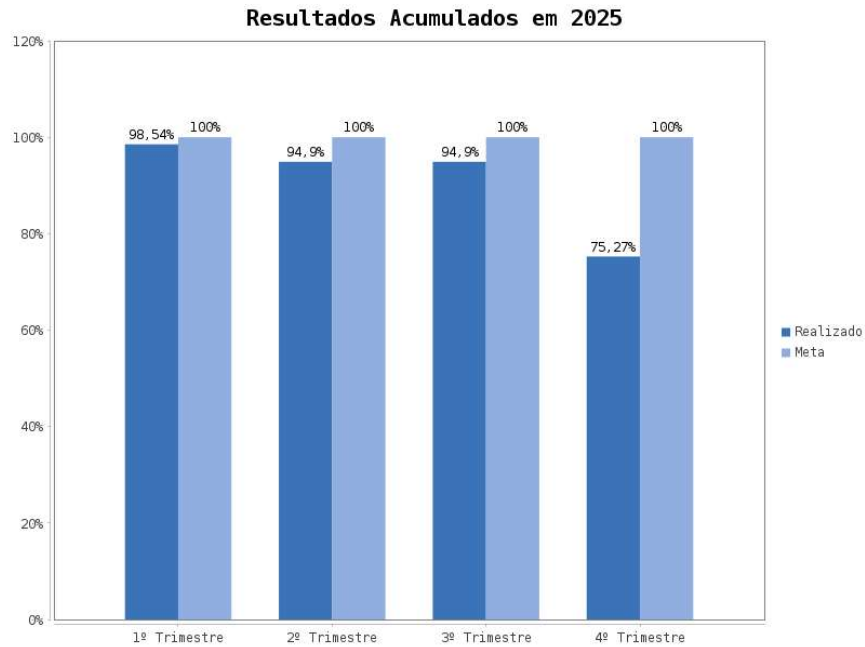
Os principais desafios dizem respeito à capacidade de resposta/adaptação a possíveis mudanças de cenário econômico, bem como a verificação de possíveis gargalos na execução das despesas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Dar continuidade ao acompanhamento dos níveis financeiros de execuções contratuais para otimizar o ciclo de pagamentos.

Riscos associados ao objetivo Oscilações de ordem econômica e seus potenciais impactos na gestão orçamentário-financeira pública e o nível de execução das despesas de capital.

OE 12 - Promover a transformação digital

Desempenho do Período: 94,90%



Responsável: STI.

Análise de contextoFechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec

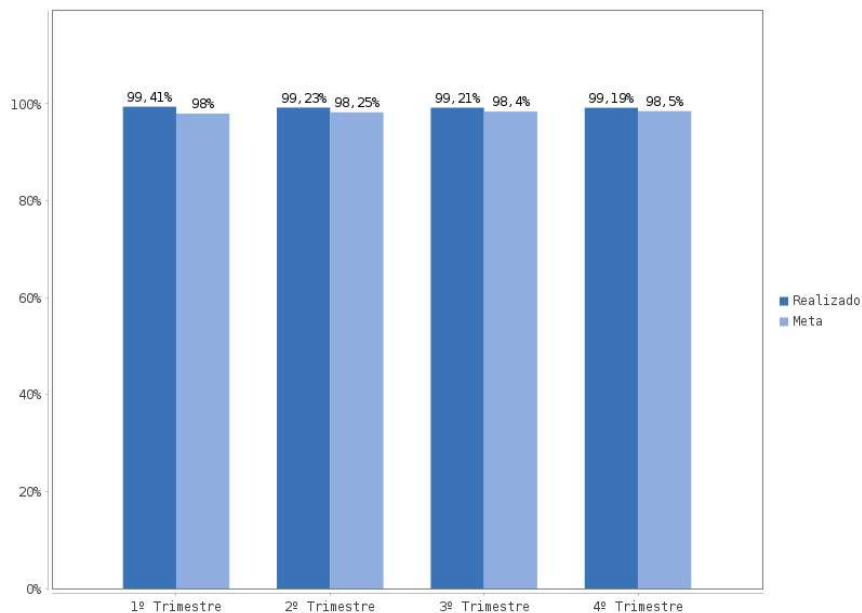
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivoFechado pela Asstec

IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC

Desempenho do Período: 100,82%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto O Objetivo Estratégico no geral manteve o desempenho ótimo no 3º trimestre. Nos serviços de rede foi monitorada a disponibilidade dos circuitos das unidades judiciárias da capital, interior, sede e núcleos administrativos. Já não contamos com os links de internet backup para os cartórios da capital, foram considerados apenas os circuitos de dados MPLS da OI. Nos serviços essenciais foi monitorada a disponibilidade do Google Workspace, SEI, Intranet e o acesso à Internet. Nos sistemas críticos foram monitorados: Portal do Servidor, Agendamento Biometria, Ouvidoria, Solicitação de chamados pela Central de Serviços de TI, CONSEG, Balcão Virtual e Sigma-Web.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos A contratação do serviço de Lan-to-land e dos swiches de rede para o prédio Sulacap foi finalizada, o que possibilitou a criação de agenda para a mudança das unidades. A instalação do novo equipamento de banco de dados foi finalizada. A nova contratação da solução de colaboração (Google Workspace) foi finalizada. A contratação do novo backbone secundário foi finalizada, iniciado o cronograma das instalações. As atividades de desenvolvimento de solução própria para substituir a solução 4Biz, utilizada para abertura de chamados de TIC continua em andamento pela CSCOR. Iniciada a implantação do software de Gestão de Ativos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Com base nos últimos trimestres, a previsão de desempenho do indicador para os próximos seis meses é de uma leve queda. Essa tendência se deve: Transferência das unidades do prédio da Presidente Wilson para o prédio Sulacap, na Rua da Alfândega, que deve suspender durante a mudança alguns serviços de rede. Implantação da nova solução de backbone, que integra o serviço de comunicação entre a SEDE e as unidades administrativas e judiciárias. O contrato do segundo link de internet para as unidades judiciárias e administrativas da capital foi encerrado o que afeta diretamente a disponibilidade dos links de internet dessas unidades em caso de indisponibilidade do link principal. Suporte a crescente da demanda de eventos externos com necessidade de acesso a nossa rede como é o caso da Justiça Itinerante e #PartiuVotar.

É importante ressaltar que essas demandas exigem uma parcela considerável dos recursos de processamento da nossa infraestrutura de TIC e de pessoal. Isso poderá comprometer, a curto e médio prazo, o suporte, a disponibilidade e a performance dos serviços.

Dar continuidade ao planejamento da contratação da Manutenção do Data Center, que segue em andamento através do processo SEI nº 2024.0.000007855-0. Planejamento da migração do Datacenter localizado no prédio da Presidente Wilson. O contrato de suporte de infraestrutura deverá ser prorrogado por mais 6 meses, a elaboração de novos estudos para nova contratação está em andamento para o 2026. Finalizar a implantação da nova solução de Gestão de Ativos em todas as unidades da Justiça Eleitoral para um melhor controle de nosso inventário.

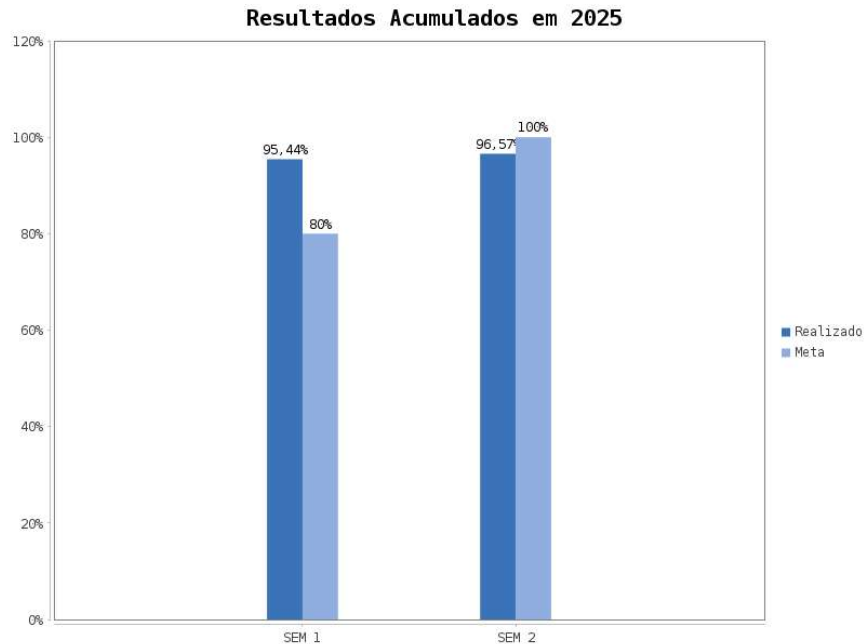
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas O pedido para viabilizar a recomposição do quadro de servidores da SEREDE através de conversão de cargos (SEI nº 2022.0.000045227-1) não foi deferido. A SEREDE continua com um quadro deficitário de servidores, levando-se em consideração a gama de atividades e contratos sob sua responsabilidade e a SEPROD

nos últimos anos teve sua força de trabalho impactada com a saída de dois servidores para compor a NDEC. Como nos últimos concursos públicos, o perfil das vagas foi orientado para pessoal de desenvolvimento, o único caminho viável que se apresenta é o da terceirização. O contrato vigente de Suporte de Infraestrutura que acabará em janeiro de 2026 precisará ser redimensionado. Essa necessidade surge em virtude do aumento de demandas, incluindo, entre outras, aquelas relacionadas ao serviço de Justiça Itinerante e eventos da EJE como o #PartiuVotar. O planejamento para uma nova contratação foi iniciado. A nova contratação deve unir os serviços de 1º e 2º nível de suporte. O contrato vigente de VOIP que acabará em setembro de 2026 precisará ser redimensionado. Essa necessidade surge em virtude da estimativa da quantidade de ramais por unidade realizada no contrato atual, que não considerou a quantidade de extensões existentes. Como resultado, temos recebido muitas solicitações de aumento no número de ramais por unidade. O planejamento para uma nova contratação está previsto para começar no terceiro trimestre deste ano. Para finalizarmos a implantação de uma nova infraestrutura de redes na Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro precisamos adquirir e instalar novos switches para os cartórios eleitorais. Precisaremos de fôlego em nosso orçamento de 2026 para melhorarmos os contratos de serviços continuados como o Suporte de Infraestrutura e da Solução VOIP.

Riscos associados ao objetivo Enquanto não implantarmos a nova solução adquirida do Backbone secundário, as unidades judiciárias e administrativas permanecerão sem link backup e com rede wi-fi limitadas. Enquanto não realizarmos um redimensionamento na contratação de Suporte de Infraestrutura através de uma nova contratação de forma a atender as necessidades do Tribunal, a prestação do serviço de suporte técnico funcionará no limite dos seus recursos. Essa limitação poderá impactar a realização de eventos, manutenções e instalações de infraestrutura do Tribunal. Enquanto não realizarmos um redimensionamento na contratação de solução VOIP através de uma nova contratação de forma a atender as necessidades do Tribunal, a disponibilização de ramais novos por unidade continuará limitada.

IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões

Desempenho do Período: 119,30%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.

Análise de contexto

Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que houve pequeno aumento no desempenho de 93,52% para 95,44%, mantendo a sua classificação de "Ótimo".

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Houve uma maior melhora na variável MASE em função da atualização dos micros administrativos de algumas unidades da Sede realizada no primeiro semestre de 2025. Os demais indicadores melhoraram pouco em relação ao segundo semestre de 2024.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência do indicador é de estabilidade para os próximos 6 meses.

O principal desafio a ser enfrentado será a necessidade de troca dos micros de atendimento das zonas eleitorais, para viabilizar a compatibilidade com os novos equipamentos de biometria.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

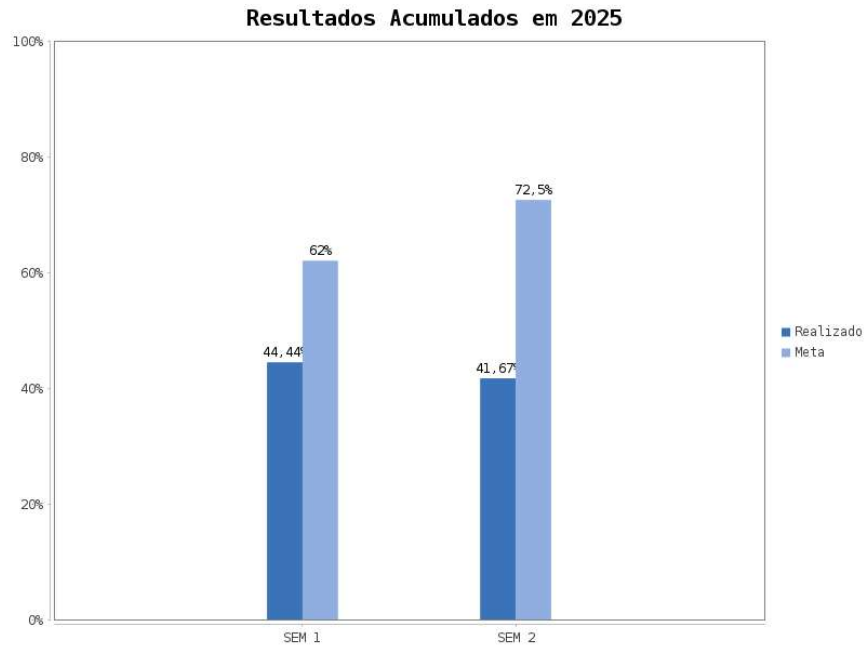
Foram adquiridos novos computadores que serão utilizados para continuar a atualização do parque de microcomputadores das unidades da Sede e das zonas eleitorais de forma cíclica e constante, mantendo sempre a adequação dos equipamentos às necessidades de cada unidade.

Riscos associados ao objetivo

- Não renovação ou descontinuidade dos contratos de outsourcing por problemas do fornecedor;
- Não renovação ou descontinuidade do contrato de postos de trabalho de técnicos em eletrônica.

IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI

Desempenho do Período: 71,68%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSCOR.

Análise de contexto

As reuniões regulares do CGovTIC têm ajudado bastante a manter o equilíbrio das soluções priorizadas, possibilitando que tenhamos foco e melhor desempenho nas entregas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Continuamos buscando a melhoria contínua dos processos de trabalho de desenvolvimento e implantação de soluções, de modo a manter equipes com alto desempenho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando que temos demandas grandes e perdemos Product Owner (PO) - no momento temos somente 01 PO dedicado para 04 projetos simultâneos e o correto seria 01 PO para cada projeto. A coordenadora está atuando na execução da tarefa de PO, diante da carência desse profissional especializado. Com esse cenário, caso nada mude, a tendência é que o ritmo de entrega das soluções caia e tenhamos um número menor de entregas no próximo semestre.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

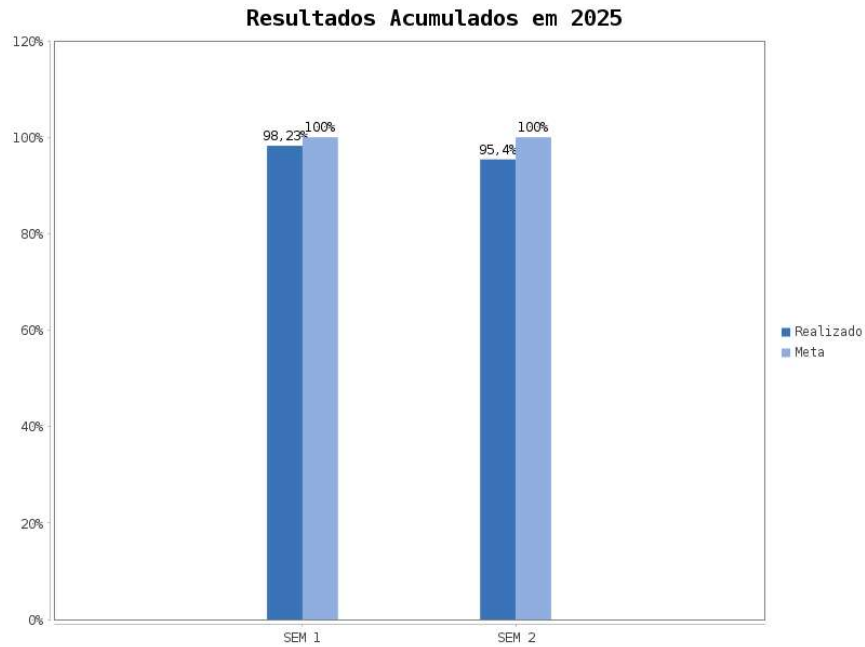
Fazer PSI e fim de recompormos a força de trabalho especializado em requisitos, Product Owner e Scrum Master.

Riscos associados ao objetivo

Colapso na capacidade de entrega por falta de pessoal especializado e queda na qualidade das soluções entregues.

OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura

Desempenho do Período: 98,23%



Responsável: SSG.

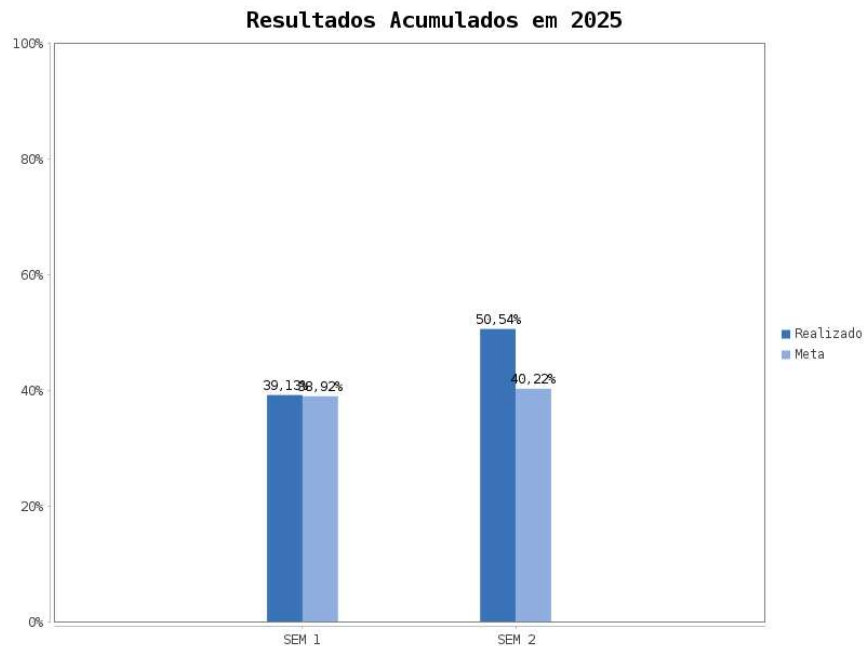
Análise de contextoFECHADO PELA ASSTEC SEM ANÁLISE.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFECHADO PELA ASSTEC SEM ANÁLISE.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)FECHADO PELA ASSTEC SEM ANÁLISE.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFECHADO PELA ASSTEC SEM ANÁLISE.

Riscos associados ao objetivoFECHADO PELA ASSTEC SEM ANÁLISE.

IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada**Desempenho do Período: 100,54%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.****Análise de contexto**

O Indicador Estratégico 56 (IE 56) mede a taxa de unidades com infraestrutura adequada. São consideradas unidades com infraestrutura adequada aquelas que possuam concomitantemente suas instalações acessíveis e compatíveis com o trabalho e os serviços prestados. O IE 56A – “Taxa de unidades com instalações adequada” compõe o Objetivo Estratégico 13 (OE13) - Aperfeiçoar a infraestrutura, logo, o não atendimento deste indicador irá impactar diretamente aquele objetivo do TRE-RJ.

O IE 56A tem ligação direta com as determinações da Resolução nº 1198/2021 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e que no seu artigo 4º prioriza a utilização de imóveis que comportem polos permanentes, além dos cartórios eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Segundo os dados levantados, o indicador avaliado foi satisfatório com desempenho acumulado no 1º semestre de 2025 de 39,13% , acima da meta de 38,92% prevista para o período.

Neste 1º semestre de 2025 foram incorporadas ao indicador as unidades que mudaram de endereço com infraestrutura adequada: 152ª, 153ª, 154ª e 155ª Zonas Eleitorais em Belford Roxo, adaptação do imóvel da 141ª Zona Eleitoral em Itaboraí e adaptação do imóvel da 59ª Zona Eleitoral em São Pedro da Aldeia, todas com base em vistorias técnicas conduzidas neste semestre pela ASSENG.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A Resolução nº 1198/2021, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro estabelece uma rotina que se inicia pela determinação/solicitação para instalação da unidade. Nesta oportunidade, define-se o local para instalação levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano ao cartório, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno. Na sequência, com escolha do imóvel e superado os critérios legais e de documentação, são observados critérios técnicos como a infraestrutura e a viabilidade de atendimento ao IE 56A.

Neste contexto, as instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados se mostram o critério mais relevante, pois a sua inadequação demandaria obras de grande porte no imóvel. Desta forma, a regra é que a área total do imóvel, as instalações elétricas e hidráulicas, a cobertura e a estrutura estejam em bom estado e sejam compatíveis com a instalação da unidade eleitoral. Em segundo plano temos o critério que cuida da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis. A experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou Fóruns novos. Nos demais imóveis raramente a acessibilidade estará integralmente contemplada, sendo necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação ou primeira locação é o momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário.

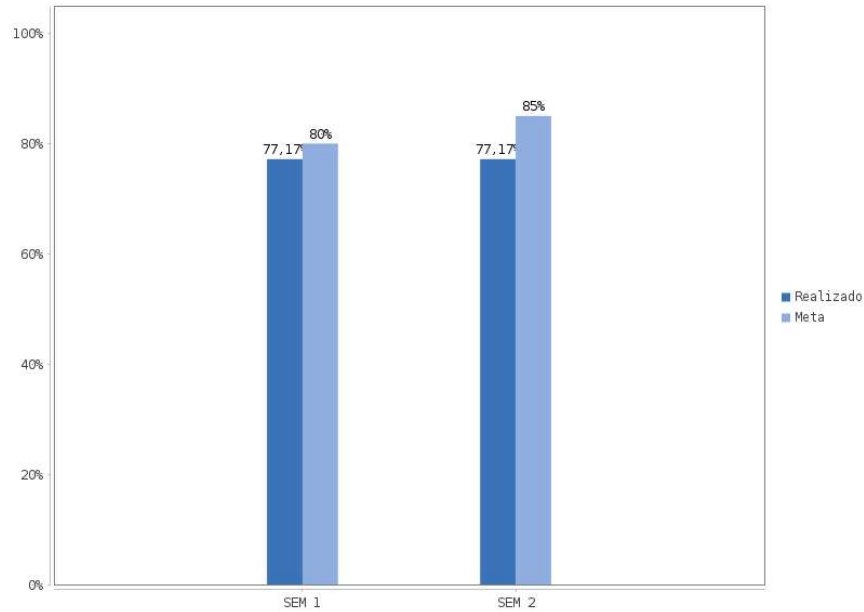
A tendência nos próximos 6 meses é de melhora com a transferência das zonas eleitorais 27ª, 84ª, 157ª e 159ª Zonas Eleitorais, em Nova Iguaçu, adaptações em andamento nas 21ª e 162ª Zonas Eleitorais em Olaria, havendo ainda em andamento pesquisa de mercado para mudança dos cartórios de Magé, Carmo, Silva Jardim, Bom Jesus de Itabapoana, Higienópolis, Conceição de Macabu, além de novos imóveis que estão sendo pleiteados junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

.

Riscos associados ao objetivo

.

IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança**Desempenho do Período: 96,47%****Resultados Acumulados em 2025****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: POLJUD.****Análise de contexto**

Após análise das variáveis PACAS, ZECAS, PPCAS e do indicador IE 57 do Sistema Gerir, foi verificado que não houve alteração substancial das condições de segurança no conjunto de unidades às quais elas se referem.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Como medida inerente à segurança institucional, foi iniciado um diagnóstico das condições de segurança das distintas unidades do Tribunal, sendo possível, desde já, identificar as reais necessidades das unidades que já foram alvo do levantamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Consolidação das condições de segurança institucional na nova sede do Tribunal, por meio da aquisição de alguns itens de controle de acesso; reforço das condições de segurança do NUAD/Caju, além do incremento dos brigadistas de incêndio nas sedes e subsedes do Tribunal, reforçando a segurança institucional, notadamente por meio da prevenção de incêndios.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Prosseguir com o processo de aquisição de equipamentos de segurança, visando dotar o Tribunal de meios adequados para atingir seus objetivos.

Riscos associados ao objetivo

Ação de criminosos em virtude da deterioração das condições de segurança pública em determinadas localidades, além do contingenciamento de recursos.